

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Marcelo Marques de Souza

**CONCEPÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS:
entre convergência e divergências**

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo

2009

Marcelo Marques de Souza

**CONCEPÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS:
entre convergências e divergências**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, junto ao Programa de Pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade, da PUC/SP, sob orientação da Profa. Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt.

São Paulo

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

1. Autor: Souza, Marcelo Marques
2. Título: As concepções de livros didáticos:
3. Subtítulo: entre convergências e divergências
4. Nº de folhas: 130
5. Ilustrações: 02
6. Grau: Dissertação (Mestrado)
7. Área de Concentração: Educação
8. Orientador: Profa. Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt
9. Descritores:
10. Palavras-Chave: PNLD, Guia de Livros Didáticos, Livro Didático de História.

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi identificar as concepções de livros didáticos de história do ensino fundamental II em suas divergências e convergências. Usa as concepções expressas por vários sujeitos ligados às instâncias sociais envolvidas no processo de avaliação, seleção e escolha do material didático: o MEC, gestor do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com seus pareceristas; a Academia, com seus pesquisadores do tema; a Mídia e os jornalistas que opinaram, muitas vezes, polemicamente sobre os livros didáticos; a Associação Brasileira de Autores de Livros Educacionais (ABRALE), representando os autores de livros didáticos; e, de forma especial, A Escola e seus professores de História da rede pública do Estado de São Paulo. Todos esses sujeitos contribuíram com suas diferentes vivências para o enriquecimento do debate e explicitação das concepções acerca dos livros didáticos. Como referenciais teóricos sobre as disciplinas escolares, pautamos nas contribuições de Chervel (1990); para uma compreensão mais complexa dos livros didáticos nos referenciamos nos artigos de Chopin (2004); para o ensino de História e livros didáticos no Brasil, Bittencourt (1993).

Palavras chave: PNLD, Guia de Livros Didáticos, Livro Didático de História.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify the conceptions of history textbooks for elementary school II in their differences and similarities. We use the ideas expressed by several subjects related to social institutions involved in the evaluation, selection and choice of material: the MEC, manager of the National Program of Textbooks (PNLD), with its auditors, the Academy, with its theme of researchers and the media and the journalists who asked, often, controversy over the textbooks, the Brazilian Association of Authors of Educational Books (ABRALE), representing the authors of textbooks and, in particular, the institution of school and their teachers History of the public of the State of São Paulo. All these individuals contributed their different experiences to enrich the discussion and explanation of concepts about the textbooks. As theoretical references on the school subjects, based on contributions from Chervel (1990), for a more complex understanding of the textbook references in articles from Chopin (2004), for teaching and history textbooks in Brazil, Bittencourt (1993).

Keywords: PNLD, Guide to Textbooks, Textbooks of History.

***A minha mãe Antonia e a minha
companheira Adriana, personagens
principais de minha história.***

Agradeço

à Professora Dra. Circe Bittencourt pela orientação e por acreditar no meu potencial.

a minha companheira Adriana, por acompanhar de perto todos os momentos de angústia e ansiedade próprios de quem se propõe fazer essa caminhada.

a minha Mãe mulher simples de coragem, mesmo não tendo o domínio das letras sempre me incentivou a estudar e me tornar um sujeito de bem. Acho que não a decepcionei.

a todas as minhas irmãs que sempre apoiaram todas as minhas decisões.

a minha sogra Branca e minha cunhada Ana Claudia pela paciência.

a Maria Luisa por me proporcionar momentos alegres.

aos professores Dr. Kazumi Munakata e Dra. Antonia Terra Calazans, pelas contribuições durante exame de qualificação.

de forma especial ao professor André Pirola, sem a sua ajuda tudo teria sido muito mais difícil.

de forma igualmente especial, ao amigo Robson Belchior, com a sua preciosa ajuda e seu bom humor, ficaram mais fáceis as nossas leituras e releituras desse texto.

a Secretaria Estadual de Educação (SEE), por conceder a bolsa de estudos.

aos amigos que fiz durante esse percurso: Lúcia Mathias, Marcos, Dolores, Lícia, Ricardo e Crysnei. É companheiros, chegamos!

aos professores da rede pública estadual que participaram dessa pesquisa.

ao amigo Marcelo Ferreira pela amizade e ajuda nas horas difíceis.

ao amigo Diego Moreira pela ajuda no momento certo e pela paciência de escutar minhas lamurias.

a todos os professores do Programa de Estudos Pós Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, que contribuíram significativamente para o meu crescimento profissional.

Agradecimento especial a Betinha - que sempre nos atendeu com muita dedicação.

a todos que, de alguma forma, contribuíram para esse trabalho. Resultado de muitas vivências e experiências construídas junto a cada verdadeiro amigo que conquistei e, assim tenho imenso prazer de preservar. A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
CAPÍTULO I - Da Constituição do PNLD ao PNLD 2008.....	16
1.1 Breve Histórico: o difícil caminho da estabilidade institucional.....	16
1.1.1 Formatos recentes.....	18
1.2 Avaliações anteriores ao PNLD 2008.....	20
1.2.1 PNLD 1997.....	22
1.2.2 PNLD 1998.....	23
1.2.3 PNLD 1999.....	24
1.2.4 PNLD 2002.....	25
1.2.5 PNLD 2005.....	26
1.3 O PNLD 2008.....	27
1.3.1 O Edital de Convocação e os Critérios Avaliativos.....	27
1.3.2 O Guia de História.....	34
1.3.3 Os Livros Selecionados	35
CAPÍTULO II – Concepções de livros didáticos.....	43
2.1 Documentos Oficiais: entre a instrumentalização e a construção.....	43
2.2 O Guia de Livro Didático – História.....	48
2.3 A Academia: entre a Concepção e a Produção Cultural.....	53
2.4 A Mídia: entre as esquerdas, as direitas e os meios de comunicação.....	60
2.5 Autores e seus Representantes (ABRALE).....	73
CAPÍTULO III - As concepções dos professores sobre os livros didáticos de História.....	77
3.1 Os Sujeitos e os Espaços.....	77
3.2 As Escolas e os Jardins... ..	79
3.3 Os Professores e as Histórias.....	84
3.4 Análise das Entrevistas.....	90
Considerações finais.....	100
Referências Bibliográficas.....	104
Anexos.....	110

LISTA DE SIGLAS

CENP – Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas

DE – Diretoria de ensino Regional de Ensino

FAE - Fundação de Assistência ao Estudante

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

HTPC – Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PNLD – Plano Nacional do livro Didático

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SEF – Secretaria da Educação Fundamental

UE – Unidade Escolar

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UFRN – Universidade do Federal do Rio Grande do Norte

UERN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFF - Universidade Federal Fluminense

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

SMEN – Secretaria Municipal de Educação de Natal

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UPF – Universidade de Passo Fundo

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

FECLESC – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Ceará)

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

URCA – Universidade Regional do Cariri

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

FIG – Faculdades Integradas de Guarulhos

SEEC – Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (Natal-RN)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1: Resultados da Avaliação - PNLD/1997.....	22
Quadro 1.2: Resultados da Avaliação - PNLD/1998.....	23
Quadro 1.3: Resultados da Avaliação - PNLD/1999.....	24
Quadro 1.4: Avaliação - PNLD/2002.....	25
Quadro 1.5: Avaliação - PNLD/2005.....	26
Quadro 1.6: Avaliação - PNLD/2008.....	31
Quadro 1.7: Avaliadores - PNLD/2008.....	33
Quadro 1.8: Organização das coleções PNLD/2008.....	36
Quadro 1.9: História Temática.....	37
Quadro 1.10: História Integrada.....	38
Quadro 1.11: História Intercalada.....	40
Quadro 1.12: História Convencional.....	41
Quadro 3.1: Estrutura física das escolas analisadas.....	80
Quadro 3.2: Estrutura funcional das escolas analisadas.....	82
Quadro 3.3: Dados referentes aos docentes entrevistados.....	85
Quadro 3.4: Formação Acadêmica dos docentes entrevistados.....	86
Quadro 3.5: Livros escolhidos e trabalhados pelos professores.....	91
Quadro 3.6: Conhecimento e participação sobre PNLD/2008.....	92
Quadro 3.7: Opinião dos docentes sobre a escolha e utilização do livro didático.....	94
Quadro 3.8: Utilização geral do livro didático de História	96
Quadro 3.9: Utilização dos exercícios propostos pelo livro didático de História	98

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: livro didático: Projeto araribá, 8ª série da <i>Editora Moderna</i>	61
Figura 2: livro didático: Nova História Crítica de Mário Schmidt da <i>editora nova geração</i>	63

INTRODUÇÃO

O livro didático de História sempre fez parte de minha trajetória profissional. Desde 2001, quando comecei a ministrar aulas no ensino fundamental e médio da Rede Pública Estadual de São Paulo, foi o material mais recorrente e instigante em minhas atividades pedagógicas. Sempre o questioneei. Sempre indaguei, sobretudo com meus pares, sua concepção, qualidade e pertinência em nossa prática docente.

Seriam os livros recomendados pelo PNLD os mesmos selecionados pelos professores? O que seria um bom livro didático na concepção de avaliadores do MEC e professores? Teríamos convergências e/ou divergências entre tais concepções? Quais? Há preocupação de outras instâncias em relação aos livros didáticos?

Assim, na busca de respostas, esta pesquisa objetiva analisar as concepções de livros didáticos de História. Seleciona quatro fontes privilegiadas ao entendimento de sua produção, avaliação e utilização em sala de aula: primeira, os documentos do Ministério da Educação – (MEC) relativos ao Programa Nacional do Livro Didático - (PNLD); segunda, periódicos impressos e eletrônicos da Mídia Comunicativa que abordaram questões sobre o livro didático; terceira, boletins e demais informativos da Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos – (ABRALE); última, depoimentos de professores entrevistados da rede pública do Estado de São Paulo. Objetiva também compreender melhor os usos do livro didático de História no cotidiano escolar, confrontando-os com as prescrições enunciadas pelas fontes selecionadas.

Desenvolveremos e focaremos nossa análise nos livros didáticos de História de 5ª a 8ª série do ensino fundamental II, confrontando opiniões relativas a tais livros. Contextualizaremos historicamente o PNLD de 2008 compreendendo-o enquanto resultado de um projeto de Estado. Iniciativa que, há mais de duas décadas, intensifica, aperfeiçoa e consolida um delicado processo avaliativo cujos impactos e desdobramentos se fazem sentir necessariamente na Escola.

Dentre os diversos os sujeitos envolvidos na pesquisa, privilegiamos professores de História das escolas públicas do Estado de São Paulo, tendo em vista, sobretudo, seu relacionamento com os livros escolares. Com tais protagonistas, realizamos entrevistas, registramos impressões, confrontamos divergências, observamos convergências e, principalmente, constatamos concepções de livro didático.

Dividimos o texto em três capítulos: no primeiro - *Da Constituição do PNLD ao PNLD 2008* - realizamos um breve histórico do PNLD e do processo avaliativo até sua consolidação nos dias atuais.

No segundo - *As concepções de livro didático, de acordo com os PNLDs* – analisamos as concepções de livro didático de história a partir das fontes correspondentes ao MEC, Academia, Mídia e ABRALE.

No último capítulo - *Concepções dos professores sobre os livros didáticos de História* – começamos contextualizando a região das escolas visitadas em suas venturas e desventuras; construímos os perfis dos docentes que nelas atuam; e, assim, identificamos, cotejamos e analisamos concepções acerca daquilo que viria a ser um adequado livro didático de História.

Sendo uma pesquisa inserida no projeto de *História das Disciplinas Escolares e do Livro Didático*, desenvolvido pelo Programa de Pós Graduação em *Educação: História, Política, Sociedade*, da PUC-SP, referenciamos-nos em trabalhos constantes da bibliografia deste Projeto. Em pesquisas como as de, por exemplo, André Chervel (1999), Alain Choppin (2004) e Bittencourt (1993).

Finalmente, esperamos que este estudo, de alguma forma, possa contribuir ao avanço do atual ensino de História. Se para Apple (1995) “são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo”, almejamos, portanto, também contribuir aos novos referenciais acerca do livro didático de História e, principalmente, às possibilidades de mudanças qualitativas.

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO DO PNLD AO PNLD 2008

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), conforme o conhecemos hoje, é resultado de um significativo processo de formulações e reformulações propostas por diferentes governos, diferentes políticas, diferentes interesses. Um Programa que ascendeu de política de governo a política de Estado, tornando-se, através de diversas experiências, mais estável e transparente na política educacional brasileira.

É justamente o PNLD - 2008 - o objeto de análise deste capítulo. E para melhor contextualizá-lo, seguiremos um percurso com alguns pontos importantes: primeiro, um breve histórico do PNLD; segundo, avaliações anteriores ao PNLD 2008; terceiro, o Edital de Convocação do PNLD 2008; quarto, a avaliação do PNLD 2008; e último, o Guia do Livro Didático.

Almejamos um retorno que permita o entendimento de um Programa iniciado desde a década de 1920 do século passado e que objetiva, segundo suas próprias premissas, garantir aos alunos e professores das escolas públicas do país, do ensino fundamental e médio, livros didáticos gratuitos e de qualidade.

1.1 Breve Histórico: o difícil caminho da estabilidade institucional.

Abordagens sobre o histórico do PNLD não são raras e não pretendemos, aqui, reproduzir trajetórias já compostas de forma competente por trabalhos anteriores¹. O intuito é apenas de demonstrar como algumas idéias e projetos principais amadureceram e consolidaram aquilo que, no futuro, seria chamado de Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

¹ Cassiano (2003; 2007), Araújo (2001) e Höfling (2000).

Duas importantes instâncias estão no início deste processo: o *Instituto Nacional do Livro* (INL), criado em 1929, com objetivo de legislar sobre políticas do livro didático e a *Comissão Nacional do Livro Didático* (CNLD), criada em 1938, com objetivo de organizar e controlar a circulação dos materiais didáticos no Brasil. Segundo Höfling (2000), o decreto que instituiu a *Comissão*, estabeleceu tanto impedimentos à autorização de edição de livros didáticos quanto maiores exigências à correção das informações e linguagens. No entanto, gradativamente, tais funções descentralizaram-se com a criação de *Comissões Estaduais do Livro Didático*, colaborando, por sua vez, para que o Estado passasse a assumir, em 1945, todo controle do processo de adoção de livros em território nacional.

Para atender a uma demanda geográfica cada vez maior e garantir a continuidade do Programa, realizou-se, em 1966, um acordo entre o *Ministério da Educação* (MEC) e a *Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional* (USAID). Foi justamente no âmbito da parceria MEC-USAID que se deu a criação da *Comissão do Livro Técnico e Livro Didático* (COLTED), coordenadora, por três anos, da edição, produção e distribuição gratuita de 51 milhões de livros didáticos.

Porém, o ano de 1967 trouxe surpresas e os programas que controlavam a produção e a distribuição de material didático no país foram substituídos. Em seu lugar, criou-se a *Fundação Nacional de Material Escolar* (Fename) – mesmo, segundo Höfling (2000), sem a organização administrativa e recursos financeiros necessários para desempenhar suas tarefas. Um sistema de co-edição com as editoras nacionais, implantado através de Portaria Ministerial nº. 35, de 1970, foi a solução encontrada ao problema.

Neste ínterim, o INL inicia seu mais novo projeto: o *Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental* (PLIDEF) que, por sua vez, assumiu o gerenciamento dos recursos financeiros até então a cargo da COLTED. Porém, o término do convênio MEC/USAID tornou a contrapartida dos Estados imprescindível, fazendo com que o INL, por sua vez, implantasse o sistema de contribuição financeira das unidades federadas – ou seja, o *Fundo do Livro Didático*. Mas, em 1975, o próprio *Instituto Nacional do Livro* (INL) foi extinto! E todo o comando do processo passou à *Fundação Nacional do Material Escolar* (Fename).

Assim, sob o signo da inconstância institucional e escassez de recursos financeiros foi inevitável a diminuição e precarização dos serviços prestados às escolas. Quando, em 1983, chegou a vez da Fename ser substituída, a nova sigla - FAE - *Fundação de Assistência ao Estudante*, passou a responder pela implantação do *Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Fundamental* (PLIDEF) e conseqüente participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação geral do programa.

Acreditamos que novos rumos nas políticas de livro didático foram tomados. Um marco decisivo foi o fim, em 1984, do sistema de co-edição, tornando o MEC comprador privilegiado dos livros produzidos pelas editoras participantes do PLIDEF. Foi o início dos tempos modernos, tempos de estabilização institucional. O *Programa Nacional do Livro Didático* - o PNLD - iniciava, efetivamente, sua constituição enquanto política pública de Estado e, não mais, como política de governo, ou, de governos.

1.1.1 Formatos Recentes

Criado em 1985, pelo decreto nº. 91.542, o PNLD se distinguiu sobremaneira das políticas federais representadas pela *Fundação de Amparo ao Estudante* (FAE) que até então vigoravam. Entre as diferenças, gostaríamos de destacar três:

- Controle de decisão;
- Término da compra de livros descartáveis;
- Escolha direta dos livros pelos professores.

O planejamento, a compra e a distribuição, até então coordenados pela FAE, tornaram-se, com a criação do PNLD (poder decisório em amplitude nacional), prerrogativas exclusivas da administração direta do MEC. Findou-se também a compra de livros descartáveis - equivalendo dizer que os livros seriam comprados e reutilizados pelos alunos dos anos subseqüentes. Como última mudança, e

diversamente do que acontecia sob a administração da FAE, o livro didático passou a ser, finalmente, uma escolha realizada diretamente pelo professor.

Desse modo, as políticas públicas, a partir da criação do PNLD, voltam-se à compra, distribuição e, sobretudo, à mediação entre as editoras e os professores selecionadores de livros didáticos. O PNLD tornava-se, cada vez mais, estratégia chave das políticas educacionais pautadas pela Constituição de 1988, propositoras, por sua vez, do compromisso com o ensino gratuito e obrigatório.

O PNLD é sistematicamente mencionado – e até mesmo politicamente usado – para referendar o nomeado “sucesso” da política educacional brasileira. É um programa de proporções gigantescas, envolvendo em seu planejamento e implementação questões também gigantescas. Para a otimização do PNLD, a descentralização de sua execução tem sido colocada como meta fundamental. Pela amplitude e pelo caráter que assume no âmbito da política educacional, considero o Programa Nacional do Livro Didático uma unidade autônoma para análise, estando nele próprio contidos os contornos de uma política pública de corte social, como é a política educacional. Obviamente isso não significa que sua análise se dê desvinculada de outras estratégias, de outros programas, e muito menos sem considerar a articulação entre a política educacional e outras políticas sociais do Estado brasileiro. (Höfling, 2000, p.20).

Como parte desta política educacional mais ampla, ratifica-se a responsabilização pela distribuição gratuita de livros didático-pedagógicos e atendimento geral da população escolar em todos os cantos do país. Para Cassiano (2007), um elemento propulsor de tal responsabilidade foi o *Plano Decenal de Educação para Todos* - compromisso assumido internacionalmente na *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, em Jomtien, na Tailândia. Neste encontro, realizado em 1993, os países participantes comprometeram-se a criar um plano de atendimento às necessidades específicas da educação básica dos participantes. As prioridades foram: a necessidade da melhoria da qualidade dos livros didáticos fabricados e utilizados pelos países participantes da conferência; a melhoria da qualificação dos professores para avaliarem, selecionarem e utilizarem melhor os livros comprados pelo poder público; aprimorar a distribuição e confecção física dos livros, objetivando a durabilidade do material didático.

Na seqüência deste renovado processo de regulamentação e profissionalização, surgem também preocupações em vincular os processos ligados

aos Livros Didáticos aos processos ligados ao Currículo. Vincular saberes e garantir às escolas livros didáticos cada vez mais coerentes com todo um processo que, a partir de 1994, tomava forma mais estável.

Em 1995, uma importante e gradativa expansão do PNLD elevou a distribuição do livro didático. As primeiras disciplinas contempladas foram Matemática e Língua Portuguesa. No ano seguinte, Ciências e, em 1997, Geografia e História. No mesmo ano, foi extinta a FAE. Toda responsabilidade passou ao *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* (FNDE), com recursos oriundos, principalmente, do Salário-Educação².

Na medida em que o programa se consolidava, ações foram implementadas. Em 2000, por exemplo, começou a distribuição de dicionários de Língua Portuguesa: primeiramente, os livros foram entregues aos alunos de 1ª a 4ª séries; em 2002, aos ingressantes da 1ª série e, também, aos estudantes da 5ª e 6ª série; um ano após, aos alunos da 7ª e 8ª série. Foram também distribuídos Atlas geográficos às escolas que possuíam *Educação de Jovens e Adultos* (EJA) e turmas de 5ª a 8ª série do ensino regular. Entre 2005 e 2008, finalmente, a distribuição, reposição e complementação de livros didáticos atingiram todos os componentes curriculares de 1ª a 8ª séries.

Desta forma, como expomos, acreditamos no PNLD-2008 como fruto de um extenso processo de mutação, institucionalização e, também, profissionalização das políticas públicas sobre o Livro Didático no Brasil. Uma busca que, de acordo com o FNDE³, visa tornar o *Programa Nacional do Livro Didático* cada vez mais eficiente e colaborador à melhoria da qualidade do ensino no país. Vejamos mais de perto.

1.2 Avaliações anteriores ao PNLD 2008

Segundo Bittencourt (2003), a prática de constituir comissões de especialistas para avaliar obras didáticas remonta ao próprio século XIX. Logo, consideramos

² Salário-Educação criado pela Lei 4462, de 1964, é cobrado das empresas vinculadas à Previdência Social. O cálculo é feito com o percentual de 2,5% aplicado sobre o total da remuneração paga e creditada aos empregados durante o mês (Libâneo.p,183).

³Informações obtidas no site oficial do governo www.fnde.gov.br

continuidade a constituição, na segunda metade do século XX, de um grupo de avaliadores da qualidade dos conteúdos programáticos e aspectos pedagógico-metodológicos dos livros didáticos das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental. Justamente por conta de diversas falhas consideradas graves pelos especialistas, o MEC, a partir de 1996, passou a submeter os livros didáticos a uma avaliação sistemática e, também, a divulgar, nacionalmente, seus resultados. O objetivo: auxiliar uma melhor escolha do livro didático.

Entretanto, foi apenas em 1996 — portanto num cenário político não mais caracterizado pela presença de um Estado autoritário, que se iniciou efetivamente a avaliação pedagógica dos livros didáticos, processo marcado por tensões, críticas e confrontos de interesses. Desde então, estipulou-se que a aquisição de obras didáticas com verbas públicas para distribuição em território nacional estaria sujeita à inscrição e avaliação prévias, segundo regras estipuladas em edital próprio. De um PNLD a outro, os referidos critérios foram aprimorados por intermédio da incorporação sistemática de múltiplos olhares, leituras e críticas interpostas ao programa e aos parâmetros de avaliação. (Miranda, Luca, 2004, p.125).

A primeira avaliação nesses novos moldes - com critérios estabelecidos e divulgados por meio de um edital - deu origem ao *Guia de Livros Didáticos - PNLD/1997*, relativo às, então chamadas, 1ª a 4ª séries. Tal atitude pretendia assegurar uma escolha consoante às diversas realidades escolares. Os especialistas definiram alguns critérios comuns de análise a serem aplicados nos livros didáticos de 1ª a 4ª série das áreas de Língua Portuguesa, Alfabetização, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. São eles: adequação didática e pedagógica; qualidade editorial e gráfica; pertinência do manual do professor.

Segundo Batista (2001), os livros que não atendessem aos referido critérios, expressassem preconceito de qualquer origem e/ou tivessem erros conceituais, seriam sumariamente excluídos. Às editoras, foram encaminhados laudos técnicos sobre cada um dos livros *excluídos e não recomendados* pelo PNLD/1997 e, aos professores, visando melhorar a avaliação e escolha, foram propostas quatro categorias: *excluídos, não recomendados, recomendados com ressalvas, recomendados*.

1.2.1 PNLD 1997

Quadro 1.1 - Resultados da Avaliação - PNLD 1997

Categoria	Definição	Livros
<i>Excluídos</i>	Categoria composta de livros que apresentassem erros conceituais, indução a erros, desatualização ou discriminação de qualquer tipo.	80
<i>Não recomendados</i>	Categoria constituída pelos manuais nos quais a dimensão conceitual se apresentasse com insuficiência, sendo encontradas impropriedades que comprometessem significativamente sua eficácia didático-pedagógica.	281
<i>Recomendados com ressalvas</i>	Categoria composta por aqueles livros que possuíssem qualidades mínimas que justificassem sua recomendação, embora apresentasse, também, problemas que, entretanto, se levados em conta pelo professor, poderiam não comprometer sua eficácia.	42
<i>Recomendados</i>	Categoria constituída por livros que cumprissem sua função, atendendo, satisfatoriamente, não só a todos os princípios comuns e específicos, como também os critérios mais relevantes da área. (Batista, 2001, p.13-14).	63
Total		466

Fonte: Dados organizados pelo pesquisador a partir de Batista (2001); MEC (2008); e site www.fnnde.gov.br.

Conforme o quadro 1.1, dos 466 livros didáticos inscritos - (1ª a 4ª série) Língua Portuguesa, Alfabetização, Matemática, Ciências e Estudos Sociais - inscritos, apenas 63 foram recomendados. A partir do resultado desta avaliação foi elaborado o primeiro *Guia de Livros Didáticos*. Apresentava não só os princípios e critérios que nortearam e norteariam as avaliações, mas, também, as resenhas de todas as obras recomendadas para escolha do professor.

Após a elaboração do primeiro *Guia de Livros Didáticos*, o MEC divulgou amplamente o processo avaliativo e suas respectivas categorias. Excetuando-se a

categoria dos *livros excluídos*, todas as outras – incluindo os *não recomendados* - constaram no manual auxiliar do professor. Ressalta-se que, até então, era permitido aos professores optar por um livro *não recomendado*.

O PNLD/98 apresenta características semelhantes às do ano anterior, como por exemplo: opção por atender a demanda de livros de 1ª a 4ª série. De acordo com Batista (2001), uma mudança que cabe destacar no processo de avaliação, é o aparecimento de uma quinta categoria para análise dos livros, a de *recomendados com distinção*. Além da adoção de uma nova convenção gráfica, para identificar a categoria em que o livro estava inserido. *Recomendados com distinção**** (três estrelas), *recomendados*** (duas estrelas) e *recomendados com ressalvas** (uma estrela). Vale ressaltar, que os livros não recomendados foram apenas relacionados ao final do Guia.

1.2.2 PNLD 1998

Quadro 1.2: Resultados da Avaliação - PNLD 1998

CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO
EXCLUÍDOS	76
NÃO RECOMENDADOS	211
RECOMENDADOS COM DISTINÇÃO***	19
RECOMENDADOS**	47
RECOMENDADOS COM RESSALVAS*	101
TOTAL	454

Fonte: www.portal.mec.gov.br.

Dos 454 livros avaliados nas áreas de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais, apenas 47 foram recomendados. Segundo

Bezerra e Luca (2006), uma situação, sem dúvida, precária e comprometedora para a qualidade do ensino fundamental. Mas e os outros níveis do ensino? 5ª a 8ª série, por exemplo? A situação era melhor, pior, diferente?

Vejamos então - não obstante reconhecermos a importância do processo avaliativo dos PNLDs 2001, 2004, 2007 (1ª a 4ª série do Ensino Fundamental) - qual a situação do processo avaliativo dos PNLDs relativos aos livros didáticos de História de 5ª a 8ª série?

O PNLD/1999, é interessante pontuar, foi a primeira a avaliação dos livros de História de 5ª a 8ª séries. Contemplou, também, outras disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa, Ciências e Geografia.

As mudanças na convenção gráfica e utilização de estrelas para visualização da categoria do livro adotadas no PNLD/1998 foram mantidas em 1999.

1.2.3 PNLD 1999

Quadro 1.3: Resultados da Avaliação - PNLD 1999

CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO	COLEÇÃO GERAL	COLEÇÃO HISTÓRIA
RECOMENDADOS COM DISTINÇÃO	3 ESTRELAS (***)	06	0
RECOMENDADOS	2 ESTRELAS (**)	61	09
RECOMENDADOS COM RESSALVAS	1 ESTRELA (*)	151	42
EXCLUÍDOS		220	61
TOTAL		438	112

Fonte: www.portal.mec.gov.br

Segundo Bezerra e Luca (2006), a análise do quadro 1.3 aponta para uma situação preocupante. A maioria dos livros didáticos foi recomendada com um

número bastante grande de ressalvas e, mais da metade, não apresentava as mínimas condições solicitadas no edital.

Visando melhorar os resultados da avaliação, o MEC ampliou a divulgação dos resultados e anexou ao Guia um catálogo listando todos os livros *recomendados com distinção*, *recomendados* ou recomendados com ressalvas; publicou, em um único volume do Guia, todas as resenhas dos livros.

1.2.4 PNLD 2002

Quadro 1.4: Avaliação - PNLD 2002

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Língua Portuguesa	
Universidade de São Paulo (USP)	Ciências	
Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)	Geografia e História	
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Matemática	
CATEGORIA	COLEÇÃO GERAL	COLEÇÃO HISTÓRIA
RECOMENDADOS COM DISTINÇÃO	04	01
RECOMENDADOS	18	01
RECOMENDADOS COM RESSALVAS	43	15
EXCLUÍDOS	39	03
TOTAL	104	20

Fonte: www.portal.mec.gov.br

Em relação ao PNLD anterior, temos algumas mudanças:

- substitui a avaliação de *livros didáticos individuais* (cada série do ensino fundamental II) para avaliação de *coleções didáticas*;

- substitui *as comissões formadas pelo MEC* por comissões formadas a partir de convênios com Universidades e da escolha de um coordenador que, por sua vez, seleciona os pareceristas;

- Conforme Bezerra e Luca (2006), as atividades ficariam, de agora em diante, sob a responsabilidade das Universidades conveniadas com o acompanhamento SEF/MEC. No caso específico da avaliação de História, neste PNLD, a responsabilidade ficou a cargo da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

1.2.5 PNLD 2005

Quadro 1.5: Avaliação - PNLD 2005

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Língua Portuguesa	
Universidade de São Paulo (USP)	Ciências	
Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)	Geografia e História	
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Matemática	
CATEGORIA	COLEÇÃO GERAL	COLEÇÃO HISTÓRIA
APROVADO	92	22
EXCLUÍDO	37	07
TOTAL	129	29

Fonte: www.portal.mec.gov.br

O Guia do PNLD 2005 destinado a avaliar as coleções de 5ª a 8ª série - apesar da manutenção do convênio com as mesmas Universidades envolvidas no processo de avaliação pedagógica -, sofreu alterações.

Segundo Bezerra e Luca (2006), o PNLD/2005, o terceiro a analisar obras destinadas aos alunos de 5ª a 8ª séries, teve como parâmetros, os mesmos critérios estabelecidos desde 1997, com algumas alterações introduzidas:

- foi modificado o método de apresentação dos resultados da avaliação. As menções RD (recomendada com distinção), REC (recomendada) e RR (recomendada com ressalvas) foram substituídas pela classificação *Aprovada ou Excluída*;

- a gradação entre as diversas coleções ficou a cargo das resenhas publicadas no *Guia dos Livros Didáticos*.

1.3 O PNLD 2008

1.3.1 O Edital de Convocação e os Critérios Avaliativos

Acreditamos que para entender o processo de formação e constituição do PNLD é necessário, também, o entendimento do edital. É ele, o documento que define os critérios, os procedimentos e as ações. De acordo com Cassiano (2007):

Toda operacionalização dos PNLDs desde 1997 é de competência da FNDE e vem seguindo uma lógica e uma organização específica. O princípio de toda essa operação está na criação e divulgação do Edital, documento privilegiado para esse estudo por ser fundante de todo processo. (Cassiano, 2007, p.50).

A análise reafirma a importância de conhecer o Edital para, depois, analisarmos, por exemplo, o Guia de Livros Didáticos.

O Edital de convocação para o PNLD/2008 foi publicado no dia 29 de dezembro de 2005 (três anos antes dos livros chegarem aos alunos). Trata-se de

uma ação do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os resultados do processo de escolha foram publicados no Diário Oficial da União, para conhecimento dos estados e municípios.

O Edital tem por finalidade convocar os titulares de direitos autorais para a inscrição e seleção das coleções didáticas de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências, das séries finais do ensino Fundamental. Para o processo de inscrição foram respeitadas quatro etapas:

- cadastramento dos titulares de direito autoral;
- pré-inscrição;
- inscrição/entrega das coleções;
- entrega da documentação e das coleções.

Os critérios pré-estabelecidos no edital, no item *caracterização das coleções*, apresentam os elementos selecionadores:

Serão aceitas, para participar do processo de avaliação e seleção, as coleções didáticas inéditas ou reapresentadas, elaboradas para serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem escolar, tendo em vista um uso tanto coletivo (em sala de aula, sob a direção do professor), quanto individual (em casa). Esses materiais devem organizar-se em relação a um programa curricular, de acordo com uma progressão de conteúdos definida em termo de série, ano ou ciclo.

A coleção didática deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, do respectivo manual do professor, que não deve ser uma cópia do livro do aluno, com exercícios resolvidos. É necessário que ofereça orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento; ofereça, também, discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografia, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do professor. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.02).

Percebemos a preocupação em fornecer ao professor um material didático de uso diário e com informações adicionais que contribuam para o aperfeiçoamento

constante da sua prática. As *condições de participação* aos titulares de direitos autorais e/ou seus representantes no processo de avaliação dos livros didáticos, cujas obras inscritas forem selecionadas, estão estabelecidas, no documento, nos seguintes termos:

- 4.1.1.** oferecer vantagem(ens) de qualquer espécie, a qualquer pessoa, vinculada à escolha dos livros referentes aos Programas;
- 4.1.2.** produzir catálogo ou outro material que induza os professores a acharem que se trata de material oficial, produzido pelo FNDE/SEB/MEC;
- 4.1.3.** utilizar, nas formas de divulgação, livros de conteúdo diferente dos livros inscritos para o Programa, e das especificações técnicas definidas nos Editais de Convocação;
- 4.1.4.** utilizar a senha e/ou o formulário enviados pelo FNDE às escolas, que são de seu uso exclusivo;
- 4.1.5.** utilizar logomarcas oficiais, bem como selos dos Programas do Livro, para efeito de propaganda, publicidade ou divulgação, ou 'qualquer outra forma que induza ao entendimento de que as obras, objeto da propaganda, publicidade ou divulgação, sejam indicadas, preferencialmente, pelo Ministério da Educação para adoção nas escolas, em detrimento de outras;
- 4.1.6.** realizar a divulgação dos materiais diretamente nas escolas, exceto o envio de livros e catálogos, se houver, por remessa postal;
- 4.1.6.1.** É possível a realização de orientação pedagógica, desde que realizada em até trinta dias antes da data final de escolha, apenas com a participação dos autores da obra e obrigatoriamente fora do âmbito das Escolas e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.03).

A principal preocupação é garantir a transparência do processo, sem que haja a interferência ou assédio sobre a decisão dos professores no momento da escolha do material didático.

O Edital do PNLD/2008 apresenta os *procedimentos* para participação no processo: ficha cadastral dos titulares de direito autoral, inscrição que deve ser feita pelo titular ou procurador legal; declaração de edição comprovando que o livro que irá participar do processo, corresponde à sua última edição; declaração de originalidade comprovando que a coleção apresentada no ato da inscrição, não se trata de uma versão parcial ou total de outras inscritas no programa, sob pena de exclusão sumária. Sobre essa última questão abordada:

Entende-se por versão ou variante parcial de coleção inscrita aquela que, apresentando – total ou parcialmente – os mesmos detentores de direito autoral, apresentar também o mesmo ou semelhante projeto didático, em termos de seleção de conteúdos, lógica de organização da coleção segundo metodologia de ensino e perspectivas teóricas adotadas, com projeto gráfico-editorial diverso ou semelhante. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.05).

Para evitar cópias ou plágio, o edital apresenta tal preocupação e pune duramente com exclusão, aqueles que tentarem burlar as regras. Ainda nos procedimentos, temos: a declaração de primeira avaliação, afirmando o ineditismo da coleção e que nenhum de seus volumes foi produzido com base em livros ou coleções já avaliadas por PNLDs anteriores; a declaração de reinscrição, solicitando o esclarecimento quanto a sua participação parcial ou integral em outros PNLDs; a declaração de revisão e atualização, para as coleções excluídas em anos anteriores - a nova versão deve acompanhar a excluída, identificando os pontos corrigidos, sob pena de exclusão sumária.

Outro ponto importante mencionado no edital são as *etapas do processo de avaliação: triagem e pré-análise*, tendo por objetivos, analisar as coleções inscritas e excluir automaticamente aquelas que não atenderam as exigências.

Serão sumariamente excluídas do PNLD as coleções didáticas que:

- a) constituam versões ou variantes de outras coleções inscritas;
- b) não atendam ao disposto no subitem 5.3.2. e seguintes;
- c) tenham sido excluídas em avaliação pedagógica anterior e não apresentem documentação comprobatória de reformulação, conforme estabelecem os subitens 5.3.2.5 e 5.3.2.6 deste Edital. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.07).

Com esse procedimento, pretende-se que as coleções selecionadas sejam inéditas ou, no caso das reprovadas anteriormente, reformuladas de acordo com as exigências desse edital. Após as etapas *triagem e pré-análise*, as coleções selecionadas passaram pela avaliação de conteúdo pedagógico.

Como resposta às avaliações, as coleções selecionadas fizeram parte do *Guia de Livros Didáticos* para os anos finais do ensino fundamental - PNLD/2008, e escolhidas por todas as escolas atendidas pelo Programa. De acordo com o edital, os professores devem, em consenso e com base na análise das resenhas dos títulos contidos no Guia, escolherem as coleções a serem utilizadas em sala de aula, de acordo com a proposta pedagógica da escola.

Em seguida, o Edital trata de questões administrativas, tais como: processos de habilitação, aquisição, produção e entrega de documentação exigida referente à

coleção. Adiante, aborda os *Anexos*. Por tratarem dos *critérios de avaliação dos livros didáticos*, explicitando, portanto, as concepções do MEC, terão destaque no segundo capítulo dessa pesquisa.

Quadro 1.6: Avaliação - PNLD 2008

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Língua Portuguesa	
Universidade de São Paulo (USP)	Ciências	
Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)	Geografia	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	História	
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Matemática	
CATEGORIA	COLEÇÃO GERAL	COLEÇÃO HISTÓRIA
APROVADO	91	19
EXCLUÍDO	53	07
TOTAL	144	26

Fonte: www.portal.mec.gov.br

O PNLD 2008 – o quarto a analisar obras destinadas a alunos de 5^a a 8^a série – sobre os critérios avaliativos, mantém basicamente os mesmos estabelecidos no início do PNLD, em 1997. No entanto, em relação aos avaliadores, se a equipe dos PNLDs 2002 e 2005 constituiu-se a partir da Universidade Estadual Paulista (UNESP), no PNLD 2008, os pareceristas agruparam-se a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O quadro 1.6 está organizado de modo a permitir a visualização das categorias aprovados e excluídos do item, coleção geral, envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências, Geografia, Matemática, bem com as coleções de História. Sendo assim percebemos das 26 coleções de História inscritas no

programa tivemos 07 excluídas e 19 aprovadas e incluídas no Guia de livros didáticos de 2008.

Diante da mudança, apresentamos, em seguida, um quadro síntese da equipe de avaliadores do PNLD 2008, bem como alguns dados relativos à formação acadêmica e experiência profissional. Segundo Bezerra e Luca (2006), as equipes de avaliação são orientadas a seguir rigorosamente os critérios e disposições publicadas no Edital. Vale destacar ainda que, além dos avaliadores, esse processo avaliativo tem o suporte e o acompanhamento constante da coordenação dos técnicos da Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação (SEF/MEC).

Quadro 1.7: Avaliadores - PNLD 2008

Avaliador	Formação	Ensino Superior	Ensino Básico	Vínculo
Comissão Técnica				
Margarida M. Dias de Oliveira	Doutorado/História/UFPE	14 anos	08 anos	UFRN
Coordenação				
Raimundo N. A. da Rocha	Doutorado/Educação/USP	15 anos	08 anos	UFRN
Maria Inês S. Stamatto	Pós-Doutorado/Ciências Humanas/U Québec à Montréal	16 anos	-	UFRN
Assessoria				
Hélder do Nascimento Viana	Doutorado/História/USP	15 anos	-	UFRN
João Maria V de Andrade	Doutorado/Educação/ UFRN	16 anos	-	UFRN
Pareceristas				
Alexsandro Donato Carvalho	Mestrado/História/UFPE	06 anos	-	UERN
Ana Maria M. de S. A. Essus	Pós-doutorado/História/USP	16 anos	-	UFF
André Victor C. Seal da Cunha	Mestrado/Educação/UFPE	03 anos	01 ano	UERN
Arnaldo Pinto Júnior	Doutorado/Educação/UNICAMP	01 ano	15 anos	UNICAMP*
Décio Gatti Júnior	Doutorado/Educação/ PUC-SP	15 anos	-	UFUB
Éden Ernesto da S. Lemos	Mestrado/Educação/UFRN	01 ano	06 anos	SMN
Emanuel Pereira Braz	Mestrado/Ciências Sociais/UFRN	29 anos	-	UERN
Fernando A. M. de Medeiros	Doutorado/História/UFBA	10 anos	01 ano	UFAL
Flávia Eloísa Caimi	Doutorado/Educação/UFRGS	14 anos	17 anos	UPF
Francisca Lacerda de Gois	Doutorado/Educação/ UFRN	12 anos	-	UFRN
Grinaura Medeiros de Moraes	Doutorado/Educação/UFRN	10 anos	-	
Iranilson Buriti de Oliveira	Pós-Doutorado. /História/ Fundação Oswaldo Cruz	10 anos	-	UFCG
Isaíde Bandeira Timbó	Doutorado/Educação/UFRN	08 anos	04 anos	FECLESC
Itamar Freitas de Oliveira	Doutorado/História da Educação/PUC/SP	10 anos	-	UFS
Janete Ruiz de Macedo	Doutorado/História/U de Leon	28 anos	-	UESC
João Pinto Furtado	Doutorado/História Social/USP	18 anos	-	UFMG
Juçara Luzia Leite	Doutorado/História Social/USP	15 anos	-	UFES
Magda Maria de Oliveira Ricci	Doutorado/História/UNICAMP	17 anos	-	UFPA
Maria Ângela de Faria Grillo	Doutorado/História/UFF	19 anos	-	UFRPE
Maria Augusta de Castilho	Pós-Doutorado/História/USP	32 anos	16 anos	UCDB
Maria Fernanda Baptista Bicalho	Pos-Doc/História/UniLisboa	23 anos	-	UFF
Maria Telvira da Conceição	Mestrado/Educação/UFC	07 anos	03 anos	URCA
Marlene Rosa Cainelli	Pós-Doc/Educação-História/UFPR	19 anos	-	UEL
Marta Margarida de Andrade Lima	Mestrado/Educação/UFPB	06 anos	12 anos	UFRPE
Paulo Eduardo Dias Mello	Mestrado/Educação/FE-USP	10 anos	-	FIG
Paulo Heimar Souto	Doutorado/Educação/UFRN	12 anos	-	UFS
Raimundo Pereira Alencar Arrais	Doutorado/História Social/USP	15 anos	-	UFRN
Rita de Lourdes Campos Feitoza	Graduação/História/UFRN	-	22 anos	SEEC
Sandra Regina Ferreira Oliveira	Doutorado/Educação/UNICAMP	08 anos	08 anos	UEL
Wani Fernandes Pereira	Doutorado/Educação/UFRN	30 anos	-	UFRN

Fonte: Plataforma Lattes.

Analisando o quadro 1.7 percebemos que a maioria dos avaliadores do MEC possui relevante formação acadêmica. São doutores e mestres formados em renomadas universidades do país, bem como, vasta experiência no ensino superior, o que legitima e dá credibilidade ao processo. No entanto, apesar de possuírem títulos e experiência acadêmica, tais avaliadores, nem sempre, possuem experiência no ensino básico, o que pode trazer problemas e divergências em relação a uma concepção de livro didático, considerando-se os livros necessários para uma diversidade de problemas escolares.

Os critérios estabelecidos pelo MEC para a escolha, da comissão técnica, podem não ser apenas pelo perfil acadêmico, mas também estratégias políticas para escolha da Universidade.

As escolhas dos pareceristas são feitas pela comissão técnica exclusivamente. Daí prevalece pareceristas, próximos aos centros universitários de onde provêm os professores coordenadores da comissão.

1.3.2 O Guia de História

Segundo Cassiano (2007), as primeiras edições dos Guias vão apresentar similaridades em sua estrutura, diferindo apenas em alguns critérios de avaliação. Seguindo modelos anteriores, o Guia do PNLD/2008 de História, em sua carta de apresentação, especifica os critérios de metodologia e avaliação dos livros, bem como, os procedimentos para a distribuição das coleções em blocos - característica que o diferencia dos Guias dos anos anteriores. *Guia de Livros Didáticos de História* do PNLD/2008 tem seu formato modificado em relação aos anos anteriores. As dezenove coleções selecionadas foram reunidas em quatro blocos:

- História Temática;
- História Integrada;
- História Intercalada;

- História Convencional.

Classificação proposta de acordo com a organização dos conteúdos e que objetiva propiciar aos professores a leitura das resenhas e demais informações sobre o grupo de sua preferência.

Os critérios de Avaliação das coleções centraram suas atenções em pontos específicos, tais como: Proposta Histórica; Proposta Pedagógica; Cidadania; Manual do Professor; Conjunto Gráfico. Dentro desses critérios há abordagem de itens específicos: *Concepção de História, Conhecimentos Históricos, Fontes Históricas e documentos, Imagens, Metodologia de Ensino Aprendizagem, Capacidades e Habilidades, Atividades e Exercícios, Construção da Cidadania, Manual do Professor e Editoração e Aspectos Visuais.*

Finalmente, é apresentada no Guia do PNLD/2008 de História uma tabela contendo os resultados da avaliação de cada item acima elencado, podendo a coleção ser considerada *Ótima*, quando atingir plenamente os requisitos da avaliação; *Boa* quando alcançar parte significativa das solicitações e, *Suficiente* quando atingir apenas em parte ou minimamente o que foi exigido; ou *Não* quando não atender os requisitos mínimos da avaliação.

1.3.3 Os Livros Selecionados

Nesse PNLD de 2008, as diversas coleções, a exemplo do PNLD de 2005, foram apresentadas em resenhas publicadas no *Guia dos Livros Didáticos*. Contudo, ocorreram mudanças na organização das coleções e tivemos uma formatação diferente das avaliações anteriores. Como já pontuamos, as dezenove coleções foram selecionadas e organizadas por conteúdos e concepções de História. Ficaram quatro blocos referidos: História Temática; História Integrada; História Intercalada e História Convencional.

Quadro 1.8: Organização das coleções - PNLD/2008

BLOCO	COLEÇÕES
HISTÓRIA TEMÁTICA	04
HISTÓRIA INTEGRADA	07
HISTÓRIA INTERCALADA	07
HISTÓRIA CONVENCIONAL	01
TOTAL	19

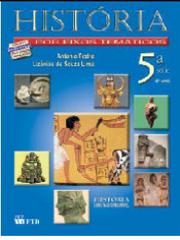
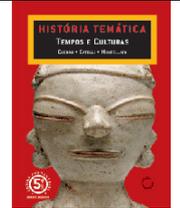
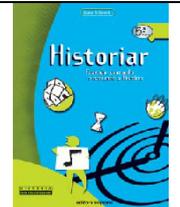
Fonte: Guia de Livros Didáticos 2008.

A opção em reunir as coleções em blocos e segundo a organização dos conteúdos e concepções de História se justifica por fornecer subsídios para os professores escolherem o livro didático mais próximo de sua realidade e postulados pedagógicos e historiográficos.

De acordo com o quadro 1.8, a maioria das coleções selecionadas pertence aos blocos *História Integrada* e *História Intercalada*. De maneira geral, as coleções nos diferentes agrupamentos, remetem à contextualização e reflexão, relacionando, por sua vez, tempo e espaço, passado e presente, objetivando formar cidadãos historicamente conscientes. Indagando os critérios de agrupamento, conjecturamos sobre algumas possíveis perspectivas futuras para o livro didático de História. Temos assim, desde a escolha das coleções, uma tendência histórica apontada pelos avaliadores como atual sobre da área de ensino de História (Brasil, Guia, PNLD/2008, p. 23).

Destacamos as coleções organizadas, no bloco *História Temática*. Notamos que essa forma de organização contribui à reflexão, articulando passado e presente de forma interdisciplinar. Apresenta mais de uma interpretação dos acontecimentos históricos, trabalhando variadas fontes e diferentes formas de registro: quadrinhos, charges, cartazes, documentos escritos e orais.

Quadro 1.9: **História Temática**

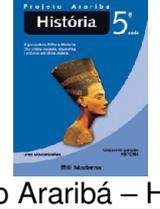
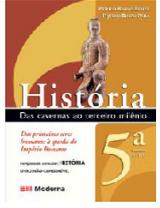
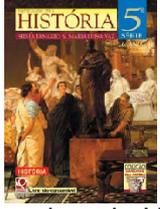
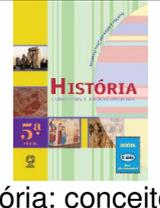
 <p>Link do Tempo</p>	Denise Mattos Marino e Léo Stampacchio	Edições Escala Educativa
 <p>História por eixos temáticos</p>	Antonio Pedro e Lizânias de Souza Lima	Editora FTD
 <p>História Temática</p>	Andréa Rodrigues Dias Montellato, Conceição Aparecida Cabrini e Roberto Catelli Jr.	Editora Scipione
 <p>Historiar – Fazendo, contando e narrando a História</p>	Dora Schmidt	Editora Scipione

Fonte: Guia de Livros Didáticos 2008.

As quatro coleções apresentadas no quadro 1.9 *História Temática*, de acordo com o PNLD/2008, seguem as recomendações dos PCNs do ensino fundamental II e eixos temáticos: *História das relações sociais*, para 5ª e 6ª séries e *História das representações de poder*, para 7ª e 8ª séries. Possui resenha detalhada, apresentando pontos positivos e negativos da avaliação, o que possibilita ao professor nortear a sua escolha. (Brasil, Guia, PNLD/2008, p.09).

É ponto forte das coleções desse bloco o diálogo entre a realidade social e as temáticas históricas. Observa-se a preocupação com a diversidade cultural, com a participação política e defesa contra todas as formas de dominação, opressão e preconceito (Brasil, Guia, PNLD/2008, p.28).

Quadro 1.10: **História Integrada**

 <p>Por dentro da História</p>	<p>Célia Regina Cerqueira Vicentino, Maria Aparecida C. Cotrim e Pedro Santiago</p>	<p>Edições Escala Educativa</p>
 <p>História em projetos</p>	<p>Andréa Paula, Carla Miucci Ferraresi e Conceição de Oliveira</p>	<p>Editora Ática</p>
 <p>Projeto Araribá – História</p>	<p>Editora Moderna</p>	<p>Editora Moderna</p>
 <p>História: Das cavernas ao terceiro milênio</p>	<p>Myrian Becho Mota e Patrícia Ramos Braick</p>	<p>Editora Moderna</p>
 <p>Diálogos com a História</p>	<p>Kátia Corrêa Peixoto Alves e Regina Célia de Moura Gomide Belisário</p>	<p>Editora Positivo</p>
 <p>Navegando pela História</p>	<p>Maria Luíza Vaz Silvia Panazzo</p>	<p>Quinteto Editorial</p>
 <p>História: conceitos e procedimentos</p>	<p>Eliete Toledo e Ricardo Dreguer</p>	<p>Editora Saraiva</p>

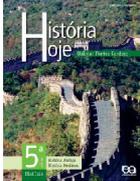
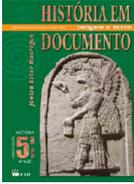
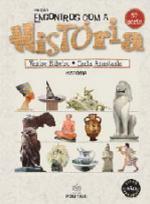
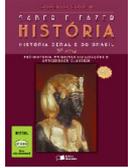
Fonte: Guia de Livros Didáticos 2008.

O bloco *História Integrada* possui maior homogeneidade de propostas em comparação as apresentadas no quadro anterior. É ponto comum a proposta de uma História que, seguindo uma seqüência cronológica, integre os principais fatos da História Geral, da América e do Brasil. Propõe uma concepção do ensino de História voltada à formação de um cidadão atuante diante das diferenças e dos preconceitos. (Brasil, Guia, PNLD/2008, p.52). De acordo com os avaliadores esta é uma das tendências historiográficas atuais.

Em geral, as coleções agrupadas no quadro 1.10 *História Integrada* apresentam, em seus textos e atividades, preocupação com a construção do conhecimento histórico, priorizando a trajetória humana como fruto de responsabilidade coletiva. Ao mesmo tempo, prioriza o trabalho com fontes históricas através de textos de diferentes autores, particularmente de historiadores contemporâneos e renomados no debate historiográfico.

Apresentaremos agora, o conjunto de coleções que compõem o bloco *História Intercalada*, considerado pelos avaliadores do PNLD, juntamente com o bloco História integrada, os que mais contemplam a historiografia atual. Apesar de ser o grupo mais heterogêneo, as coleções foram agrupadas pelo entrecruzamento dos conteúdos de História do Brasil, da América e Geral em ordem cronológica (Brasil, Guia, PNLD/2008, p.78).

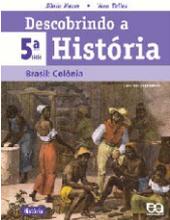
Quadro 1.11: História Intercalada

COLEÇÃO	AUTORES	EDITORA
 <p>História e vida integrada</p>	Claudino Piletti e Nelson Piletti	Editora Ática
 <p>História Hoje</p>	Oldimar Pontes Cardoso	Editora Ática
 <p>História em documento: imagem e texto</p>	Joelza Ester Rodrigues	Editora FTD
 <p>História, sociedade e cidadania</p>	Alfredo Boulos Júnior	Editora FTD
 <p>Encontros com a História</p>	Carla Maria Junho Anastasia e Vanize Maria Ribeiro	Editora Positivo
 <p>Construindo consciências – História</p>	Leonel Itaussu de Almeida Mello e Luís César Amad Costa	Editora Scipione
 <p>Saber e fazer História</p>	Gilberto Cotrim	Editora Saraiva

Fonte: Guia de Livros Didáticos 2008.

De acordo com o quadro 1.11 - *História Intercalada*, encontram-se agrupadas neste conjunto, sete coleções que, de forma geral, apresentam variedade de fontes históricas e atividades diversificadas. Intentam demonstrar, segundo análise do Guia de Livros Didáticos 2008, que esse conhecimento não é fruto de verdade absoluta, mas de construções de historiadores a partir do uso rigoroso de métodos e interpretação de fontes (Brasil, Guia, PNLD/2008, p.80).

Quadro 1.12: **História Convencional**

COLEÇÃO	AUTORES	EDITORA
 <p>Descobrimos a História</p>	<p>Sônia Maria Mozer e Vera Lúcia Pereira Telles Nunes</p>	<p><i>Editora Ática</i></p>

Fonte: Guia de Livros Didáticos 2008.

Neste bloco encontra-se apenas uma coleção. Tal condição demonstraria desprestígio em que este tipo de história teria caído? Talvez pela sua abordagem tradicional, cronológica, linear e informativa.

Os conteúdos históricos são analisados nas dimensões: econômica, política, social, cultural, e organizados de forma tradicional. Assim, a partir da 5ª série, aprende-se História do Brasil, Colônia e Império; na 6ª série, a Primeira República até o período da redemocratização; na 7ª série, História Geral, incluindo Pré-História, Antiguidade e História Medieval; e, finalmente, na 8ª série, os estudantes estudam História Moderna e Contemporânea (BRASIL, Guia, PNLD/2008, p.10). De acordo com os avaliadores do PNLD/2008, o livro *Descobrimos a História*, descrito no quadro 1.12 *História Convencional*, apresenta como pontos positivos, a quantidade significativa de fontes e de iconografia diversificada. Articula muito bem, também, os textos básicos e complementares. No entanto, os exercícios desenvolvem particularmente a memorização, propondo a compreensão e a

interpretação das questões a partir do texto principal. (Brasil, Guia, PNLD/2008, p.112).

Em síntese, neste primeiro capítulo, buscamos fazer um breve histórico do Programa Nacional dos Livros Didáticos e do seu processo avaliativo. Um busca por compreender seus desdobramentos ao longo de mais de duas décadas. Apresentamos os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, desde seu *Edital de convocação* para o PNLD/2008 até a publicação do *Guia de Livros Didáticos* de 2008. Nuances da dimensão da complexidade do PNLD.

Pensando justamente na complexidade dos textos oficiais, dos livros didáticos e das opiniões sobre eles, acreditamos necessário analisar mais de perto outros sujeitos envolvidos nessa densa teia de relações que é o PNLD. Para tanto, apresentaremos algumas instâncias (instituições, associações, meios de comunicação etc.) que se relacionam com o livro didático. Buscaremos pelas divergências ou convergências entre as concepções suscitadas e reacenderemos alguns debates acerca dos materiais didáticos. Enfim, esperamos explicitar como vários protagonistas se utilizaram dos seus *lugares* para expressar suas idéias acerca daquilo que viria a ser um bom livro didático, aperfeiçoado e adequado para o uso na Escola.

CAPÍTULO II

CONCEPÇÕES DE LIVRO DIDÁTICO

2.1 Os Documentos Oficiais: entre a instrumentalização e a construção.

Privilegiando dois documentos oficiais dos processos relacionados aos livros didáticos, temos: o *Edital de Convocação* – texto norteador das inscrições no processo de avaliação e seleção de obras didáticas do PNLD 2008; e o *Guia de Livros Didáticos* - área de História.

O texto do edital chama atenção para algumas características que devem ser observadas:

Dessa forma, os livros didáticos não podem, sob hipótese alguma, veicular preconceitos, estar desatualizados em relação aos avanços da teoria e prática pedagógica, repetir padrões estereotipados ou conter informações erradas, equivocadas ou superadas pelo desenvolvimento de cada área do conhecimento – sejam sob a forma de texto ou ilustração – ou ainda, informações que contrariem, de alguma forma, a legislação vigente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo. Devem, ao contrário, favorecer o diálogo, o respeito e a convivência, possibilitando a alunos e professores o acesso a informações corretas e necessárias ao crescimento pessoal, intelectual e social dos atores envolvidos no processo educativo. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.29).

Nessa perspectiva, existe a preocupação em estabelecer critérios contra possíveis erros, equívocos e desrespeitos, evitando, assim, a chegada às escolas de materiais prejudiciais ao processo de ensino-aprendizagem. Há também uma busca por aprimoramento do processo avaliativo, que, segundo o edital, reforça a adoção de livros didáticos cada vez mais próximos das demandas sociais e coerentes com as práticas autônomas dos professores. Sendo assim:

Entende-se que é preciso considerar os avanços obtidos pelas áreas do conhecimento, bem como os avanços das teorias pedagógicas, sem com isso perder de vista o compromisso fundamental com o conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado, pois é função social da escola estabelecer o diálogo com estes diferentes contextos. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.30).

De acordo com o *Edital*, o livro didático é importante instrumento na construção da cidadania: articula diferentes sujeitos através e seus conhecimentos prévios; atende a realidade social dos alunos e da proposta pedagógica da escola; e respeita a autonomia dos professores em suas próprias práticas e rotinas. Desse modo:

Entende-se que a prática do professor não deve se respaldar tão somente no uso do livro didático, mas que este material deve contribuir para que o professor organize sua prática, encontre sugestões de aprofundamento e proposições metodológicas coerentes com as concepções pedagógicas que postula e com o projeto político-pedagógico desenvolvido pela escola. Por seu alcance, o livro didático deve atuar, ainda, como propagador de conceitos e informações necessários à cidadania e ao convívio democrático, como o respeito, a ética, o reconhecimento da diversidade, entre outros. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.30).

Neste sentido, o *Anexo IX* trata dos critérios para a avaliação dos livros didáticos inscritos no PNLD/2008. O documento entende como obrigação do Ministério da Educação a seleção, a compra e a distribuição gratuita dos livros didáticos a todas as escolas públicas do país. Neste contexto, dois critérios avaliativos chamam a atenção: um, de natureza eliminatória; outro, de natureza qualificatória. Quanto ao primeiro, destacamos:

Correção dos conceitos e informações básicas. Respeitando as conquistas científicas das áreas de conhecimento, uma coleção didática não poderá, sob pena de descumprir seus objetivos didático-pedagógicos:

- (i) apresentar de modo errado conceitos, imagens e informações fundamentais das disciplinas científicas em que se baseia;
- (ii) utilizar de modo errado esses conceitos e informações em exercícios, atividades ou imagens, induzindo o aluno a uma equivocada apreensão de conceitos, noções ou procedimentos. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.31).

Portanto, os livros que não atenderem aos critérios previamente estabelecidos no Edital serão excluídos: *“tendo em vista preservar a unidade e a articulação didático-pedagógica entre os volumes que integram uma coleção, será excluída toda a coleção que tiver um ou mais volumes excluídos no presente processo de avaliação”*. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p. 31).

No segundo critério – qualificatório -, destaca-se a diversidade:

Quanto à construção de uma sociedade cidadã, espera-se que o livro didático:

- 1) promova positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder, reforçando, assim, sua visibilidade;
- 2) aborde a temática de gênero, da não violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária;
- 3) promova positivamente a imagem de afro descendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
- 4) promova positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio-científicos;
- 5) aborde a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.32).

Tendo como critério comum de qualificação o respeito à diversidade étnico-cultural, o MEC objetiva garantir livros didáticos contributivos à formação de cidadãos conscientes e ativos na construção de uma sociedade ética, plural e democrática. Ressaltando especificamente as concepções levantadas pelo MEC através de seu edital, destacamos os principais pontos referentes ao livro didático de História:

O livro didático de História, portanto, deve permitir ao aluno a compreensão ativa da realidade, que é condição para o desenvolvimento e a formação da cidadania. Como um dos instrumentos utilizados na prática escolar, não pode ser a exposição fria e mecânica de conhecimentos adquiridos e transmitidos. Tendo por objetivo desvendar a experiência dos homens no tempo, em sociedade, e empreender a compreensão ativa da realidade social, a História quer ser um elemento de tomada de consciência para as pessoas que a ela se achegam. Assim, o texto deve ser capaz de envolver o aluno, considerado como sujeito que tem consciência de estar, a seu modo, fazendo História. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.44).

Tendo como pressuposto o desenvolvimento de um cidadão crítico, capaz de relacionar passado e presente, o livro didático deve propiciar ao aluno uma maior compreensão de sua realidade social. É instrumento auxiliar do professor na prática pedagógica e, como tal, não deve ser o único – haja vista a gama de acontecimentos e informações disponíveis na sociedade contemporânea. Não pode ser mera transposição didática das ciências acadêmicas (Chevallard, 1990). Assim, não só o

livro didático, mas toda a Escola seria reprodutora dos conhecimentos da Academia e sua eficácia medida pela sua capacidade de reprodução ou transposição desses saberes. O professor e o material didático apareceriam, finalmente, como mediadores desse processo.

André Chervel (1991), crítico da transposição didática, defende que a disciplina escolar deve ser estudada historicamente, considerando-se o papel da escola em cada momento histórico. A escola deveria ser entendida como lugar de construção de autonomias e as disciplinas escolares como partícipes de um processo no qual o livro didático estabeleceria fortes relações entre a escola e cultura geral. Considerando esses e outros estudos, o Ministério da Educação apostou na articulação entre os conhecimentos advindos da pesquisa de especialistas e os conteúdos que fazem parte do currículo escolar.

Este, por sua vez, é uma parcela significativa do saber escolar, que é construído no e para o espaço da escola. A experiência e as representações de mundo e de história que são elaboradas pelos alunos e professores dão a possibilidade de uma re-elaboração contínua e criativa do conhecimento que é produzido pelos historiadores. Tal conhecimento precisa ser explicitado sobre sua forma de construção para não ser confundido com o próprio passado das sociedades estudadas. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.44).

Os Livros didáticos e demais disciplinas escolares, segundo as concepções explicitadas no próprio *Edital*, servem como aporte na construção do diálogo entre os saberes acadêmicos construídos e saberes próprios de uma cultura escolar.

Outra possibilidade de enfoque das concepções estabelecidas pelo MEC, além dos aspectos gerais anteriormente apresentados, são aquelas, específicas da área História. Veremos nos critérios de avaliação, eliminatórios e de qualificação. A avaliação dos livros didáticos para os anos finais do ensino fundamental do PNLD/2008 apresenta como critérios eliminatórios que serão ponto de referência no processo:

1. Correção dos conceitos e das informações básicas⁴

Trata-se de um direito de todos ter acesso ao conjunto de conhecimentos que foram socialmente elaborados com os esforços dos historiadores e dos cientistas sociais. Esses conhecimentos não podem ser apresentados de maneira errônea ou distorcida no livro didático. A presença de conceitos usados erroneamente levam à exclusão da coleção. (BRASIL, Edital, PNLD/2008, p.45).

2. Coerência e adequação metodológicas

Os pressupostos teórico-metodológicos, seja em relação à História seja em relação ao ensino/aprendizagem, embasam e orientam o trabalho com a História e com as práticas de ensino. Conseqüentemente, devem estar presentes, explícita ou implicitamente, na elaboração dos livros didáticos e discutidas no Manual do Professor. (MEC, Edital, PNLD/2008, p.46).

3. Preceitos Éticos

O livro didático faz parte intrínseca do processo educativo, servindo como um dos instrumentos de que o professor dispõe para seu trabalho didático-pedagógico. Ele deve contribuir, portanto, para o desenvolvimento da ética necessária ao convívio social e à construção da cidadania. (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.48).

O primeiro aspecto diz respeito à presença de conceitos usados erroneamente. Improriedades que podem levar os a uma interpretação equivocada do processo histórico explanado. Assim, informações desatualizadas também são motivos de exclusão da coleção.

Sobre o segundo aspecto - *coerência e adequação metodológicas* -, o mote é a coerência entre a forma como os conteúdos são desenvolvidos e como as estratégias pedagógicas são aplicadas. Propõe a articulação pedagógica entre os conteúdos e estratégias pedagógicas de cada volume, bem como, a articulação dos diferentes volumes que integram a coleção didática.

Por fim, como os critérios eliminatórios preocupam-se com os preceitos éticos, qualquer livro que veicule textos e/ou ilustrações preconceituosas, propaganda mercadológica, doutrinação religiosa ou político-partidária será excluído do processo. Os livros não excluídos após a primeira etapa serão analisados e destacados de acordo com critérios de qualificação. Esse processo leva em conta, especificidades relacionadas aos aspectos historiográficos, pedagógicos e metodológicos, cabendo ao professor, identificar qual livro é o mais adequado pedagógica e historiograficamente ao projeto da escola. Sendo assim:

⁴ Todos os grifos do texto são nossos.

- A avaliação e seleção das obras didáticas deverão estar atentas, também, para perceber se os problemas levantados relacionam-se com a realidade mais próxima do aluno (que não deve ser compreendida estritamente a sua realidade espacial próxima) e se estão adequados a sua capacidade cognitiva (Brasil, Edital, PNLD/2008, p.48).

Nos limites desses textos oficiais, espera-se que os livros didáticos de História dialoguem com a realidade social dos alunos, respeitando, assim, conhecimentos prévios, habilidades e competências desses sujeitos. Contudo, notamos que a principal preocupação do MEC ao estabelecer critérios eliminatórios e qualificatórios para os livros didáticos de História, foi garantir livros selecionados próximos do que acreditam ser a melhor concepção de material didático. Para isso, através do PNLD, firmaram-se convênios com universidades públicas, objetivando consolidar uma concepção de livro didático de História que privilegie as mais novas tendências historiográficas.

2.2 O Guia de Livro Didático - História

Buscamos, aqui, apreender as concepções de livro defendidas no documento oficial produzido após a criação do *Edital* e resultante de todo um processo avaliativo: o *Guia de Livros Didáticos*. Segundo o MEC, material feito para auxiliar o professor na hora da escolha do livro didático e acompanhá-lo nos próximos três anos. Seriam estas as funções do Livro Didático?

Segundo Alain Choppin (2004), o livro didático possui mais funções:

1. Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.

[...]

2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição

de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc.

[...]

3. Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar – e, em certos casos, a doutrinar – as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz.

[...]

4. Função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada - afirmação que pode ser feita com muitas reservas - em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores. (Chopin, 2004, p.553).

Segundo o pesquisador francês, o livro didático possui várias funções e, portanto, não é, e nem deveria ser, o único instrumento de ensino-aprendizagem à disposição do professor. Acresce que, na medida em que se estabelecem outras relações, sejam elas de concorrência ou de complementação, mudanças ocorrem em suas funções e usos.

Já, de acordo o documento de apresentação do *Guia*, esse material tem uma função a cumprir: abarcar, simultaneamente, elementos em sua estrutura que o faça ser considerado adequado para o ensino-aprendizagem.

Para isso, é evocado o aporte teórico de Gérard e Roegiers (1998). Um bom livro deve apresentar as seguintes funções:

- transmitir conhecimentos;
- desenvolver capacidades e competências;
- consolidar conhecimentos práticos e teóricos adquiridos;
- avaliar conhecimentos práticos e teóricos adquiridos;
- referenciar informações precisas e exatas.

Apresentamos as funções do Livro didático presentes na *Apresentação do Guia de Livros Didáticos de 2008*:

Transmissão de conhecimentos; — Trata-se da mais direta e conhecida das funções de um LD, sem dúvida essencial, mas muitas vezes valorizada em excesso, em detrimento de outras, fundamentais para o desenvolvimento intelectual do aprendiz. Livros e materiais que se limitem a esta função oferecem apenas o mínimo indispensável a alunos e professores, em nada rompendo com a abordagem que estamos denominando como tradicional. Por outro lado, é importante verificar quantos e quais conteúdos foram selecionados pelo LD, assim como a forma como foram distribuídos e organizados ao longo das unidades. Só assim vocês poderão saber se a escolha e o tratamento dado aos conteúdos estão de acordo com o planejamento da escola. (Brasil, Guia de Livros Didáticos, Apresentação, PNLD/2008, p.16).

Como uma das funções do livro didático não deve ser valorizada a ponto de anular as outras características, outro aspecto relevante encontrado nas funções de um bom livro didático refere-se ao:

Desenvolvimento de capacidades e competências; — Esta é uma função essencial para a formação de cidadãos críticos e para o desenvolvimento progressivo da autonomia nos estudos, razão pela qual um bom material não pode deixar de contemplá-la satisfatoriamente. É no tratamento dado a esse quesito que podemos verificar se o LD de fato trata a criança como aprendiz, ou seja, como um sujeito que toma parte ativa no processo de ensino/aprendizagem, ou como um simples recipiente para conteúdos escolhidos à sua revelia. É aqui, portanto, que vocês poderão aquilatar mais claramente tanto o envolvimento do LD com as pesquisas mais recentes na área, quanto o seu compromisso com a aprendizagem. Exercícios exaustivos de memorização e perguntas com as respostas explicitadas no texto imediatamente anterior são recursos que podem levar o aluno a acertar a resposta, sem, no entanto, compreender o que faz e aprender algo novo. (Brasil, Guia de Livros Didáticos, Apresentação, PNLD/2008, p.17).

O principal objetivo é alertar os professores para escolherem um material didático colaborador à autonomia do educando e à formação de um cidadão crítico, descartando, portanto, materiais didáticos que privilegiem a memorização e a acumulação de conteúdos desconexos com a realidade.

A função referente à apropriação dos conhecimentos práticos e teóricos adquiridos. Segundo o documento de apresentação do Guia de Livros Didáticos 2008:

Consolidação de conhecimentos práticos e teóricos adquiridos; — Este fator é muito relevante para que o aluno incorpore o aprendido aos contextos particulares e ao seu cotidiano. Nesse quesito, de acordo com as pesquisas citadas por GÉRARD & ROEGLIERS, o caminho mais adequado para uma efetiva apropriação dos conhecimentos pelo aluno é o indutivo, na medida em que é por esta via que a própria criança pode sistematizar e organizar o conhecimento, apropriando-se dele. Isso não quer dizer, evidentemente, que os processos dedutivos devam ser banidos do ensino, mas sim que o tratamento didático dos conteúdos, no LD, deve prever, em momentos chave da aprendizagem pretendida — como o momento em que se introduz um novo objeto de conhecimento — um caminho essencialmente indutivo. Por outro lado, a consolidação do conhecimento não deve limitar-se à memorização pura e simples; atividades e exercícios de aplicação do conhecimento a novas situações são mais eficazes que as inúmeras repetições. (Brasil, Guia de Livros Didáticos, Apresentação, PNLD/2008, p.17).

A análise que é apresentada neste documento aponta à consolidação do conhecimento pelo caminho analítico: aquele que evita processos dedutivos, sendo mais adequado a uma efetiva apropriação dos conhecimentos.

Uma das funções do livro didático que contribui para verificar se o que foi transmitido foi efetivamente consolidado, encontra-se no processo de avaliação. O documento apresenta como deve ser a função:

Avaliação dos conhecimentos práticos e teóricos adquiridos; — Por meio desta função, o LD pode contribuir tanto para a localização das eventuais dificuldades de aprendizagem, quanto para a sua superação. Por isso mesmo, um bom LD inclui a avaliação e a auto-avaliação do aluno — na forma de orientações e fichas de controle, por exemplo — entre as estratégias didático-pedagógicas de que se vale. E como é preciso saber o quê e para quê se avalia, é importante que o LD deixe muito claros os objetivos a serem atingidos pelo estudante. (Brasil, Guia de Livros Didáticos, Apresentação, PNLD/2008, p.17-18).

Este aspecto é particularmente relevante por discutir o papel do livro didático como auxiliar do professor na identificação das dificuldades do aluno e nos diagnósticos para sua superação.

Uma última função, diz respeito a sua utilização como referência para o aluno na escola ou fora dela.

Referência para informações precisas e exatas. — Às vezes pouco explorado, este é um aspecto do LD que pode atribuir-lhe um caráter suplementar de obra de referência, quer nos momentos de estudo individual em casa, quer na solução de dúvidas pontuais. Por isso mesmo, o LD pode — e deve — funcionar também como fonte para o estudo individual. Considerando esse conjunto de funções chave, procurem verificar, nos textos do Guia, quais as contempladas e quais as mais trabalhadas em cada LD. Em particular, não se contentem com a pura e simples transmissão de conhecimentos; verifiquem se as atividades e exercícios propostos desenvolvem de fato competências e habilidades do aprendiz; e dêem preferência aos LD mais completos e equilibrados, no que diz respeito aos serviços prestados ao aluno. (Brasil, Guia de Livros Didáticos, Apresentação, PNLD/2008, p.18).

Sugerido pelo *Guia*, o material didático ideal para o trabalho pedagógico contém informações precisas, serve como obra de referência e utiliza, em vários momentos, a própria vida escolar do aluno.

A concepção de História adotada na Coleção deve viabilizar que o aluno aprenda a pensar historicamente, compreendendo os diversos processos e sujeitos históricos e as relações que se estabelecem entre os grupos humanos nos diferentes tempos e espaços, além de possibilitar a incorporação da renovação historiográfica, partir de um problema ou conjunto de problemas, ou de diferentes versões, proporcionando a formação para a autonomia, a crítica e a participação na sociedade. Deve, ainda, permitir a observação atenta do mundo, identificando as relações sociais que estão ao seu redor. (Brasil, Guia de Livros Didáticos, PNLD/2008, p.13).

Sobre essa ótica, concebe-se a História como ponto de partida que prioriza as relações estabelecidas por um aluno localizado em um determinado tempo e espaço e contribui a sua formação e relação social.

2.3 A Academia: entre a Concepção e a Produção Cultural.

Uma das questões centrais que baliza nossa preocupação sobre as concepções de Livro Didático é identificar divergências e convergências entre os trabalhos acadêmicos. Assim, abordaremos as questões a partir de alguns eixos:

- caracterização do material;
- uso do material didático;
- influência da indústria cultural;
- processo de avaliação e escolha dos livros didáticos.

Destacando a *caracterização*, segundo Lajolo (1996) O livro didático é um recurso utilizado em aulas e cursos - especificamente no espaço escolar e de aprendizado coletivo e orientado por um professor. Por ser o livro didático produzido e comercializado em função de uma Escola, muitas vezes, precária, este livro acaba por determinar conteúdos e estratégias de ensino. Concebe o livro didático como instrumento importante de ensino e aprendizagem formal e, apesar de não ser o único, pode ser decisivo à qualidade do aprendizado. Para ser considerado, didático a pesquisadora aponta, ainda, que o livro precisa ser usado sistematicamente no ensino e na aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, normalmente caracterizado como disciplina escolar.

Para destacar outra caracterização de livro didático, utilizamo-nos dos estudos de Margarida Maria Dias de Oliveira⁵, em seu artigo: *Livros Didáticos de História: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural*.

Estamos entendendo como livro didático “um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação”. A complexidade desse objeto, sim porque o livro didático não é “apenas” um livro, tampouco o é no sentido mais usual do termo, para ser lido, da primeira à última página. O livro didático precisa ser entendido como parte da história cultural da nossa civilização e como objeto que deve ser usado numa situação de ensino e aprendizagem e, nessa relação há vários sujeitos: o(s) autor(es), editor, trabalhadores, e, sobretudo, professores e alunos. (Oliveira M., 2006, p.02).

⁵ Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

De acordo com a autora, a principal função do livro didático é contribuir na formação do aluno. Desse modo, diferentemente de outros, esse não é para ser lido em sua totalidade e, continua a abordagem, classificando o material didático como fundamental na cultura escolar.

Magda Soares⁶, por sua vez, em entrevista a *Rede Pitágoras*, intitulada *Livro Didático: Contra ou a Favor*, também reflete sobre o livro didático. Ao fazer a diferenciação entre Livro didático e paradidático, contribui:

O objetivo do livro didático é apresentar uma proposta pedagógica de um conteúdo selecionado no vasto campo de conhecimento em que se insere a disciplina a que se destina, organizado segundo uma progressão claramente definida e apresentado sob forma didática adequada aos processos cognitivos próprios a esse conteúdo e ainda própria à etapa de desenvolvimento e de aprendizagem em que se encontra o aluno. Sua função, como já foi dito, é servir de suporte para o ensino, um instrumento de trabalho para o professor e aluno. (Soares, 2002).

Nesses termos, as duas autoras entendem o Livro Didático como suporte auxiliar do professor que, respeitando as etapas de desenvolvimento e processos cognitivos dos alunos, contribui para práticas didáticas concretas.

Priorizando, agora, o uso do livro didático, Araújo (2001) salienta que dificilmente as obras são usadas integralmente, apesar de servirem como introdução das aulas expositivas ou explicações orais dos professores. De acordo com a autora, um número significativo de professores prefere usar apenas os exercícios e atividades propostas pelas obras, não obstante destacar sua importância na preparação das aulas. Alerta que a dependência dos professores em relação ao material didático está intimamente ligada à sua formação, condição de trabalho e, principalmente, à quantidade de escolas e aulas semanais de cada docente.

Soares (1996), na mesma linha, reflete:

O processo de expansão da escolarização gerou a necessidade de recrutamento mais amplo e, portanto, menos seletivo de professores. Resultado da democratização do ensino e da multiplicação de alunos dela decorrente, esse processo vai conduzindo ao rebaixamento salarial e, conseqüentemente, a precárias condições de trabalho, como também a

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, estuda há anos a importância do livro didático no dia-a-dia do magistério.

uma formação profissional deficiente. Tudo isso constitui uma situação que obriga os professores a buscar estratégias de facilitação de sua atividade docente – uma delas é transferir ao livro didático a tarefa de preparar aulas e exercícios (Soares, M. B, 1996, p.62).

Considerando a relação entre tais premissas, o autor aponta a conjuntura educacional, a partir do processo de expansão da escolarização, como desencadeador das precárias condições de trabalho. Estas, por sua vez, forçam o professor a utilizar o livro didático como “compensador” das deficiências na preparação das aulas e exercícios.

Especificamente sobre os exercícios correspondentes aos conteúdos pedagógicos e considerados necessários à aprendizagem, Faricelli (2005) analisa três coleções didáticas de História dirigidas às quatro séries do ensino fundamental II. Procura demonstrar que os exercícios fazem parte e configuram a história da História ensinada, considerando que os conteúdos propostos pelos currículos são expressos pelos textos didáticos. Assim, o livro tornar-se instrumento imprescindível na constituição dos saberes escolares.

Como *Produto de uma indústria cultural*, abordaremos o livro didático sob alguns aspectos:

- circulação do livro didático;
- influência das editoras e das políticas públicas no processo de escolha dos professores.

Para Bittencourt (2004), o livro didático é de difícil definição. Obra complexa que envolve vários sujeitos em sua produção, circulação, uso e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo do lugar e do momento que é produzido e utilizado nas diferentes situações.

Por ser um objeto de múltiplos olhares, o livro didático é pesquisado enquanto: produto cultural; mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica do mercado capitalista; veículo de valores, ideológicos ou culturais.

Desse modo, vale lembrar que:

“O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica de mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores. É importante destacar que o livro didático como objeto da indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor”. (Bittencourt, 2003, p.71).

A partir dessa concepção, a autora oferece novas perspectivas, possibilitando o encontro de elementos para compreender o material didático mais difundido na escola. Destaca a interferência de vários sujeitos da indústria cultural na constituição da obra didática que, também recebe tratamento de produto preparado a contemplar o mercado.

Miranda e Luca (2004) estabelecem diálogo com o pensamento de Bittencourt. Sobre a concepção de material didático entendem-no também como produto da indústria cultural.

O livro didático é um produto cultural com alto grau de complexidade e não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leitura muito diversas. (Miranda e Luca, 2004, p.02).

Com o propósito de apontar o Livro Didático como um objeto de análise de variadas vertentes, o presente estudo indica convergências no tratamento dado ao livro e nas relações estabelecidas entre os vários sujeitos, podendo interferir nas práticas de leitura como também no cotidiano escolar.

O aprofundamento das concepções de livro didático enquanto produto de uma indústria cultural e, principalmente – produto -, conta, ainda, com a pesquisa de Cassiano (2003). Investigando a circulação e seleção de livros didáticos feitas nas escolas públicas paulistanas a autora afirma que as editoras e as políticas públicas influenciam o processo de escolha do material didático, uma vez que a Escola também é vista como mercado consumidor. Relações organizacionais e interpessoais entre a indústria editorial, políticas públicas e instituições escolares

deixam diferentes marcas no uso desse produto e impõe especificidades à produção e circulação do material didático.

Tratando a Escola, também, como nicho de mercado das editoras e alvo de políticas públicas ineficientes, Cassiano (2003) também nos possibilitou a descoberta de um discurso de autonomia construído pelo professorado da escola pública. Público que seleciona e usa esse material criativamente, não perdendo de vista a realidade do aluno. Dessa forma, essa pesquisa é a que mais se aproxima do nosso objeto de análise.

Outro estudo da mesma autora - Cassiano (2007) -, traça um panorama das duas últimas décadas dos programas dos livros didáticos e da implementação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Brasil. Trata das alterações ocorridas no mercado brasileiro dos livros escolares que, segundo a autora, teria passado – desde o final do século XX - da concentração das editoras familiares para o monopólio dos grandes grupos empresariais. Dá ênfase às reformas no PNLD durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e à chegada dos grupos empresariais espanhóis, em decorrência das políticas econômicas de abertura de capital internacional. Analisa a inserção do Brasil no mercado ibero-americano do livro, relacionando elementos culturais e educacionais, em especial, à implementação da língua espanhola no currículo oficial das escolas brasileiras - feito pelo governo brasileiro apoiado e comemorado pelos empresários espanhóis.

Ao tratar também dos livros didáticos de História, os estudos de Munakata (1997) nos permitem observar outro viés da indústria cultural, apresentando uma abordagem diferenciada das demais. Analisa: os resultados financeiros para as editoras e autores de livros didáticos; os gastos do Estado Brasileiro o PNLD; a repercussão econômica deste produto na sociedade; além das complexas fases de produção de livros didáticos e paradidáticos no Brasil. A análise do livro didático é feita pela sua produção, não só a partir de aspectos gráficos, mas, também, a partir das vozes dos autores e editores. O livro é dimensionado de modo a ultrapassar aspectos comerciais e ideológicos, mas, indagando sua materialidade, sua produção, seus profissionais envolvidos. Assim, Munakata (1997) alerta que como qualquer outra indústria do mundo competitivo, a indústria do livro didático demanda,

profissionais e livros didáticos cada vez melhores, sendo - todos - afetados por uma dimensão chamada Mercado.

Com o objetivo de oferecer outras abordagens, apresentamos um dos pontos de destaque para compreensão das concepções de material didático: *o processo avaliativo*.

Apoiando-se nas análises realizadas pelos avaliadores do MEC e nas de outros pesquisadores, procuramos por divergências entre os diversos estudos referentes ao processo. A respeito do processo avaliativo, como contribuição para as políticas educacionais para o ensino fundamental, Batista, Val e Rojo (2004) afirmam:

A avaliação qualitativa de livros didáticos comprados e distribuídos com dinheiro público, mas produzidos por empresas privadas (as editoras), em que pesem a complexidade dessa política e as discussões que ela suscita, tem apresentado ganhos educativos e sociais dos quais o mais visível e significativo é a presença de obras de melhor qualidade nas mãos dos estudantes brasileiros. Essa presença acena para a possibilidade de alteração nas práticas docentes, ensejada pelo uso de materiais mais adequados. Há também ganhos acadêmicos, resultantes não só do contínuo refinamento na construção e discussão dos critérios, que vem requerendo investimento teórico por parte dos envolvidos no processo, mas também da montagem de equipes de avaliadores cada vez mais comprometidos com o trabalho e as reflexões que ele provoca. Esses aspectos repercutem nas ações de formação de professores, dentro e fora das universidades. (Batista, Val e Rojo, 2004, p.08).

A análise dos autores mostra a relação entre a avaliação qualitativa e os possíveis benefícios decorrentes dela. Acreditam que o processo avaliativo contribui para a propagação de obras didáticas de maior qualidade e, também, com a prática pedagógica, possibilitando, portanto, várias formas de uso. Destaca ainda, a importância da avaliação qualitativa como propulsora da formação dos professores, quando da participação destes nos debates sobre os critérios avaliativos.

Margarida Maria Dias de Oliveira (2006), em seu artigo *Livros Didáticos de História: pesquisa, ensino e novas utilizações, deste objeto cultural*, propõe que:

Há necessidades de ações junto a formação inicial e continuada dos professores e também no fornecimento de subsídios informacionais e didáticos aos professores.

No que concerne à formação continuada de professores, por exemplo, seria fundamental o incentivo à criação de Cursos de Especialização em parceria

com as Secretarias de Educação e com as Instituições Federais de Ensino Superior que tenham como objeto das disciplinas as potencialidades de trabalhos presentes nos livros didáticos.

Isso faria com que o professor dos ensinos fundamental e médio participasse ativamente da discussão do livro didático, proporcionando não só a troca de informações (experiências vivenciadas em sala de aula e análises produzidas sobre os livros didáticos) como a reflexão para novas abordagens e utilizações desse objeto, além de contribuir para a autonomia deles na avaliação dos livros didáticos. (Oliveira, 2006, p.07).

Considerações importantes para explicitar a necessidade de ações voltadas à formação do professor e para fornecer subsídios ao melhor aproveitamento das potencialidades do livro didático. Tais ações levariam o professor a formular suas próprias concepções acerca do livro didático, a trocar experiências e informações, e criar autonomia no processo avaliativo dos livros.

Em consonância com os demais pesquisadores, Miranda e Luca (2004) discorrem sobre o processo avaliativo. Destacando o histórico do processo avaliativo do PNLD, atentam:

Ainda que o processo de aperfeiçoamento dos critérios e procedimentos de avaliação seja bastante recente, a relação de continuidade dessa política por quase uma década teve efeitos incontestáveis na forma e no conteúdo do livro didático brasileiro. Na área de História é patente a transformação: de um cenário marcado pelo predomínio de obras que veiculavam, de modo explícito ou implícito, todo tipo de estereótipo e/ou preconceitos, para um quadro em que predominam cuidados evidentes, por parte de autores e editores, em relação aos critérios de exclusão de uma obra didática. Nos vários editais e nos Guias publicados, tais critérios têm sido exaustivamente repetidos: existência de erros de informação, conceituais ou de desatualizações graves; veiculação de preconceitos de gênero, condição social ou etnia, bem como de quaisquer formas de proselitismo e, por último, verificação de incoerências metodológicas graves entre a proposta explicitada e aquilo que foi efetivamente realizado ao longo da obra. (Miranda e Luca, 2004, p.127).

Destacando o aprimoramento do programa ao longo de uma década, principalmente, na sua forma e no seu conteúdo, a análise ressalta as transformações por que passaram os livros, fazendo com que autores e editoras tenham maior preocupação em relação aos critérios avaliativos das obras e com possíveis exclusões. A ênfase no estudo das concepções de Livro Didático tem contribuído para o aprofundamento das reflexões acerca da interação entre teoria e prática da avaliação das coleções a serem escolhidas pelos professores das diversas escolas do país.

2.4 A Mídia: entre as esquerdas, as direitas e os meios de comunicação

No que diz respeito aos inúmeros informes e artigos publicados na mídia em geral sobre o PNLD/2008, em particular, sobre os Livros Didáticos de História, julgamos alguns importantes ao mapeamento das principais divergências e convergências entre concepções de livro didático. São eles: o artigo do jornalista Ali Kamel, publicado em *O Globo*; a respectiva resposta do professor Mario Schmidt, publicada no site *Portal Vermelho*; o artigo referente ao livro *Projeto Araribá*, da editora Moderna, publicado na *Folha de S.Paulo*.

Todo ano vemos na mídia uma longa e massiva campanha - patrocinada pelo Governo - apresentando o PNLD, o Guia de Livros Didáticos e informando prazos e procedimentos de escolha. No site oficial do MEC, temos os dados dos PNLDs anteriores, apontados, informando e esclarecendo a constituição do Programa. Por sua abrangência, o PNLD/2008, contou com a utilização da mídia televisiva para reforçar a necessidade de se respeitar os prazos estabelecidos para cada etapa do programa. Além disso, chegaram às escolas cartazes informativos que auxiliaram a divulgação.

Desta forma, não raro, alguns meios de comunicação deram, também, “seus pareceres” sobre determinada coleção didática ou sobre um livro didático específico. Porém, algumas destas avaliações realizadas por “não-pareceristas”, tornaram-se verdadeiros “campos minados”, “batalhas ideológicas” ou “caça às bruxas”! Destas avaliações, destacamos duas: *Livro didático e propaganda política*; e, *O que ensinam às nossas crianças*, publicados no jornal *O Globo*, respectivamente em 01/10/2007 e 18/09/2007; ambos, assinados pelo diretor executivo de jornalismo da Rede Globo, Ali Kamel.

Sobre o primeiro artigo, o referido jornalista faz duras críticas ao livro didático de História da 8ª série do ensino fundamental, *Projeto Araribá*, da Editora Moderna. Segundo ele, o livro faz propaganda político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores.

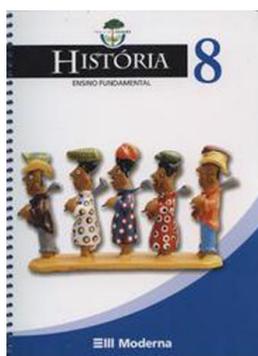


Figura 1 - Livro didático: Projeto Araribá, 8ª série da editora Moderna.

O livro termina com oito páginas sobre a fome no mundo e no Brasil. Há afirmações assim: "Há mais pessoas desnutridas na Nigéria, um país de 120 milhões de habitantes, do que na China, onde vive mais de 1,2 bilhão de pessoas." A China é socialista, certo? As causas da fome, apontadas pelo livro, são as dificuldades de acesso à terra, o aumento do desemprego e a divisão desigual da renda. Depois de repetir que "o nosso país tem fome", o livro "esclarece": "O combate à fome é o principal objetivo do governo Lula, que tomou posse em janeiro de 2003. Para isso, o governo lançou o Programa Fome Zero. A implantação do programa tem como referência o Projeto Fome Zero - uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil, um documento que reúne propostas elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores em 2001. E as crianças são expostas a 52 linhas do documento de propaganda partidária elaborado em 2001 pelo Instituto da Cidadania, do PT. E a nenhum outro. (Kamel, Livro didático e propaganda política, *O Globo*, 01/10/2007).

A crítica é fundamentada no edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de Livros Didáticos, para os anos finais do ensino fundamental - PNLD/2008. Vale destacar que, dentre outros critérios eliminatórios, está o que proíbe os livros de história fazerem propaganda político-partidária. No entanto, a obra mencionada passou por comissão de avaliadores do MEC, logo, qualificada para participar do programa.

O artigo de Ali Kamel busca apontar erros conceituais e propaganda político-partidária naquele que é o livro didático mais solicitado pelos professores no PNLD/2008. Termina dizendo "*Pobres de nossas crianças*". A questão esboçada no artigo de Kamel suscitou comentários e outros artigos a respeito do assunto. Como o artigo *Novo livro didático é questionado*, de Renata Cafardo, publicado em 03/10/2007, no jornal *O Estado de S.Paulo*. De início, a jornalista Renata Cafardo aponta as falhas que foram destacadas por Kamel, no entanto, acresce ao dialogar com especialistas de universidades brasileiras que colaboram com o debate. Em referência à acusação de propaganda político-partidária por parte do Projeto Araribá, Silva Colello⁷, em entrevista para Renata Cafardo, salienta:

O programa do governo Lula é apresentado como motivo de discussões porque ajuda financeiramente os pobres, mas pode não atingir "a raiz da pobreza". "Esse livro é muito diferente do outro (Nova História Crítica) e não acho que haja exageros", diz a educadora da Universidade de São Paulo (USP) Silvia Colello. Para ela, a coleção fala dos dois governos de maneira equilibrada. (Cafardo, Novo livro didático é questionado, *O Estado de S.Paulo*, 03/10/2007).

⁷ Professora da Universidade de São Paulo – USP.

Notamos que para Colello, a utilização de textos do programa *Fome Zero* é uma questão de interpretação, contudo, considera a abordagem feita pelo livro didático a respeito dos *governos FHC e Lula*, equilibrada. Em referência ao livro *Nova História Crítica*, apresentaremos mais adiante uma análise detalhada, pois, o mesmo, também recebeu críticas severas de Ali Kamel. Ainda a respeito do texto sobre o programa governamental *Fome Zero* e os *governos FHC e Lula*, destaca o historiador Marco Antonio Villa, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

"Em história, não se pode falar de ontem", alerta o historiador da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Marco Antonio Villa. Ele critica o fato de a coleção conter um texto que ocupa duas páginas sobre a *Fome Zero*. "As bases fundamentais para a construção da análise histórica precisam de tempo. São necessários fortes documentos, história oral, entre outros, para a formação do conhecimento", completa. Para ele, os governos FHC e Lula deveriam apenas ser rapidamente mencionados no livro. (Cafardo, Novo livro didático é questionado, *O Estado de S.Paulo*, 03/10/2007).

Segundo Villa, existe um efeito negativo associado à utilização de fatos recentes como o *Programa Fome Zero*. Em relação à abordagem dada pelo livro didático aos *governos FHC e Lula*, acredita que não devem fazer referência extensa.

Ao ouvir o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), José Francisco Soares, Cafardo atenta para a complexidade do fato, pois, para ele "*Não existe um acordo sobre como a história deva ser ensinada*". Segundo Cafardo, ao procurar à editora, foi alertada que a mesma não se manifestaria sobre o conteúdo dos livros.

Outra matéria que causou polêmica e intensos debates, foi o artigo de Ali Kamel: *O que ensinam às nossas crianças*, publicado em 18 de setembro de 2007, em *O Globo* e depois reproduzido no *O Estado de S.Paulo* em 20 de setembro de 2007. De forma incisiva, Kamel aponta o que seriam as falhas graves no livro didático *Nova História Crítica (8ª série)*, do professor Mario Schmidt, publicado pela editora nova geração. Ao destacar pontos do livro, diz:

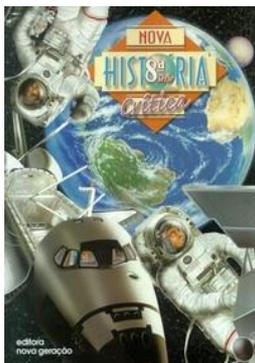


Figura 2 - Livro didático: Nova História Crítica de Mário Schmidt da editora nova geração.

O psicanalista Francisco Daudt me fez chegar às mãos o livro didático "Nova História Crítica, 8ª série" distribuído gratuitamente pelo MEC a 750 mil alunos da rede pública. O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários. Impossível contar tudo o que há no livro. Por isso, cito apenas alguns trechos.

Sobre o que é hoje o capitalismo: "Terras, minas e empresas são propriedade privada. As decisões econômicas são tomadas pela burguesia, que busca o lucro pessoal. Para ampliar as vendas no mercado consumidor, há um esforço em fazer produtos modernos. Grandes diferenças sociais: a burguesia recebe muito mais do que o proletariado. O capitalismo funciona tanto com liberdades como em regimes autoritários."

Sobre o ideal marxista: "Terras, minas e empresas pertencem à coletividade. As decisões econômicas são tomadas democraticamente pelo povo trabalhador, visando o (sic) bem-estar social. Os produtores são os próprios consumidores, por isso tudo é feito com honestidade para agradar à (sic) toda a população. Não há mais ricos, e as diferenças sociais são pequenas. Amplas liberdades democráticas para os trabalhadores." (Kamel, O que ensinam a nossas crianças, *O Globo*, 18/09/2007).

Em uma análise bastante geral sob o ponto de vista dos textos apresentados no livro didático do professor Mario Schmidt para 8ª série, Kamel identifica o que seria a tentativa clara de doutrinar os alunos com sua ideologia de esquerda. Reforçando a idéia citando outras passagens esporádicas que, segundo o jornalista, enalteceriam o socialismo e criticariam o capitalismo. As passagens do livro didático são sobre Mao Tse-tung como um grande estadista e comandante militar e a Revolução Cultural Chinesa como uma experiência socialista muito original. Nesse mesmo sentido, experiências como a Revolução Cubana, o governo de Fidel e o fim da URSS seriam apresentadas no livro didático simplesmente com o intuito de valorizar a ideologia de esquerda marxista. Termina assim:

Esses são apenas alguns poucos exemplos. Há muito mais. De que forma nossas crianças poderão saber que Mao foi um assassino frio de multidões? Que a Revolução Cultural foi uma das maiores insanidades que o mundo presenciou, levando à morte de milhões? Que Cuba é responsável pelos seus fracassos e que o paredão levou à morte, em julgamentos sumários, não torturadores, mas milhares de oponentes do novo regime? E que a URSS não desabou por sentimentos de inveja, mas porque o socialismo real, uma ditadura que esmaga o indivíduo, provou-se não um sonho, mas um pesadelo?

Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Senão for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém. (Kamel, O que ensinam a nossas crianças, *O Globo*, 18/09/2007).

Ali Kamel, finalmente, acusa o professor Mario Schmidt de distorcer os fatos em benefício próprio e doutrinar as crianças. Apresentando muita preocupação, pede providências imediatas.

Concentrando nosso foco na repercussão que esse artigo causou na mídia, vemos muitos autores argumentando e posicionando-se, persuasivamente, contra e favor do autor Mario Schmidt. O próprio Mario Schmidt, responde Ali Kamel, através do artigo intitulado *O livro didático que a Globo quer proibir*, publicado em 19 de setembro de 2007, no site www.vermelho.org.br, reproduzido em diversos meios de comunicações. O autor e a Editora Nova Geração comentam:

Nova História Crítica da Editora Nova Geração não é o único nem o primeiro livro didático brasileiro que questiona a permanência de estruturas injustas e que enfoca os conflitos sociais em nossa história. Entretanto, é com orgulho que constatamos que nenhuma outra obra havia provocado reação tão direta e tão agressiva de uma das maiores empresas privadas de comunicação do país. (Schmidt, *O livro didático que a Globo quer proibir*, *Portal Vermelho*, 19/09/2007).

Para Schmidt, a proposta apresentada no livro didático faz questionamentos ao que chama de estruturas injustas, referindo-se ao capitalismo, e afirma que tem orgulho de saber que sua obra causa tanta repercussão. Contudo, ao invés de citar Ali Kamel, faz referência ao cargo que ocupa nas *Organizações Globo*. Reconhece as visões políticas contraditórias estabelecidas entre eles, e ironiza sugerindo que Kamel deseje atacar a liberdade de expressão. E expõem seu posicionamento:

Não publicamos livros para fazer crer nisso ou naquilo, mas para despertar nos estudantes a capacidade crítica de ver além das aparências e de levar em conta múltiplos aspectos da realidade. Nosso grande ideal não é o de Stálin ou de Mao Tsetung, mas o de Kant: que os indivíduos possam pensar por conta própria, sem serem guiados por outros.

Assim, em primeiro lugar exigimos respeito. Nós jamais acusaríamos o Sr. Kamel de ser racista apenas porque tentou argumentar racionalmente contra o sistema de cotas nas universidades brasileiras. E por isso mesmo estranhamos que ele, no seu inegável direito de questionar obras didáticas que não façam elogios irrestritos à isenção do Jornal Nacional, tenha precisado editar passagens de modo a apresentar Nova História Crítica como ridículo manual de catecismo marxista. Selecionar trechos e isolá-los do contexto talvez fosse técnica de manipulação ultrapassada, restrita aos tempos das edições dos debates presidenciais na tevê. Mas o artigo do Sr. Ali Kamel parece reavivar esse procedimento. (Schmidt, *O livro didático que a Globo quer proibir*, *Portal Vermelho*, 19/09/2007).

O autor do livro didático diz não ter o objetivo de doutrinar ninguém, como afirmou Kamel em seu artigo, e sim, de formar um cidadão crítico. Acredita que, a prática de selecionar apenas trechos de seu livro e analisá-los descontextualizadamente é uma forma de manipulação da verdade e faz referência direta ao debate presidencial para as eleições de 1989, avançando no ataque à instituição que Kamel está vinculado.

A partir da problemática apresentada, Schmidt, em sua obra didática, selecionou vários trechos que confrontam as informações contidas no Artigo de Kamel, objetivando desmontar as acusações de supostas inclinações stalinistas ou maoístas do autor de *Nova História Crítica*. Em meio aos debates acalorados foram construídos, com base no artigo de Ali Kamel, os questionamentos de Schmidt que, termina por convocar o eleitor à reflexão.

O Sr. Ali Kamel tem o direito de não gostar de certos livros didáticos. Mas por que ele julga que sua capacidade de escolha deveria prevalecer sobre a de dezenas de milhares de professores? Seria ele mais capacitado para reconhecer obras didáticas de valor? E, se os milhares de professores que fazem a escolha, escolhem errado (conforme os critérios do Sr. Ali Kamel), o que o MEC deveria fazer com esses professores? Demiti-los? Obrigá-los a adotar os livros preferidos pelas Organizações Globo? Internar os professores da rede pública em Gulags, campos de reeducação ideológica forçada para professores com simpatia pela esquerda política? Ou agir como em 1964? (Schmidt, O livro didático que a Globo quer proibir, *Portal Vermelho*, 19/09/2007).

A constatação defendida por Schmidt, segundo a qual, Kamel teria criticado sem conhecer a fundo a questão, é apontada ao final de seu artigo em forma de questões que buscam desqualificar o discurso do jornalista, acusando-o, finalmente, de agir como em 1964, quando, no período militar, não havia liberdade de expressão.

O confronto de concepções contidas nos artigos em debate, sobre o livro didático de história *Nova História Crítica* da editora Nova Geração, destinada a alunos da 8ª série do ensino fundamental, despertou o interesse de diversos setores da mídia. As questões envolvendo as críticas de Kamel sobre o livro didático, *Nova História Crítica*, foram reforçadas pelo companheiro do *O Globo*, Demétrio Weber, que, em artigo de dia 19 de setembro de 2007: *Livro didático reprovado pelo MEC*

continua sendo usado em salas de aula do Brasil, apresenta um breve histórico do livro de Schmidt nos PNLDs que participou até a sua exclusão no PNLD/2008.

Segundo Weber, o motivo da exclusão da coleção do PNLD/2008 não foi revelado com detalhes. Jane Cristina da Silva, coordenadora-geral de Estudos e Avaliação de Materiais da Secretaria de Educação Básica, afirma em entrevista ao autor que a obra foi excluída por problemas de conteúdo, apontando três possibilidades: 1^a) erros conceituais ou de informação; 2^a) incoerência metodológica; 3^a) difusão de preconceitos, doutrinação ideológica, político-partidária ou propaganda. Destaca-se ainda, que o MEC só confirmou que a obra foi reprovada para 2008, após a publicação do artigo de Ali Kamel. Já o editor Arnaldo Saraiva, diretor da *Editora nova geração*, em depoimento a Weber atentou para o fato da escolha dos livros serem feitas pelos professores. De acordo com Saraiva:

Mais de 50 mil professores do Brasil "analisaram as dezenas de coleções de História disponíveis e escolheram, livremente a coleção Nova História Crítica como a melhor coleção de história". Os volumes escritos pelo professor Mário Schmidt, segundo ele, são "um sucesso ainda maior no mercado particular, ou seja, nas escolas privadas". (Weber, Livro didático reprovado pelo MEC continua sendo usado em salas de aula do Brasil, *O Globo*, 19/09/2007).

Tal afirmação respalda o livro *Nova História Crítica*, apontado por Saraiva como adequado ao uso, pois o maior interessado no processo, o professor, acredita na qualidade do material didático. Na contramão dessa afirmação, Weber finaliza demonstrando que, desde os PNLDs anteriores, o Livro Didático já havia sido criticado.

Sendo aprovado com ressalvas, entre 2000 e 2001, quando ocorreu a avaliação dos títulos para 2002. Recebeu uma estrela, numa escala de três. O parecer divulgado no guia de 2005 faz críticas ao livro da 8^a série. Segundo o guia, a obra se propõe a mostrar a história sob a "ótica dos vencidos", mas tropeça no "maniqueísmo" e na visão "simplificada dos processos e contradições sociais". "A anunciada perspectiva 'crítica' associa-se mais à utilização de uma linguagem marcada pela excessiva informalidade do que pela formação de um aluno capaz de pensar e compreender o procedimento histórico", diz o guia. (Weber, Livro didático reprovado pelo MEC continua sendo usado em salas de aula do Brasil, *O Globo*, 19/09/2007).

Portanto, na coleta e na análise dos dados, Weber enfatiza que o livro em todas as vezes que participou do processo de avaliação do PNLD, recebeu média regular e que, dentre os principais motivos, encontra-se o fato da proposta de História não acompanhar o conteúdo descrito no livro. Entretanto, do que até agora foi escrito, podemos encontrar pontos de vistas divergentes de Kamel a respeito da obra didática, bem como contradições em seu artigo.

Para debater estas questões utilizaremos os artigos: *Ali Kamel, o anticapitalista?* de Pedro de Oliveira, jornalista e membro do *Portal Vermelho*; e, *A barriga de Ali Kamel*, de Luiz Carlos Azanha, do site *Vi o Mundo - O que você nunca pôde ver na TV*.

Considerando as indagações e as problemáticas referidas no artigo *O que ensinam a nossas crianças*, de Ali Kamel, o também jornalista Pedro de Oliveira inicia seu trabalho propondo o esclarecimento de três pontos importantes: a seleção dos livros didáticos; a escolha dos livros didáticos para as escolas; a importância da coleção *Nova História Crítica*.

Primeiramente, Oliveira argumenta que faltou a Kamel informar o leitor que a seleção dos livros didáticos não é de responsabilidade do MEC, pois, para tal função, existe uma parceria com universidades conceituadas. Por conseguinte, a escolha dos livros didáticos para uso nas escolas é realizada pelos professores. Destaca ainda, a importância da coleção didática que foi escolhida por mais de 50 mil professores das escolas públicas, e que é um sucesso também nas escolas privadas. Diante desses três fatores, levanta algumas indagações:

Terão errado todos estes 50 mil professores? Saberá o senhor Ali Kamel escolher melhor que eles? O que devemos fazer com esses milhares de professores que preferem a obra do professor Mario Schmidt às demais? Demitimos? Reeducamos ideologicamente? Devem ir para o pau-de-arara, como nos bons tempos da ditadura e do CCC? E os livros que eles já escolheram? Queimamos os livros em praça pública? Enfim, como incita Ali Kamel, algo precisa ser feito. Organizemos já uma marcha com Deus pela Família, Tradição e Propriedade! (Oliveira P., Ali Kamel, o anticapitalista?, *Portal Vermelho*, 20/09/2007).

As indagações sugeridas fazem referências a Kamel como representante máximo do que há de mais conservador e retrogrado e capaz de, segundo ele, reutilizar práticas comuns do período da ditadura militar de 1964 a 1985.

Nesses termos, a coleção para Pedro Oliveira é o maior fenômeno editorial didático de todos os tempos e ironiza ao apontar que *o maior crime da coleção Nova História Crítica é ser um grande sucesso dentro do mercado capitalista!* Para explicitar esse fato indica ao leitor que:

Para quem não conhece, é interessante saber que no mercado de livros didáticos existe uma concorrência absolutamente livre e legítima entre as editoras. Quem escolhe os livros para as crianças é a pessoa mais capacitada para isso: o professor. Nesse segmento, o livre mercado vem funcionando a pleno vapor; uma editora tentando fazer um livro melhor do que a outra. Quem tem o melhor livro leva a maior fatia do bolo. Porém, o senhor Ali Kamel, como todo bom porta-voz do capitalismo real, odeia que o livre mercado funcione como um livre mercado. O senhor Ali Kamel acha que o Estado deve intervir fortemente nessa área. O governo deve censurar livros de determinado matiz ideológico e impedir que os professores escolham livremente seu material didático para nossas crianças. (Oliveira P., Ali Kamel, o anticapitalista?, *Portal Vermelho*, 20/09/2007).

Essa compreensão de Pedro Oliveira traz como pano de fundo o debate ideológico entre capitalismo e socialismo. De forma irônica, aponta que Kamel seria contra a concorrência e o livre mercado, sendo tais características específicas do capitalismo. Acusa-o diretamente quando diz que ele deseja um Estado autoritário, a censura de livros e o impedimento aos professores de escolherem seu próprio material didático. Por fim, termina seu artigo provocando o diretor de Jornalismo da *TV Globo*. Kamel, ao reclamar da edição ideológica do material histórico e citar para isso trechos do livro *Nova História Crítica* no seu artigo, se esqueceu de mencionar o debate Lula X Collor feita pela *Globo*, no *Jornal Nacional* em 1989. Questiona: *O que será que Ali Kamel achou deste trecho? O que ele acha que o Estado deveria fazer com uma emissora que "trabalha a cabeça das pessoas" desta forma? A mesma coisa que ele sugere que faça com livros didáticos?* Nesse sentido, as questões envolvendo o artigo polêmico: *O que ensinam a nossas crianças*, de Ali Kamel, continua sendo alvo de severas críticas.

Assim, destacamos o artigo *A Barriga de Ali Kamel*, de Luiz Carlos Azanha, publicado em 22 de abril de 2008, no site *Vi o Mundo - O que você nunca pôde ver na TV*. Para Azanha, Kamel se beneficia do fato de ser diretor de jornalismo para escrever a seu bel prazer, sem o crivo de ninguém. No entanto, isso fez com que cometesse, segundo o jargão jornalístico, uma “Barriga”, ou seja, um erro grosseiro, um deslize, uma enorme bobeadada, coisa de principiante.

Não checou se o livro ainda estava no catálogo do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Não estou falando de uma questão ideológica. Estou falando de uma técnica básica do Jornalismo: antes de publicar, cheque as informações. Se errar, admita o erro. Se possível, no mesmo espaço e com o mesmo destaque.

Mais uma vez: não estou discutindo a opinião. O assunto nem original era. O livro já havia sido criticado. Tanto que deixou de figurar na lista do MEC. Pergunte a qualquer jornalista, de direita, de esquerda ou centroavante. O que Ali Kamel cometeu foi um erro grosseiro. (Azanha, *A Barriga de Ali Kamel*, site: *Vi o Mundo - O que você nunca pôde ver na TV*, 22/04/2008).

Os erros primários do renomado jornalista, identificados no artigo de Azanha, dá mais calor ao debate acerca das concepções de Livro Didático de História que queremos para nossas crianças. No caso, Kamel apenas atentou para os números, o livro de Schmidt liderou a lista de aquisições do MEC, de acordo com a escolha dos professores das escolas públicas, no entanto, no momento de sua crítica, o livro em questão, já havia sido excluído do *Guia de Livros Didáticos* para 2008. Segue referindo-se a uma entrevista cedida por Kamel:

...Leiam com atenção o que disse a Reinaldo Azevedo:

No dia 11, recebi uma mensagem dizendo: “Esclarecimentos feitos pelo FNDE sobre o livro *Nova História Crítica*: “Sim, ele foi o livro de história mais adotado no PNL 2005.” Em nenhum momento, a assessoria do MEC se preocupou em me dizer que estávamos falando de um livro que já saíra do catálogo por apresentar falhas. Depois que o artigo foi publicado, perguntei ao MEC por que a informação me fora sonegada. Responderam-me que, desde o início acreditaram que eu me referia ao triênio começado em 2005. Ora, mesmo que assim tenha entendido, por que o MEC não quis me dizer que o livro já estava descartado? Não sei e fico intrigado, já que o ministério, muito republicanamente, sempre foi solícito ao responder as minhas perguntas. Se tivesse me dito que o livro já fora reprovado, eu teria registrado o fato no meu artigo. (Azanha, *A Barriga de Ali Kamel*, site: *Vi o Mundo - O que você nunca pôde ver na TV*, 22/04/2008).

De forma irônica finaliza seu artigo tripudiando na “Barriga” de Ali Kamel.

Pelo raciocínio de Ali Kamel, cabia ao Ministério da Educação responder a perguntas que ele não fez. Pelo método Ali Kamel, o entrevistado responde mesmo que você não pergunte. A informação não foi "sonogada". Faltou ao jornalista fazer uma pergunta básica: "O livro já saiu do catálogo?". Simples assim. Mas ele subestima o discernimento dos leitores. Tenta engabelar a platéia sugerindo alguma conspiração do MEC. Em qualquer redação do Brasil, de Veja ao Jornal da Cidade de Bauru, teria tomado um sabão do editor pela barriga. (Azanha, A Barriga de Ali Kamel, *site: Vi o Mundo - O que você nunca pôde ver na TV*, 22/04/2008).

Do ponto de vista de Azanha, as considerações de Kamel são superficiais e levam a crer que ele gostaria de ser privilegiado com respostas a perguntas inexistentes, considerando o lugar de onde ele está falando, reavivando, assim, a velha máxima: “*você sabe com quem está falando?*”.

Diante dos debates suscitados pelos diferentes sujeitos e de toda a repercussão sobre o episódio, não podemos deixar de dedicar maior atenção à matéria: *A História, como ela é*, de Ana Paula Sousa, publicada na revista *Carta Capital* de 03/10/2007. Rica por seu tratamento às questões levantadas e, também, por dar voz aos sujeitos das mais variadas instâncias envolvidas no processo. Traduz para o leitor, as principais divergências e convergências que confrontam os envolvidos sobre suas concepções acerca do Livro Didático de História.

Ao iniciar suas considerações, a jornalista atenta para o fato do livro didático, *Nova História Crítica*, do professor Mario Schmidt, ser publicado pela *editora nova geração*, que, apesar de ser considerada de pequena representatividade, se comparada às demais (Ática, Moderna, FTD, Scipione, etc.), conseguiu liderar o ranking de vendas no PNLD/2005. Levanta ainda outras hipóteses suscitadas pelo livro de Schmidt:

Não é preciso ter faro especialmente apurado para intuir que por trás do barulho capaz de jogar na fogueira a obra de Schmidt esconde-se uma disputa a um só tempo ideológica e econômica. No meio do caminho que um livro percorre antes de chegar aos alunos, há mais que uma pedra. Há disputas políticas, há uma compra de 560 milhões de reais em 2007 e há interesses financeiros atizados pelo desempenho do grupo espanhol Santillana, cliente da consultoria do ex-ministro Paulo Renato Souza que ultrapassou o Grupo Abril no ranking do PNLD. (Sousa, *A história como ela é*, *CartaCapital*, 03/10/2007, p.24).

As duras críticas por que passou Schmidt podem, segundo a autora, desvelar outros interesses. Além de contribuir para a constituição de um livro didático de qualidade, nos leva a crer que, por trás dessa questão, temos outros aspectos que podem ter influenciado o forte ataque contra a *Nova História Crítica*, principalmente, aqueles de cunho político, econômico e ideológico. A jornalista entrevistou a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Margarida Dias de Oliveira, que, por sua vez, apresentou espanto pelo fato das matérias jornalísticas terem dado tanta ênfase a um livro que não estava mais na lista de compras do MEC. A professora ainda diz que... "*Além disso, não entendi o esforço para vincular o livro ao governo Lula, uma vez que, ao contrário do que tentou se mostrar, ele foi aprovado no governo FHC e descartado na atual administração.*" (Sousa, A história como ela é, *CartaCapital*, 03/10/2007, p.24).

Vale destacar que Margarida Dias, mesmo não sendo uma defensora da *Nova História Crítica*, tem propriedade para falar do assunto, uma vez que é membro da comissão técnica para o PNLD. Segundo a jornalista, esse fato escapou da análise do próprio ex- ministro Paulo Renato Souza, hoje deputado federal, que polemiza a questão: "*Quando estávamos no governo, evitávamos viés ideológico na escolha dos livros didáticos. Essas diferenças devem ser respeitadas, mas, infelizmente, estamos vendo que a prática se perdeu com o tempo*", declarou, no site do PSDB. (Sousa, A história como ela é, *CartaCapital*, 03/10/2007, p.24). Com essa declaração, o ex-ministro traz o livro didático para cena política, esquecendo que foi no PNLD de 2002, que o livro *Nova História Crítica* entrou para seleção do MEC, quando era então ministro. No decorrer da reportagem, outros sujeitos entram em cena para expressar sua discordância com os referidos artigos de Ali Kamel. Arnaldo Saraiva, proprietário da editora *nova geração*, indignado com os ataques contra a *Nova História Crítica*, indica a criação de monopólios no setor editorial.

No mesmo sentido, para explicar essa questão polêmica, a jornalista busca contribuições em Célia Cassiano, que em sua tese de Doutorado fez levantamentos históricos que explicam a formação desses grandes grupos, principalmente com a entrada dos espanhóis. Essa compreensão motivou Ana Paula Sousa a ouvir a diretora de relações institucionais do Grupo Santillana, Mônica Messenberg, representante de um dos grupos estrangeiros mais significativos do setor. No entanto, ao buscar informações, levanta suspeita de favorecimento, destacando que,

a diretora antes de se tornar executiva do grupo espanhol, era presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sobre essas suspeitas a diretora de relações institucionais do Grupo Santillana diz:

...que a própria característica das compras governamentais favorece os grandes grupos. "O governo paga, em geral, 20% do valor cobrado pelas livrarias. Temos uma margem de lucro pequena, que só compensa se você trabalhar em escala. Há, inclusive, muita editora pequena que procura as grandes para publicar seus livros... O crescimento foi grande porque passamos a investir no mercado público. Antes, o PNLD não era encarado como significativo para a editora", justifica Mônica. Sobre o possível conflito de interesses e as informações privilegiadas, rebate: "Eu estava havia seis meses fora do MEC quando aceitei o posto. Além disso, não se configura conflito de interesses porque eu não negocio preços com o governo. E como a Moderna nem era focada nesse mercado, não dá sequer para dizer que eu os tivesse beneficiado antes." (Sousa, A história como ela é, *CartaCapital*, 03/10/2007, p.26).

Messenberg, em suas declarações, só vem a confirmar os estudos de Cassiano, que, com muito rigor, apontam o crescimento da editora Moderna após a sua fusão com grupos estrangeiros, sobretudo, a partir de seus investimentos pesados junto ao setor público. Quanto aos conflitos de interesse, Monica diz ter cumprido o prazo legal e moral para aceitar o convite do grupo espanhol, portanto, não vendo nenhum problema, tampouco, conflitos de interesses. Nesse mercado de cifras bilionárias, há uma disputa acirrada por qualquer espaço, por menor que possa parecer. E para se falar de livros didáticos, algumas questões devem ser levadas em conta. Como destaca Kazumi Munakata em entrevista a jornalista Ana Paula Sousa da *CartaCapital*:

Temos sempre de lembrar que esse mercado depende, de maneira radical, das compras do governo e que a relação entre editoras e Estado é antiga "Primeiro, temos de lembrar que vivemos uma onda de conservadorismo. Ao mesmo tempo, existe alguma coisa em jogo que pouca gente sabe o que é. Pode ser tanto uma tentativa de desestabilizar o governo quanto uma reorganização de forças no mercado ou uma tentativa de furar um esquema cheio de barreiras. (Sousa, A história como ela é, *CartaCapital*, 03/10/2007, p.26).

Percebe-se, dessa forma, a afirmação de Munakata sobre as relações antigas de parceria entre editoras e Estado. Segundo o autor, vários fatores podem ter sido desencadeadores dos fortes ataques aos livros de história. Além da enorme concorrência dentro do setor e tentativa de vincular livros ao governo Lula para

tentar desestabilizá-lo, objetiva-se desesperadamente, fugir das barreiras criadas na divulgação das editoras nas escolas, o que prejudicou, sobremaneira, as estratégias de marketing das grandes editoras, como por exemplo, a Ática e Scipione, pertencentes à Abril. Especificamente sobre o Livro Didático *Nova História Crítica*:

Munakata, por sua vez, vê nos ataques ferozes ao livro de maior sucesso nas escolas brasileiras a reedição de uma história antiga. "Quando o Montoro foi eleito (governador de São Paulo, em 1982), houve reforma curricular. O currículo de história levou dez anos para ser aprovado porque os jornais diziam que a reforma tinha tendência comunista', recorda. "Vira e mexe, a imprensa cria essa falsa polêmica. Curiosamente, depois dos escândalos dos livros da ditadura, que inventavam a história, houve uma reação dos autores e o tom dos livros passou a ser, basicamente, progressista. Até um autor como Joaquim Silva, super conservador, virou progressista, depois de morto, nas reedições da FTD." A imprensa parece seguir na mão contrária. (Sousa, A história como ela é, *CartaCapital*, 03/10/2007, p.28).

De acordo com Munakata, ao levantar essas questões, a mídia ressuscita um debate antigo entre as concepções de livro didático de História. Para ele, ao contrário do que ocorria em outros períodos recentes, existe uma tendência a seguir uma linha progressista, em contrapartida, a imprensa nacional levanta a bandeira do conservadorismo, pedindo até que se queimem os livros como nos velhos tempos da inquisição.

2.5 Autores e seus Representantes – ABRALE

Em vista dessas questões e suas divergências e convergências, gostaríamos de dar voz aos autores de Livros Didáticos, por se tratar daqueles que trazem em suas obras suas concepções de livro. Para tanto, teremos por base as argumentações da Abrale – Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos, principal entidade representativa dos autores.

Em referência a polêmica envolvendo o Livro de Mario Schmidt, destacamos aqui, parte da carta enviada para o jornal *Folha de S.Paulo*, de José De Nicola Neto, Presidente da Abrale. Segundo a entidade:

A Abrale – Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos – retorna a esses fatos não para defender a obra, numa postura corporativista, ou reclamar da crítica, que é útil e necessária. Só desejamos análises abrangentes e bem informadas. Em particular, reiteramos que, embora careçam de ajustes, os programas governamentais do livro didático há mais de 10 anos vêm contribuindo para a melhoria do ensino brasileiro de forma plural, democrática e republicana. (José De Nicola Neto em carta enviada para o jornal *Folha de S.Paulo*, 2007).

A Abrale tem como princípio que toda crítica é útil e necessária, no entanto, acredita que Kamel em seu artigo - amplamente discutido na imprensa - deveria ter realizado uma análise menos superficial. Encerra o texto defendendo o PNLD, embora acreditando que o programa precise de ajustes.

Considerando as indagações e as problemáticas que envolveram o Livro de Mario Schmidt, *Nova História Crítica*, a ABRALE, em dois de seus boletins, prioriza a questão com suas considerações sobre a polêmica dos debates que envolveram a mídia. Desta forma, merecem destaque nesta pesquisa os artigos: *Patrulhamento Ideológico*, publicado em Boletim Informativo nº 31⁸, de Novembro de 2007 e *Ideologia e Livro Didático*, publicado em Boletim Informativo nº 32⁹, de setembro de 2008. Nesses termos, *Patrulhamento Ideológico* traz a indignação da ABRALE frente à repercussão causada na mídia por conta do artigo do jornalista Ali Kamel. Para a entidade, com exceção do artigo publicado na *CartaCapital* de 03/10/2007 - destacado anteriormente nesse estudo – os outros artigos fazem alusão à tentativa de doutrinação ao socialismo e condenação ao capitalismo. Nesses termos, o artigo em sua seqüência continua fazendo uma comparação do artigo de Ali Kamel com o grupo *Escolas Sem Partido* que, segundo a Abrale, adota práticas semelhantes à de alguns grupos ultraconservadores dos Estados Unidos, defensores da moral e dos bons costumes. Na contramão disso, a entidade defende:

Ora, a Educação é, por excelência, um ato político. Entretanto, 'ato político' não significa, necessariamente, assumir um posicionamento político-partidário. Em seu sentido mais fundamental, é política toda ação relacionada com a gestão da vida em sociedade e, nesse sentido, toda obra, toda aula são políticas e têm um viés ideológico. Assim como qualquer atitude ou posicionamento de alguém, em qualquer situação, sobre qualquer tema. Trabalhando dentro dos padrões democráticos e republicanos, de maneira a viabilizar a análise crítica das idéias, tanto o autor de material didático quanto

⁸ Disponível em: <<http://www.abrale.com.br/boletins/31.pdf>> Acesso em: 26/05/2009.

⁹ Disponível em: <<http://www.abrale.com.br/boletins/32.pdf>> Acesso em: 26/05/2009.

o professor exercem um papel essencial na formação de jovens para que ajudem a construir uma sociedade plural em todos os sentidos!
Para que servem tantas discussões, práticas e leis que incentivam a tolerância, a diversidade, a aceitação do diferente? A tolerância, sim; a diversidade, sim; a aceitação do diferente, sim. O patrulhamento ideológico, não! (ABRALE, Informativo nº31, Nov/2007, p.06).

Podemos notar o posicionamento da ABRALE em que se refere à amplitude das relações sociais, dentre elas, a educação como ato político. Atenta também, para o fato do material didático e do professor, contribuírem para a construção de uma sociedade plural, questionando práticas sectárias e patrulhamento ideológico. Termina fazendo uma reflexão sobre a importância da convivência com a pluralidade das idéias para construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Conforme apontado anteriormente, o artigo *Ideologia e livro didático*, presente no Boletim informativo nº. 32 de Setembro 2008, traz para o debate, novos elementos de análise para as questões levantadas. O autor do artigo, Roberto Catelli Jr., situa, primeiramente, a palavra ideologia, para tanto, utiliza as definições dadas por Augusto Comte, Émile Durkheim e Karl Marx, apresentando a seguinte conclusão:

Considerando essas três concepções, o que se quer dizer quando se afirma que uma obra didática está “encharcada de ideologia”? Poderíamos afirmar que dentro do espírito de Durkheim, essa seria uma obra que não atende aos critérios de objetividade científica e do ponto de vista marxista, que existe uma grande manipulação que oculta a realidade. Certamente os autores dessas matérias jornalísticas não tinham de fato nenhum desses pressupostos. O que de fato está por trás dessas matérias, está mais próximo do pensamento de Augusto Comte: ideologia está sendo tratada como uma teoria, uma forma de explicar o mundo. No entanto, a questão é mais simples do que — creio — proporia Augusto Comte. Os autores das matérias jornalísticas estão de fato preocupados com o suposto ideário político de esquerda presente em várias obras didáticas. Mas é possível construir uma obra didática sem que transpareça algum ideário, alguma concepção política? (ABRALE, Informativo nº32, Set/2008, p.04).

O confronto de informações a respeito das diferentes concepções de ideologia contidas nas definições dos pensadores clássicos das ciências sociais tem por finalidade, enriquecer o debate demonstrando a amplitude de abordagens para um determinado tema. Em relação às matérias jornalísticas, Catelli Jr. aproxima as idéias defendidas nos artigos com o conceito de ideologia presentes no pensamento de Augusto Comte, entendida por ele, como uma forma de explicar o mundo.

Questiona a possibilidade de se escrever uma obra didática sem ideário e apolítica, portanto neutra - todo discurso possui intencionalidade. Desta forma, identificando divergências acerca do modelo de organização social e política, elucida:

Por fim, cabe esclarecer que uma obra didática não pode ser doutrinária, ou seja, ela não pode fazer propaganda política, partidária ou criar artifícios para induzir alguém a se filiar a uma determinada corrente de pensamento. No entanto, não é possível exigir que as obras sejam isentas de opinião; da mesma forma, as matérias jornalísticas também não são isentas. As obras didáticas devem, sim, apresentar diversas visões de mundo e correntes de pensamento, devem ser plurais o tanto quanto é possível, mas isso também não garante isenção. O discurso da isenção acaba sendo sempre uma forma de encobrir um pensamento que está subjacente e enraizado em uma obra. (ABRALE, Informativo nº32, Set/2008, p.06).

É interessante observar a preocupação de Catelli Jr em definir seu posicionamento contrário, no que tange o livro didático, como forma de doutrinação ou alusão à propaganda política partidária. Salienta que, tanto os livros didáticos quanto os artigos jornalísticos, expressam opiniões e formas particulares de compreender o mundo. Traz uma preocupação latente com relação à neutralidade do discurso, acreditando que tal posicionamento, tem como finalidade, disfarçar um posicionamento já arraigado.

Finalmente, é interessante notar, como documentos oficiais, autores de livros, associações, mídia e outras instâncias, trazem à tona, divergências e convergências em arraigadas concepções. Defesas e acusações que colidem em um campo de tensões, onde, necessariamente, reitera-se ou funda-se o lugar da “autoridade”. O lugar de onde se pode dizer o que vem a ser uma boa História, uma boa educação, um bom mundo e, principalmente, como tudo isso, deve ser posto em um bom livro didático. O que diriam os professores e professoras, personagens principais desta trama, e que, no calor do cotidiano escolar, convivem com este livro, suporte, produto cultural, mercadoria - objeto complexo?

CAPÍTULO III

AS CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

3.1 Os Sujeitos e os Espaços

No capítulo anterior, mapeamos concepções dos protagonistas relacionados aos livros didáticos - avaliadores, jornalistas e acadêmicos. Neste capítulo, analisaremos e confrontaremos tais concepções com aquelas dos professores de História, selecionadores e utilizadores de livros didáticos.

Considerando o PNLD 2008 (de 5ª a 8ª série), três questões estão na base desta análise e confronto: primeira - *quais concepções de livro didático orientaram os professores de História na seleção e formas de uso dos seus livros?*; segunda - *quais seriam as possíveis convergências e/ou divergências entre os que avaliam as obras didáticas e aqueles que as utilizam?*; terceira - *quais resultados são verificáveis quando, no calor dos espaços escolares, prescrições e concepções de livros didáticos se materializam em usos, em práticas?*

Para chegarmos às *concepções e usos* de livros didáticos, selecionamos *sujeitos e espaços*. Dois critérios orientaram a seleção: *vinculação e avaliação*. Escolhemos professores e escolas com os quais possuímos *vínculos*, ou seja, profissionais que lecionam a disciplina História, que fazem usos diversos dos livros didáticos e cujos percursos, em muitos aspectos, se entrelaçam com os nossos próprios. Escolhemos, também, escolas da região onde moro e trabalho, cuja dinâmica, busco apreender tanto em no fazer docente quanto no acadêmico.

Outra opção foi selecionar as escolas cujos resultados situaram-se abaixo da média das demais escolas da Diretoria de Ensino Leste 2, bem como, da própria média estadual¹⁰. Estas unidades localizam-se no distrito do Jardim Helena (São

¹⁰ Segundo os critérios *avaliativos* estabelecidos pelos SAEB 2005 e SARESP 2007.

Paulo - SP) e figuraram precariamente no mapa da exclusão e inclusão da cidade de São Paulo (Sposati, 2000). Logo, quaisquer resultados suscitados, teriam maior significação em virtude dos “lugares” ocupados por estas instituições. Se por um lado as escolas são avaliadas, por outro, os docentes também são. Eles participam diretamente do critério *avaliativo* quando analisamos formação, desempenho e tempo de serviço - elementos demarcadores e construtores do *status* acadêmico e escolar desses profissionais.

Portanto, *vinculação e avaliação* contextualizam *sujeitos e espaços*, permitindo relacionar: baixos índices das escolas e respectivos sistemas de avaliação; usos dos livros didáticos e formação dos professores. Tomamos algumas precauções que resguardaram os nossos resultados de alguns preconceitos: supor que uma efetiva precariedade na classificação das escolas indicaria uma suposta precariedade dos professores das escolas avaliadas; que escolhas e usos diversos daqueles prescritos pelos documentos oficiais indicariam lacunas na formação dos professores. Cuidados que nos afastaram da culpabilização dos sujeitos e nos aproximaram da análise mais detida dos contextos nos quais estes sujeitos estão imersos. Vamos a ela.

Questões ligadas à formação docente sempre produziram ruídos no diálogo educacional. No caso específico da escolha dos livros didáticos, a “inabilidade” dos professores já foi evocada. Os melhores livros pela avaliação do MEC, nem sempre, foram os melhores livros na avaliação dos professores. O que os professores pensam sobre a questão? Estes docentes não possuiriam posições ou concepções sólidas para escolherem o próprio material? Haveria um descompasso? Alguns estudos feitos pelo MEC, como por exemplo, o de Batista (2001), apontaram para essa questão.

No PNLD/99, por fim, as escolhas dos docentes, com a eliminação da categoria dos não – recomendados; recaíram, predominantemente, sobre a dos recomendados com ressalvas (46,74%), a dos recomendados com distinção representando apenas 8,40% das escolhas. Além disso, inúmeros, relatos de técnicos de secretarias estaduais vêm reportando, nos encontros nacionais do PNLD, dificuldades enfrentadas por muitos grupos de docentes no uso efetivo de livros recomendados e recomendados com distinção por eles escolhidos. Assim, uma visão de conjunto da escolha do livro didático, assim, como alguns dados relativos ao seu uso em sala de aula, aponta claramente para a formação docente como um dos fatores relevantes para a compreensão do referido descompasso (Batista, 2001, p.33).

Portanto, analisar os aspectos relacionados à concepção, seleção e usos dos livros didáticos, por alguns destes “muitos grupos de docentes”, foi uma aposta à compreensão da dinâmica dos saberes e fazeres escolares. Uma busca que relaciona avaliações, avaliadores e avaliados em uma “visão de conjunto”. Um desvelamento não só dos descompassos, mas, também, dos ritmos impostos.

3.2 As Escolas e os Jardins...

O “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo”, elaborado por Sposati (2000), situa a região do distrito Jardim Helena - região das escolas pesquisadas - entre as dez piores da cidade de São Paulo.

A utilização desse mapa possibilitou localizar e diferenciar diferentes realidades e orientar vários estudos e ações governamentais. Segundo Sposati (2000), o mapa:

É uma metodologia de análise georeferenciada dos territórios de uma cidade através de variáveis que medem: o grau de desenvolvimento humano, equidade, qualidade de vida, autonomia, democracia e cidadania. [...] é instrumento que possibilita a leitura da realidade de uma cidade estabelecendo relação comparativa da parte com o todo e a reconstrução desse todo pela incidência das manifestações da exclusão/inclusão social. (Sposati, 2000, p. 09-10).

Assim, o *Índice de Exclusão/Inclusão Social* (IEX) foi elaborado a partir dos critérios: *qualidade de vida, equidade e cidadania*. Para melhor compreendê-los, explicitamos:

Qualidade de vida: a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade;

Equidade: a possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminações; condições que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças;

Cidadania: a possibilidade do reconhecimento do direito ao acesso a um conjunto de condições e usufruto de bens de serviços como parte de padrão de dignidade humana e vida coletiva. (Sposati, 2000, p.12).

Logo, a pesquisa foi realizada em uma comunidade precária em infraestrutura, renda familiar, empregabilidade, escolaridade e segurança - situação crítica na educação, saúde, lazer e cultura. Problemas encontrados em bairros que, sobretudo nos anos 90, constituíram-se por massivo processo de ocupação.

Também encontramos outros alunos de outros “jardins” precários¹¹. Meninos e meninas integrantes de famílias constituídas, em sua maioria, por pessoas provenientes das regiões norte/nordeste e cuja escolaridade, dessas últimas, não ultrapassa o ensino fundamental. Crianças e jovens que dividem os espaços domésticos com mais 5 pessoas (em média) e que são mantidas por apenas um dos membros da família.

É exatamente nesse lugar, com esses sujeitos, que se localizam as escolas analisadas. Instituições cujos muros abrigam justamente alguns dos espaços e serviços mais distantes da maioria dos moradores da região: quadras poliesportivas, bibliotecas, mostras culturais etc. No entanto, os sistemas de avaliação oficiais também apontam para a precariedade e deterioração desses espaços.

O quadro seguinte, elaborado a partir das fichas de caracterização das escolas¹², apresenta alguns dos componentes da estrutura física dessas escolas¹³.

¹¹ É o caso, também, do bairro Jardim Pantanal. Na cidade de São Paulo, a maioria das comunidades formadas a partir de ocupações de terrenos na várzea do rio Tietê, recebe o apelido “Pantanal”.

¹² Ver anexo 1.

¹³ Com o objetivo de preservar as escolas, utilizamos letras para caracterizá-las: A, B, C, D.

Quadro 3.1: Estrutura física das escolas analisadas

ESTRUTURA FÍSICA				
Escolas	A	B	C	D
Salas de Aula	17	16	15	20
Quadra de esporte	02	01	01	01
Sala de professores	01	01	01	01
Cozinha	01	01	01	01
Biblioteca comum	01	01	01	01
Biblioteca técnica	01	01	01	01
Sala de coordenação	01	01	01	01
Sala de direção	01	01	01	01
Laboratório	01	-	-	-
Pátio	01	01	01	01
Secretária	01	01	01	01
Refeitório	01	-	-	-
Sala de vídeo	01	-	-	-
Turnos	03	03	03	03

Fonte: Ficha de caracterização das escolas.

O quadro 3.1 apresenta uma estrutura de atendimento para três turnos. Nesta, identificamos salas de aula superlotadas, computadores insuficientes às necessidades dos professores, quadras esportivas inadequadas, espaços exíguos diante do fluxo cada vez maior de alunos e funcionários. Defasagens que afetam diretamente o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

No entanto, o que mais chamou nossa atenção, considerando todas as escolas visitadas, foi o tratamento dado às bibliotecas. Estando, a maior parte do tempo, fechadas por falta de funcionários, não disponibilizam seus acervos de livros didáticos, paradidáticos e demais livros - alguns destes últimos, clássicos da literatura nacional e estrangeira. Muitos livros didáticos não são catalogados como parte do acervo. São, quase sempre, organizados aleatoriamente em prateleiras por disciplinas, ou simplesmente empilhados em um canto qualquer.

Na *escola D*, ao contrário, a biblioteca estava organizada e o acervo catalogado. Segundo a diretora, a organização ocorreu devido à iniciativa da coordenadora que organizou um mutirão com alguns *professores eventuais*. Lamenta não poder, por falta de funcionários, manter a biblioteca aberta aos alunos, professores e comunidade em geral.

As bibliotecas técnicas também têm uso e acesso restritos. Exclusivas do corpo docente são constituídas por livros e documentos, entre eles: de gestão escolar, de organização e prática pedagógica, PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), propostas da CENP (Coordenadoria de Normas Pedagógicas), entre outros das mais diversas áreas do conhecimento. Tais acervos também seriam úteis, caso, é claro, não ficassem, a maior parte do tempo, trancados nos armários da coordenação pedagógica, ou da direção escolar.

O quadro 3.2 - também elaborado a partir das fichas de caracterização das escolas - apresenta os sujeitos em relação aos cargos e funções.

Quadro 3.2: Estrutura funcional das escolas analisadas

ESTRUTURA FUNCIONAL				
Escolas	A	B	C	D
Diretor	01	01	01	01
Vice-diretor	02	02	02	02
Coordenador Pedagógico	02	02	02	02
Secretário	01	01	01	01
Agentes de Organização Escolar	04	04	04	04
Agentes de serviços Escolares	02	03	02	03
Professor História Ensino Fundamental II	03	02	02	02
Alunos	1770	1095	1110	1160
Professores	83	56	67	79
Alunos Ensino Fundamental II	1040	540	670	514

Fonte: Fichas de caracterização das escolas.

Sempre acreditamos no trabalho escolar enquanto ação conjunta. Liga corpo docente, direção, equipe pedagógica e outros sujeitos. No entanto, nas visitas, constatamos entre os profissionais das escolas, dificuldades em realizar um trabalho coletivo. Individualismo explícito - como não bastasse uma estrutura organizacional que, muitas vezes, dificulta a concretização desse trabalho.

Como exemplo, podemos citar as relações entre os Agentes de Organização Escolar, de serviços Escolares e demais representantes do quadro funcional, muitas vezes carregadas de preconceitos. Não percebemos, no momento da pesquisa, esses profissionais vinculados à Escola – talvez por serem contratados temporariamente. Não os percebemos como parte do todo.

Os *Planos de Gestão e as Propostas Pedagógicas* são outra questão importante ao entendimento do cotidiano escolar. São resultados da reflexão sobre as ações que visam à melhoria da escola: traçam o perfil e a identidade própria da escola; contemplam intenções comuns dos envolvidos; norteiam ações. Podem ser considerados pontos de partida de ações e articuladores entre a comunidade escolar e sociedade em geral. A partir desses documentos diretores, apontaremos contribuições à formatação das concepções acerca do livro didático de História:

- Na *Escola A*, por exemplo, o *Plano Gestor e a Proposta Pedagógica*, demandam a participação da unidade no desfile de aniversário do Bairro Jardim Helena. De acordo com professores mais antigos, esse desfile, há mais de duas décadas, é tradição da escola e mantido não obstante a mudança da sua clientela. Outro exemplo é o projeto de formação ambiental para alguns professores da escola que objetiva a qualificação de multiplicadores do desenvolvimento sustentável - parceria com o grupo Votorantin¹⁴.

- Na *Escola B*, por sua vez, as preocupações nos documentos é orientar os alunos para o convívio social. De acordo com a coordenação da escola, as brigas e as discussões por motivos banais são constantes. Desse modo, através do projeto *Educação e Cidadania*, por meio de palestras e trabalhos coletivos, os professores levantariam questões aos alunos, a partir de suas respectivas disciplinas,

¹⁴ In: www.memoriavotorantim.com.br. Em São Miguel Paulista está instalada desde 1940 representado pelo grupo Nitro-química.

aproximando e conscientizando alunos para um convívio amistoso, respeitoso e ético.

- Na *Escola C*, os esforços voltam-se ao desenvolvimento da cidadania. Em parceria com o *Clube da Cidade* (CDC), promove atividades esportivas aos finais de semana, envolvendo a comunidade em geral. Aposta na solução de algumas questões: indisciplina; desrespeito aos funcionários; desinteresses dos alunos.

- Na *Escola D*, também encontramos o tema Cidadania. O projeto *Cidadania: Direitos e Deveres*, desenvolve atividades mobilizando os professores em suas respectivas disciplinas. Segundo a coordenadora pedagógica, tem como objetivo estimular o aluno a exercer seus direitos em todas as esferas sociais, lembrando-o, também, sobre seus deveres.

3.3 Os Professores e as Histórias

A partir dos depoimentos de oito professores de História - lotados em quatro escolas estaduais de ensino fundamental da região leste da cidade de São Paulo - procuramos respostas às seguintes questões:

- *Quais concepções de livro didático orientaram estes profissionais na seleção e uso dos seus livros didáticos?*
- *Quais seriam as possíveis convergências e/ou divergências entre estas concepções e as dos sujeitos que avaliam previamente estas mesmas obras?*
- *Quais resultados são verificáveis quando, no calor dos espaços escolares, prescrições e concepções de livros didáticos se materializam em usos, em práticas?*

Para tanto, na tabela seguinte, explicitamos alguns dados colhidos a partir das entrevistas realizadas com os docentes escolhidos¹⁵.

¹⁵ Utilizamos números para caracterizar os professores de cada escola. Por exemplo: *professor 1* e *Professor 2* - Ver anexo 2

Quadro 3.3: Dados referentes aos docentes entrevistados

Escolas	Professores	Sexo	Tempo Magistério	Situação Funcional	Acúmulo Cargo
A	Professor 1	M	20 anos	Efetivo	Sim - SME
	Professor 2	F	05 anos	OFA ¹⁶	Não
B	Professor 1	M	03 anos	Efetivo	Sim - SME
	Professor 2	F	05 anos	Efetivo	Não
C	Professor 1	F	15 anos	OFA	Sim - SME
	Professor 2	F	09 anos	Efetivo	Não
D	Professor 1	M	17 anos	Efetiva	Não
	Professor 2	F	07 anos	Efetivo	Sim - SME

Fonte: Entrevistas realizadas.

Em primeiro lugar – a partir do quadro 3.3 - 60 % (sessenta por cento) dos entrevistados são do sexo feminino. Seria herança da predominância das mulheres no magistério? Difícil desconsiderar o histórico dessas profissionais na educação.

Em segundo lugar, 40% (quarenta por cento) dos entrevistados possuem mais de uma década no magistério. Seriam usuários mais experientes de livros didáticos? Difícil desconsiderar os outros usos diversos realizados pelos demais professores com menor tempo de profissão.

Em terceiro lugar, 80% (oitenta por cento) são professores efetivos. Contribuiria para um desenvolvimento mais consistente de um projeto pedagógico?

¹⁶ Ocupante de Função Atividade.

Difícil desconsidera que a efetividade também potencializa as escolhas destes professores, no contexto de escolha do livro didático.

Condição diversa é dos professores OFA: São 20% (vinte por cento) dos entrevistados! E, muitas vezes, não utilizam, no ano seguinte, o material didático que ajudaram a escolher no ano anterior. Baixos salários, hierarquia inferior aos efetivos e sobrecarga de trabalho, concorrem, ainda, à precariedade deste professor selecionador e usuário de livros didáticos.

No quadro seguinte, temos aspectos relacionados à formação acadêmica dos professores que participaram da pesquisa:

Quadro 3.4: Formação acadêmica dos docentes entrevistados

Escolas	Professores	Graduação	Pós-Graduação
A	Professor 1	História e Direito Uni Castelo	<i>Lato Sensu</i> - História
	Professor 2	História e Filosofia Uni Castelo	<i>Lato Sensu</i> - Psicopedagogia
B	Professor 1	História Unicsul	<i>Lato Sensu</i> - História da Arte
	Professor 2	História e Arte Uni Castelo	Não
C	Professor 1	História Unicsul	Não
	Professor 2	História Unicsul	Não
D	Professor 1	História Braz Cubas	Não
	Professor 2	História USP	<i>Stricto Sensu</i> – Mestrado Educação

Fonte: Entrevistas realizadas.

Observamos - a partir do quadro 3.4 - 50% (cinquenta por cento) dos professores com, além da formação específica em História - exigência legal para lecionar no ensino fundamental II – pós-graduação; o que configuraria, em tese,

maiores possibilidades de aproveitamento dos recursos didáticos disponíveis na escola e, dos livros didáticos de História.

Fundamentando a importância do aperfeiçoamento profissional ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, temos a heterogeneidade da formação dos docentes. Muitos dialogam com outras áreas do conhecimento - Direito, Filosofia e Arte - e trazem novas formas e experiências de se pensar a escola.

Ao construir as questões que seriam apresentadas aos professores do ensino fundamental II, minimizamos, o quanto possível, a interferência do entrevistador. Foquei a apresentação das questões e o registro descritivo das respostas dos entrevistados.

De acordo com Januário (1996), no âmbito das Ciências Sociais, as entrevistas são utilizadas como métodos de investigação, sobretudo, quando expectativas, representações e sentimentos são tratados como fontes da pesquisa. Desse modo, podemos definir a entrevista como um procedimento de investigação que utiliza a comunicação verbal para recolher informações a um fim fixado. De acordo com o mesmo autor, existem basicamente dois modelos muito usados de entrevistas: entrevista *estruturada* e *não estruturada*. Na primeira, todos os entrevistados são solicitados em relação às mesmas questões e pela mesma ordem; na segunda, a ordem pode ser alterada em função do fluxo das respostas dos entrevistados. Utilizamos, portanto, a *entrevista estruturada*.

Desse modo, organizamos as entrevistas com os docentes, a partir do tema:

- *concepções de Livro Didático*

e dividimos em blocos de perguntas, de acordo com sub-temas:

- *escolha do livro didático;*

- *usos do livro didático;*

- *utilização das imagens e utilização dos exercícios.*

As gravações das entrevistas duraram, em média, 1 hora (uma hora). O processo de transcrição das entrevistas foi um trabalho que exigiu muito tempo e dedicação, lembrando que alguns professores ficaram receosos pela gravação, temendo sofrer algum tipo de represália por parte de seus superiores e demais colegas de instituição.

As visitas às escolas foram feitas em dois momentos: o primeiro, de maio a junho de 2008, quando conseguimos realizar as entrevistas com os professores das *escolas A e B*; o segundo, de agosto a outubro de 2008, com os professores das *escolas C e D*.

Os contatos feitos no segundo momento foram mais produtivos. No segundo semestre os professores pareciam mais dispostos em relatar suas vivências, considerando a agitação do primeiro semestre, ocorridas por conta da greve de vinte e dois dias. Os professores mobilizaram-se contra o *Projeto de Lei Complementar 1.041/08*, que reduziu, a seis, o número de ausências anuais com pedidos médicos, bem como, contra o *Decreto 53.037/08*, que limitou as possibilidades de transferência entre escolas, aos que ingressassem na rede a partir de sua aprovação.

Outros aspectos interessantes estão ligados às impressões colhidas nas relações estabelecidas com os sujeitos envolvidos na pesquisa, bem como com as dificuldades encontradas, no decorrer do processo.

Ao visitar a *escola A*, no dia 05 de maio, fui recebido pelo coordenador que, gentilmente, apresentou-me aos demais professores e, em seguida, acompanhou-me a uma sala arejada e silenciosa, onde entrevistei o *professor 1*, que, aliás, demonstrou muito interesse em contribuir com a pesquisa. No mesmo dia, comecei a entrevistar o *professor 2*, que, além do interesse pela pesquisa, também demonstrou interesse em fazer mestrado.

A *Escola B* foi visitada no dia 16 de Maio. Ao me apresentar à professora coordenadora, fui orientado a conversar com os professores na sala de coordenação, mais tranqüila e silenciosa, o que, de fato, facilitou bastante o meu trabalho. Nesse ambiente mais confortável os professores sentiram-se mais à

vontade para contar suas experiências e relatar suas concepções acerca do livro didático de História.

O *professor 1*, muito cordial, dispôs-se a ajudar no que fosse preciso, indicando os dias e horários que poderia ser encontrado. Em contrapartida o *professor 2*, foi bastante resistente. Percebendo o seu desconforto, procurei explicar, detalhadamente, os meus objetivos e proposta da pesquisa, visando deixá-lo mais à vontade. Depois dessa conversa, estando mais falante, contou suas vivências...

Na *escola C*, as visitas tiveram início no dia 29 de maio, porém, devido à greve, os professores não puderam participar. As entrevistas nessa escola só foram concluídas no segundo semestre, precisamente no dia 17 de agosto, quando reencontrei os professores e pudemos, enfim, conversar. Para descontrair, falamos, inicialmente, sobre os mais variados assuntos e, após, demos início às entrevistas.

O *professor 1* me atendeu prontamente. Estava muito satisfeito com o posicionamento dos seus colegas de magistério que aderiram à greve e, também, por participar de uma pesquisa de mestrado, coisa que nunca imaginaria acontecer.

O *professor 2*, também bastante gentil, não escondeu a satisfação em contribuir com a pesquisa.

A *escola D*, além de ter sido a última a ser visitada, também foi aquela com problemas. Após o primeiro contato com a coordenadora pedagógica, nos encontramos com os professores. O clima estava tenso por conta de um grande debate em torno das questões da greve. As entrevistas nesta escola só seriam concluídas no segundo semestre de 2008.

O *professor 1* resistiu ao fato de gravar as entrevistas, com receio de qualquer represália por parte do governo. Porém, após explicar-lhe com riqueza de detalhes os meus propósitos, concordou com a gravação, prosseguindo os trabalhos sem maiores problemas. Após uma semana, consegui falar com o *professor 2*, que já havia levantado informações sobre minhas intenções e, assim, me atendeu com bom humor e cordialidade, à disposição para o que fosse preciso.

No decorrer das entrevistas tivemos algumas dificuldades:

Primeira: local e horário. Todas as entrevistas só puderam ser realizadas nas escolas em que os professores lecionavam e, nos horários de HTPC¹⁷. Não dispúnhamos de outro local – *tampouco* - de outro horário. Outras interferências foram superadas: entrada e saída de professores que trocavam de turno; barulhos externos; pouco tempo disponível.

Segunda: o período de greve. Não foi possível estabelecer contatos contínuos com os professores. Além de cumprir suas jornadas, tiveram que cumprir um calendário específico de reposição de aulas, contemplando, assim, os duzentos dias letivos da *LDB/1996*. O novo encontro, portanto, causou desconforto, contornado, porém, na medida do possível. De qualquer forma, nossa inserção na escola estreitou relações com *sujeitos* e *espaços* escolares e propiciou uma observação mais ampla e mais íntima da dinâmica de cada unidade.

3.4 Análise das Entrevistas

A análise das entrevistas foi importante para identificarmos as concepções de livro didático de História e as confrontar com o material colhido nas entrevistas¹⁸. Trabalharemos tais concepções e confrontos através dos quadros-síntese das entrevistas realizadas com os professores. São eles: - *Livros escolhidos pelos professores*; - *Conhecimento e participação PNL/D/2008*; - *Opinião dos docentes entrevistados sobre a escolha e utilização do livro didático*; - *a utilização geral do Livro didático de História*; - *a utilização dos exercícios propostos pelo livro didático de História*. | Muitas concepções convergiram e divergiram com outras, de outros sujeitos. A diversidade de depoimentos, a repetição de opiniões e o registro de seus percentuais ajudaram a expressar tais concepções. Dos livros escolhidos e trabalhados pelos professores, temos:

¹⁷ Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo.

¹⁸ Ver anexo 3.

Quadro 3.5: Livros escolhidos e trabalhados pelos professores

Escola	Professores	Uso do livro didático com os alunos	Livros escolhidos PNLD/2008
A	Professor 1	<i>Irregular</i>	CABRINI, Conceição. História Temática: (5 ^a a 8 ^a séries) diversidade cultural e conflitos. São Paulo: Scipione, 2004.
	Professor 2	Regular	
B	Professor 1	<i>Irregular</i>	OLIVEIRA, Conceição. História em Projetos (5 ^a a 8 ^a séries). São Paulo: Ed. Ática, 2007.
	Professor 2	<i>Irregular</i>	
C	Professor 1	<i>Irregular</i>	PROJETO ARARIBÁ: HISTÓRIA (5 ^a a 8 ^a séries)/ Obra Coletiva. São Paulo: Moderna, 2006.
	Professor 2	<i>Irregular</i>	
D	Professor 1	Regular	OLIVEIRA, Conceição. História em Projetos (5 ^a a 8 ^a séries). São Paulo: Ed. Ática, 2007.
	Professor 2	<i>Irregular</i>	

Fonte: Entrevistas realizadas.

Entendemos como *regular*, o uso *diário* e constante; como *irregular*, aquele que não diário ou sem periodicidade definida. Três (3) professores responderam não usar os livros didáticos constantemente; dois (2) disseram usá-los constantemente; e outros três (3) relataram usá-los ocasionalmente. Problemas não faltam; dois exemplos convergentes entre professores de uso *regular* quanto e de uso *irregular*.

- *A insuficiência de livros*: segundo os professores a pouca quantidade desses tumultua o início de toda aula e faz com que os professores tenham que buscar livros emprestados em outras salas, com outros alunos – “caos” pra quem pede e “caos” para quem empresta.

- *A posse do livro*: Quando os livros ficam com os alunos não o trazem às aulas de História. Diante dessa dificuldade, os professores - de uso *irregular* – acabam por utilizar outros suportes já existentes na instituição: jornais, revistas, internet, etc.; Apesar disso, os entrevistados declararam acreditar na importância dos livros didáticos de História e lamentaram as dificuldades encontradas.

Em relação aos livros escolhidos PNLD2008 identificamos convergências e divergências entre os entrevistados. Escolas *B* e *D* escolheram o mesmo livro pelo mesmo motivo; *Escolas A e C*, escolheram livros diferentes, por motivos diferentes:

- *Os temas transversais*. Os professores da escola *B e D* escolheram *História em Projetos*, da professora autora Conceição de Oliveira, para os alunos do fundamental II. Dentre os pontos principais para a escolha destacaram os professores os *temas transversais*: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, e trabalho; conjunto significativo de imagens como fonte de conhecimento histórico.

- *Os eixos temáticos*. Os professores da *Escola A* escolheram o livro *História Temática: diversidade cultural e conflitos*, da professora autora Conceição Cabrini. Dentre os pontos principais para a escolha destacaram os eixos temáticos além da indicações de recursos, como jornais, revistas, fotografias, vídeos e *sites*;

- *Competências e habilidades*. Os professores da Escola *C* escolheram o livro *Projeto Araribá*, principalmente pelo seu trabalho com as competências e habilidades voltadas para a leitura e interpretação, além, também, do uso de imagens, fotos e do trabalho com questões polêmicas.

Quadro 3.6: Conhecimento e participação sobre o PNLD/2008

Escolas	Professores	Conhece os critérios adotados para escolha PNLD/2008?	Participou de curso de formação para escolha PNLD/2008?	Participou da escolha PNLD/2008?	Fez uso do Guia de Livros Didáticos para escolher o livro?
A	Professor 1	Sim	Não	Sim	Não
	Professor 2	Sim	Não	Não	Não
B	Professor 1	Sim	Não	Sim	Sim
	Professor 2	Sim	Não	Não	Não
C	Professor 1	Sim	Não	Sim	Não
	Professor 2	Sim	Não	Sim	Não
D	Professor 1	Sim	Não	Não	Não
	Professor 2	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: Dados organizados pelo pesquisador por meio das entrevistas realizadas.

Em relação ao conhecimento dos critérios adotados pelos avaliadores na seleção dos livros do PNLD/2008, notamos algumas convergências:

- *Conhecimento superficial.* As respostas dos docentes demonstram um conhecimento superficial sobre os critérios adotados pelos avaliadores do PNLD. Não sabem especificar os critérios adotados, porém, acreditam que os critérios foram elaborados por pesquisadores da área. Por profissionais atuantes do ensino da História que levam em conta, sobretudo, as novas tendências historiográficas com abordagens da pluralidade cultural e especialmente do povo brasileiro. Sabem que os resultados dessa avaliação são publicados no Guia de livros.

Sobre a formação para a escolha do livro didático de História promovida pelas instituições escolares:

- *Inexistência de qualquer tipo de formação.* Seria uma interessante possibilidade de enfoque na busca das concepções do professor a cerca do material didático. Porém, percebemos que falta promoção e acesso a cursos com essa finalidade; acreditam na importância desse preparo para a escolha do material didático; se interesse em participar futuramente de projetos dessa natureza.

Acerca da participação da escolha do livro didático de História cinco professores disseram ter participado; três professores relataram não terem compartilhado do processo. Os professores que participaram do momento de escolha do livro didático de História notaram:

- *Confiança na participação.* Proporciona um momento importante na escolha de um livro mais adequado à realidade do aluno;

Importante assinalar que o fato de professores indicados no quadro 3.6 não participarem da escolha, não está relacionado à importância que eles atribuem ao momento e, sim, a problemas estruturais, tais como: a troca de unidade escolar ao final de cada ano letivo e a efetivação de cargo após a escolha dos livros.

Sobre a utilização *do Guia de Livros Didáticos* para a escolha do livro de História destinados ao segmento de 5ª a 8ª séries, que seis dos oito entrevistados não fizeram uso do manual. Pelo relato dos docentes tal fato está relacionado:

- *A opção dos professores.* Escolhem diretamente a partir do contato com os livros didáticos que são amplamente divulgados e enviados, pelas editoras, às escolas e, até mesmo, às casas dos próprios professores;

- *Tempo hábil.* Dificuldade expressa pelos entrevistados para analisar e discutir com seus pares a melhor opção de escolha.

Quadro 3.7: Opinião dos docentes sobre a escolha e utilização do livro didático

Escolas	Professores	Acredita que a escolha do livro e a forma de usá-lo interferem na formação do aluno?	O livro didático escolhido está de acordo com a realidade dos alunos?	Utiliza apenas um livro para trabalhar com os alunos?	Faz indicação de leitura do livro didático para avaliação?
A	Professor 1	Interfere	Não	Não utiliza	Não indica
	Professor 2	Interfere	Não	Não utiliza	Não indica
B	Professor 1	Interfere	Não	Não utiliza	Não indica
	Professor 2	Interfere	Não	Não utiliza	Não indica
C	Professor 1	Interfere	Não	Não utiliza	Não indica
	Professor 2	Interfere	Não	Não utiliza	Não indica
D	Professor 1	Interfere	Não	Não utiliza	Indica
	Professor 2	Interfere	Não	Não utiliza	Indica

Fonte: Dados organizados pelo pesquisador por meio das entrevistas realizadas.

No quadro 3.7, encontramos semelhanças e diferenças nas opiniões dos entrevistados.

- *Crença na escolha e no uso dos livros.* Ambos, segundo os professores interferem diretamente na formação do aluno. Em outras palavras, os professores pesquisados apontaram que tão importante quanto à escolha do livro é a forma de usá-lo. Um exemplo: Entregar um livro didático na mão do aluno e pedir que copie os textos para o caderno colabora mais para um processo mecânico do que um processo crítico. Um uso pobre do material.

- *Distanciamento entre o material didático e a realidade do aluno.* Um outro fator de insatisfação dos professores está relacionado diretamente aos conteúdos e atividades propostas pelo livro didático. Há uma concordância entre os pesquisados que aponta o distanciamento entre o *material didático e a realidade do aluno*. As declarações dos professores levam a crer que tal distanciamento decorre da dificuldade de leitura e de entendimento dos conteúdos, conseqüentemente, tornando-os abstratos e de difícil compreensão.

- *utilização de mais de um livro didático para a preparação e desenvolvimento das atividades.* Tal ação visa adequar o material didático buscando atividades, exercícios e textos complementares diferentes, para quem seja possível o aprendizado do aluno.

- *Importância do livro didático de História e o processo avaliativo.* O quadro 3.7 informa que dos oito professores entrevistados apenas dois indicam aos alunos a leitura do livro como fonte de consulta para as futuras avaliações¹⁹. Nesse caso, as leituras de conteúdos que seriam abordadas pela referida avaliação são solicitadas ao final de cada bimestre e têm por objetivo complementar as que são feitas durante as aulas. Em contrapartida, a maioria dos professores prioriza o desenvolvimento diário do aluno, observando a assimilação de conteúdo, a participação nas aulas e a desenvolvimento dos trabalhos coletivos.

¹⁹ *Avaliação*, como sendo - neste caso específico - aquela praticada a partir de instrumentos compostos basicamente de perguntas e respostas.

Quadro 3.8: Utilização geral do livro didático de História

Escolas	Professores	Utiliza o livro didático na seqüência dos capítulos?	Concorda com todo o conteúdo do livro didático?	Realiza leituras dos textos do livro ou vai direto para atividades?	Trabalha com textos seguidos de perguntas?
A	Professor 1	Não Utiliza	Não Concorda	Leituras	Sim
	Professor 2	Não Utiliza	Não Concorda	Leituras	Sim
B	Professor 1	Não Utiliza	Não Concorda	Atividade	Sim
	Professor 2	Não Utiliza	Não Concorda	Leituras	Sim
C	Professor 1	Não Utiliza	Não Concorda	Leituras	Sim
	Professor 2	Não Utiliza	Não Concorda	Leituras	Sim
D	Professor 1	Não Utiliza	Não Concorda	Leituras	Sim
	Professor 2	Não Utiliza	Não Concorda	Atividade	Sim

Fonte: Entrevistas realizadas.

No quadro 3.8, consideramos a relação entre o livro didático de História e sua utilização pelos professores pesquisados no contexto escolar. Apresentamos os elementos e alguns desdobramentos.

- *Uso do livro fora da seqüência dos seus capítulos.* Com base na análise das entrevistas é possível afirmar que todos os professores entrevistados não utilizam o *livro didático na seqüência dos capítulos*, pois acreditam que esse método é limitador, preferem assim planejar suas ações voltadas para a diversificação do material, priorizando os pontos mais adequados para seus alunos.

- *Concordância parcial com os conteúdos do livro.* Percebemos que os professores, ao adotarem o livro didático de História, nem sempre concordam integralmente com os conteúdos propostos. Quando há discordância, recorrem a outros livros didáticos e outras fontes para, assim, apresentar aos alunos pontos de vistas alternativos, com o intuito de mostrar que não existe uma única interpretação sobre os acontecimentos históricos.

- *Leitura precedente.* Seis dos oito professores entrevistados realizam leituras dos textos do livro didático de História para posteriormente realizarem atividades de compreensão e reflexão. Os professores que priorizam a realização das atividades não a precedem de leitura e sim de aulas expositivas. Revelam-se, também, diferenças de cunho metodológico. Primeiramente, os professores que *realizam inicialmente leituras, para, depois, realizarem atividades*, buscam desenvolver em seus alunos habilidades e competências voltadas para análise e interpretação de textos. Por outro lado, os professores afirmam que a realização de atividades sem a utilização de uma leitura previa só é viável se for precedida por aulas expositivas que estimulem no aluno competências cognitivas básicas como: observação, compreensão e memorização. De fato, uma perspectiva não anula a outra, ao contrário, entendemos que é possível estabelecer graus de correspondência entre o livro didático de História e as diversas formas didáticas e escolhas metodológicas.

- *Seleção, comentário e relato.* Interessante notar que mesmo dentro das particularidades existem consensos na *prática de utilização dos textos dos livros didáticos de História seguidos de perguntas*. Essa relação pode ser evidenciada nos relatos dos professores entrevistados. O professor seleciona o texto, depois faz o comentário e, mais adiante, passa para o aluno realizar o relato individual ou coletivo, seja ele oral ou escrito, das impressões e dúvidas acerca do texto lido.

Quadro 3.9: Utilização dos exercícios propostos pelo livro didático de História

Escolas	Professores	Utiliza os exercícios pospostos pelo livro?	Propõe outros exercícios?	Utiliza exercícios de interpretação de imagens?	Dá ênfase às imagens dos negros e dos indígenas nas atividades?
A	Professor 1	P	F	F	F
	Professor 2	P	F	F	F
B	Professor 1	P	F	F	F
	Professor 2	P	F	F	F
C	Professor 1	P	F	F	F
	Professor 2	P	F	F	F
D	Professor 1	P	F	F	F
	Professor 2	P	F	F	F

P (Parcialmente); **F** (Frequentemente). Fonte: Entrevistas realizadas.

No quadro 3.9, abordamos a utilização de exercícios pospostos pelo livro didático de História, do ensino fundamental II. Relatamos os resultados mais expressivos que possibilitam entender seu funcionamento no contexto escolar.

- *Parcialidade na realização dos exercícios.* No que diz respeito à realização dos exercícios pospostos pelo livro didático de História, os professores preferem a parcialidade. O uso integral dos exercícios é entendido como limitador da prática docente. Assim, os professores, unanimemente, preferem utilizar apenas os exercícios que acreditam contribuir diretamente com a construção e apreensão do conhecimento histórico.

- *Uso de mais de um livro didático à confecção das atividades.* De acordo com o quadro 3.9, percebemos a opção dos professores entrevistados em utilizar mais de um livro didático de História para selecionar os exercícios aos alunos. Para tanto,

priorizam atividades com mapas, ilustrações, charges, gráfico, entre outras. Esperam que o aluno desenvolva competências básicas como: localização de informações, compreensão e reflexão de assuntos diversos.

- *uso das imagens do livro didático.* As imagens constituem bons recursos à utilização do livro didático de História. Os professores elaboram e incentivam os alunos a praticarem exercícios de interpretação de imagens. Contudo, essa prática auxilia as relações com o conhecimento histórico. Contribui também para que os alunos acostumados às mensagens visuais desenvolvam habilidades de observação, investigação, interpretação e a memorização.

- *atenção às imagens com erros conceituais.* Os resultados apontados no quadro 3.9 indicam que os professores entrevistados estão atentos à identificação de erros conceituais nos livros didáticos, como, por exemplo, imagens estereotipadas e preconceituosas. Buscam desconstruir representações acerca de determinados grupos sociais históricos, bem como, contribuir à compreensão das formas de exploração do trabalho, das injustiças sociais, e, das lutas possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou o entendimento das concepções de Livro Didático de História, adequado para a 5ª a 8ª séries do ensino fundamental II, seguindo para tanto a perspectiva das variadas instâncias envolvidas no processo de avaliação, seleção e utilização desse material didático.

Este estudo buscou contemplar cinco instâncias que possibilitaram comparações e análises acerca do Livro Didático de História detectando divergências e convergências de significativa importância.

A primeira instância abordada foi MEC e seus avaliadores, que determinam através de seus documentos, principalmente os critérios estabelecidos para a constituição dos livros didáticos. No, Guia de Livros Didáticos 2008, por exemplo, as dezenove coleções foram agrupadas em quatro blocos servindo de referência para as diferentes demandas e realidades das diversas escolas de todo o país. Vale destacar que os avaliadores do MEC privilegiaram, nesse Guia as coleções didáticas de História que priorizaram as mais recentes tendências historiográficas.

A abordagem da segunda instância tem por finalidade discorrer sobre os principais estudos acadêmicos, sobre o tema e suas específicas concepções a respeito do Livro Didático de História. Nesse sentido gostaríamos de destacar os estudos de Lajolo (1996), Oliveira (2009) e Magda Soares (2009), que deram contribuições para a caracterização do livro didático. Ao se tratar do uso do material didático temos: Araújo (2001), Soares (1996) e Faricelli (2005) que possibilitaram maior entendimento do objeto. Destacamos os estudos de Bittencourt (2004), Miranda e Luca (2004), Cassiano (2003) e Munakata (1997), para entender o livro didático enquanto produto da indústria cultural. Por fim Batista, Val e Rojo (2004), Oliveira (2009) e Miranda e Luca (2004) possibilitaram a compreensão do processo de avaliação e escolha dos livros didáticos.

Ao se tratar da terceira instância por nós elencada, gostaríamos de pontuar as concepções de Livro Didático de História presentes na Mídia. Contudo a polêmica maior aconteceu por conta dos artigos de Ali Kamel referentes aos livros destinados

a 8ª série, do ensino fundamental, Projeto Araribá, da editora moderna e Nova História Crítica do professor Mario Schmidt pela Editora Nova Geração. Os intensos debates expressos em publicações em jornais, revistas e também em sites na internet favoreceram a compreensão das divergências e posicionamentos de concepções ideológicas no material didático.

A quarta instância apresentada nesse estudo refere-se ao posicionamento da Abrale, por meio de seus editoriais e boletins informativos, essa foi uma tentativa de trazer ao debate, por intermédio de sua entidade, os autores de livros didáticos, e assim ao confrontá-los com as instâncias anteriores, para comparar e analisar as diferentes concepções acerca do Livro Didático de História.

A partir disso, podemos observar a tentativa de fortalecer a defesa, dos livros condenados por Kamel. No entanto, os posicionamentos aos referidos ataques não foram contundentes e demonstraram a preocupação em não entrar na batalha contra, Kamel, um dos representantes diretos dos maiores conglomerados de comunicação desse país, sendo assim, ao optar em um dos seus artigos resposta, por fazer, uma análise conceitual sobre o conceito de ideologia, Abrale perdeu a oportunidade de rebater as acusações de doutrinação ideológica sobre o livro de Schmidt, demonstrando a fragilidade da entidade em defender seus associados.

Por fim, a quinta, instâncias presente nessa pesquisa, volta-se para as concepções de Livro Didático de História dos professores da rede pública do Estado de São Paulo evidenciada no decorrer das diversas fases do trabalho, por intermédio de entrevistas. Essas ajudaram a desvendar as contribuições reais do material didático no cotidiano escolar, assim como possibilitaram confrontá-las com as diversas instâncias e suas diversas formas de compreender o processo de avaliação, seleção e utilização desse material didático.

Na concepção dos professores entrevistados o livro didático de História é um instrumento, importante que auxilia o trabalho docente, quando adequado a realidade do aluno. Observamos como, principal resultado da pesquisa a convergência desse grupo de professores e as diferentes instâncias sobre a preferência pela utilização dos livros que privilegiam as novas tendências historiográficas com destaque na pluralidade cultural.

Apesar dos professores entrevistados acreditarem na importância do livro didático, afirmam encontrar dificuldades para utilização do material didático escolhido na prática cotidiana da sala de aula. Sendo assim, sinalizaram, em relação ao conhecimento e o tempo necessário para análise e discussão com seus pares acerca do melhor livro a ser escolhido para a prática pedagógica.

O desenvolvimento do tema nos permitiu atentar para a convergência na escolha dos livros recomendados pelo PNLD/2008 e os selecionados preferencialmente pelos professores entrevistados. Dessa forma, ao escolher os livros *História Temática: diversidade cultural e conflitos*, da professora autora Conceição Cabrini. *História em Projetos*, da professora autora Conceição de Oliveira e *Projeto Araribá da Editora Moderna*, apontaram a inexistência de um possível descompasso entre as suas concepções conforme ponderou Batista (2001).

A análise das entrevistas realizadas com os professores de História do ensino fundamental II assim como o posicionamento dos avaliadores do MEC, convergem no sentido das características fundantes de um bom livro. Nesse sentido podemos destacar a utilização da escolha de um livro didático que possibilite a aproximação do *material didático à realidade do aluno*.

Por se tratar de um assunto de âmbito nacional, tais problemáticas despertaram a preocupação e o interesse de outras instâncias em relação aos livros didáticos. Por muitas vezes este, encontra-se presente nos principais debates e nos diferentes meios de comunicação. Esse leque de alternativas, expostas pelo debate, pode contribuir de forma significativa na busca do aperfeiçoamento do Programa Nacional do Livro Didático. Contudo, o que percebemos, por parte de determinados setores da mídia, a tentativa de desqualificar o processo de seleção e avaliação do livro didático, recorrendo a análises dualistas na luta do bem, contra o mal, revivendo a “caça as bruxas”

Todas estas considerações nos remetem a investigação das diferentes instâncias e suas concepções de Livro didático de História, que atenda as variadas demandas do ensino fundamental II. Nesse sentido, esta dissertação buscou realizar em seu primeiro capítulo um breve histórico do PNLD e do processo avaliativo dos livros didáticos, desde sua constituição até os seus desdobramentos no ano de

2008. Tudo isso possibilitou a realização no segundo capítulo de consistentes abordagens acerca das principais concepções das instâncias envolvidas no processo. Por fim, seguimos no terceiro capítulo analisando, principalmente no ponto de vista do professor e sua concepção de livro didático, adequado a prática escolar. Para tanto ao confrontar suas concepções com outras instâncias, indicamos uma série de divergências e convergências que nos leva a entender que o debate é o melhor caminho para a constituição de um material que possibilite a conjugação entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRALE – Associação Brasileira de Autores de Livros. 1999. *Sobre o sistema de avaliação de livros didáticos*. São Paulo: Editorial do boletim informativo da ABRALE, Ano III, nº 13, Dez/1999, pp.1-2.
- _____. 2007. *Patrulhamento Ideológico*. São Paulo: Editorial do boletim informativo da ABRALE, Ano XI, nº 31, Nov/2007, p.06.
- APPLE, Michel W. 1995. *Trabalho docente e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ARAUJO, Luciana Telles. 2001. *O uso do livro didático no ensino de História*. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC/SP.
- BATISTA, Antonio Augusto Gomes. 2001. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.
- _____. 2003. *A avaliação dos livros didáticos: para entender o programa nacional do livro didático (PNLD)*. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes, ROJO, Roxane (Org.). 2003. Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita. 1ª ed. São Paulo: Mercado das Letras, pp. 25-67.
- BEZERRA, Holien Gonçalves, LUCA, Tânia Regina de. 2006. *Em busca da qualidade – PNLD História – 1996-2004*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). Livros didáticos de Geografia e História: Avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 27-53.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. 2003. *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, pp. 69-90.

- _____ 1993. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- _____ 2004. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. 1999. *Guia de livros didáticos. 5ª a 8ª séries*. Brasília: SEF.
- _____ 2002. *Guia de livros didáticos. 5ª a 8ª séries*. Brasília: SEF.
- _____ 2005. *Guia de livros didáticos. 5ª a 8ª séries*. Brasília: SEF.
- _____ 2008. *Guia de livros didáticos. 5ª a 8ª séries*. Brasília: SEF.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. 2003. *Circulação dos livros didáticos: Entre práticas e prescrições: Políticas públicas, editoras, escolas e o professor na seleção do livro escolar*. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC/SP.
- _____ 2007. *O Mercado do Livro Didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985 -2007)*. Tese de Doutorado em Educação. PUC/SP.
- CHERVEL, André. 1990. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria e Educação, Porto Alegre: Pannonica, nº 2, p. 177-229.
- CHOPPIN, Alain. 2004. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estudo da arte*. Revista da Faculdade de Educação da USP. Educação & Pesquisa, São Paulo, v.30, nº3, pp.549-566, Set/Dez/2004.
- CHEVALLARD, Y. 1991. *La Transposición Didáctica: del saber sabio al saber enseñado*. Argentina: Editora Aique.

- FARICELLI, Marilu de Freitas. 2005. *Conteúdo Pedagógico da História como disciplina escolar, exercícios propostos por livros didáticos de 5ª a 8ª série*. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC/SP.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. 2000. *Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático*. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, Abril/2000, pp.159-170.
- JANUÁRIO, C. 1996. *Métodos de investigação no pensamento do professor*. In: JANUÁRIO, C. 1996. *Do pensamento do professor à sala de aula*. Coimbra: Livraria Almedina, pp. 51-65.
- JUNIOR, Roberto Catelli. 2008. *Ideologia e livro didático*. São Paulo: Editorial do boletim informativo da ABRALE, Ano XII, nº 32, Set/2008, pp. 04-06.
- LAJOLO, Marisa (org.). 1996. *Livro didático: um (quase) manual de usuário*. Em aberto. INEP, v.16, nº69, pp.03-07.
- MIRANDA, Sonia Regina, LUCA, Tania Regina de. 2004. *O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD*. Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 24, nº 48, p.123-144.
- MUNAKATA, Kazumi. 1997. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese de Doutorado em História da Educação. PUC/SP.
- _____. 1998. *Os erros nos livros didáticos*. São Paulo: Informativo ABRALE, Ano II, nº 10, Set/1998, p.8.
- _____. 2007. *O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação*. In: MONTEIRO, Ana Maria.; GASPARELLO, Arlette Medeiros.; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ.

SOARES, Magda Becker. 1996. *Um olhar sobre o livro didático*. Presença Pedagógica, Belo Horizonte: Editora Dimensão, Ano II, nº12, pp. 53-63.

SPOSATI, Aldaíza. 2002. *Mapa da Exclusão/Inclusão Social*. São Paulo: educ.

JORNAIS E REVISTAS

CAFARDO, Renata. 2007. *Novo livro didático é questionado*. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 03/10/2007.

KAMEL, Ali. 2007. *O que ensinam às nossas crianças*. O Globo, Rio de Janeiro, 18/09/2007.

_____. 2007. *Livro didático e propaganda política*. O Globo, Rio de Janeiro, 01/10/2007.

SOUSA, Ana Paula. 2007. *A história como ela é - Educação: o pote de ouro do livro didático motiva uma guerra ideológica e comercial*. CartaCapital, São Paulo: Editora Confiança, Ano XIII, nº 464, pp. 24-28.

WEBER, Demétrio. 2007. *Livro didático reprovado pelo MEC continua sendo usado em salas de aula do Brasil*. O Globo, Rio de Janeiro, 19/09/2007.

DOCUMENTOS E DADOS DA INTERNET

AZANHA, Luiz Carlos. 2008. *A Barriga de Ali Kamel*, site: Vi o Mundo - O que você nunca pôde ver na TV, 22/04/2008.

Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/opiniaio/a-barriga-de-ali-kamel/>>

Acesso em 17/01/2009.

BATISTA, Antonio Augusto Gomes, VAL, Maria da Graça Ferreira da Costa, ROJO, Roxane Helena Rodrigues. 2004. *Língua Portuguesa no PNLD 2005: significados de uma política pública de avaliação de livros didáticos*. Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Disponível em: < <http://www.ufmg.br/proex/arquivos/7Encontro/Educa111.pdf>>
Acesso em 08/10/2008.

BRASIL. 2008. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de livros didáticos para os anos finais do Ensino Fundamental PNLD/2008*.

Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/livro_didatico/edital_pnld2008.pdf>
Acesso em 20/05/2008.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. 2006. *Livros Didáticos de História: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural*.

Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/margarida/didaticos.pdf>>
Acesso em: 28/05/2009.

OLIVEIRA, Pedro de. 2007. *Ali Kamel, o anticapitalista?*. Portal Vermelho, 20/09/2007.

Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=25326>> Acesso em 17/01/2009.

SCHMIDT, Mário. 2007. *O livro didático que a globo quer proibir*. Portal Vermelho, 19/09/2007.

Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=25279>> Acesso em 17/01/2009.

SOARES, Magda Becker. 2002. *Livro Didático: contra ou a favor*.

Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/artigos/livro-didatico-contra-ou-a-favor.php>> Acesso em 17/01/2009.

LIVROS DIDÁTICOS

MODERNA, Editora (org.). 2006. *Projeto Araribá – História – 8ª série*. São Paulo: Editora Moderna.

SCHMIDT, Mário. 2003. *Nova História Crítica – 8ª série*. São Paulo: nova geração.

MONTELLATO, Andrea, CABRINI, Conceição, CATELLI JR., Roberto. *História Temática*. São Paulo: editora scipione.

OLIVEIRA, Conceição, MIUCCI, Carla, PAULA, Andréa. 2007. *História em projetos*. São Paulo: Editora Ática.

ANEXOS

ANEXO 1

Ficha de caracterização das Escolas

Nome da escola _____
Endereço _____
Quantidade de alunos _____
Quantidade de alunos de 5 ^a e 8 ^a séries _____
Turnos de funcionamento _____
Quantidade de funcionários _____

Equipe Pedagógica

Diretor _____
Vice- Diretor _____
Coordenador _____
Número de professores _____
Professores de História _____

Prédio Escolar

Quantidade de salas de aula: _____ salas		
Salas em funcionamento por período:		
Manhã _____ salas	Tarde _____ salas	Noite _____ salas
Quadra de esportes _____	Cozinha _____	Refeitório _____
Banheiros: _____ femininos		_____ masculinos
Biblioteca de alunos _____	Bibliotecas de professores _____	Sala de vídeo _____
Secretaria _____	Sala de coordenação _____	Sala de vice – diretor _____
Sala de diretor _____	Sala de professores _____	Sala de Informática _____

Anexo 2

Ficha de caracterização dos Professores

Escola _____
Professor _____
Ciclos que trabalha _____

<p>1- Qual é a situação funcional? Efetivo () Ofa ()</p> <p>2- É sindicalizado? Sim () Não ()</p> <p>3- É militante sindical? Sim () Não ()</p> <p>4- Nível de Formação () Superior completo () Pós – graduação () Mestrado () Doutorado</p> <p>5- Área de Formação: _____</p> <p>6- Universidade: _____</p> <p>7- Tempo na Função: _____</p>

<p>8- Participou de cursos de formação nos últimos 3 anos? SIM () Não () Qual? _____</p> <p>9- Faz ou fez algum curso de capacitação por iniciativa própria? Sim () Não () Qual? _____</p> <p>10- Adota algum livro didático? Sim () Não () Qual? _____</p> <p>11- Quantidade de aulas semanais: _____</p> <p>12- O professor possui acúmulo? Sim () Não () Rede Municipal () Rede Estadual () Rede Federal () Rede Particular ()</p>

Anexo 3

Entrevistas com os Professores

Entrevista feita na Escola A e com o professor de História 1:

Essa entrevista ocorreu no dia 22/09/2008 no período da manhã, onde foram preenchidas juntas com o professor e o coordenador pedagógico, as fichas de caracterização da escola e de caracterização do professor.

1. Você usa o livro didático de História com seus alunos? E qual é o livro de sua preferência?

Raramente. Há dificuldade do uso diário, os problemas: os livros que chegam à escola, às vezes não é o escolhido pelos professores, nem todos trazem diariamente; às vezes há insuficiência dos livros para todos ou mesmo falta de uma maior cobrança do professor em relação ao uso dos livros didáticos diariamente na escola ou como fonte de estudo e de pesquisa fora da mesma. Utilizo-os para o preparo de aulas. Percebo nisso o mal gasto do dinheiro público na compra destes livros, pois ficam “jogados” nas residências dos alunos ou mesmo nas escolas. Mais para apontar um livro que, penso ser interessante aponto aquele, História Temática da Conceição Cabrini.

2. Você participou do processo de escolha desse livro?

Já participei do processo de escolha. Uma vez que são propostos para o uso escolar – PNLD – é importante selecionar o material de estudo do aluno. É uma forma de indicar um livro mais adequado às novas propostas de ensino da História e que sejam compatíveis à realidade sócio-cultural do aluno.

3. Quais os critérios adotados para escolha desse livro?

Que esteja dentro das renovações da prática de ensino do estudo da História, quase mais adequado à realidade sócio-cultural do aluno; a linguagem; que haja mapas, ilustrações, charges, documentos, gráfico, enfim que dê possibilidade de maior aprendizagem por parte do aluno.

4. Porque você escolheu esse livro?

O mais compatível à realidade sócio-cultural do aluno; mais “próximo” aos PCNs,...

5. Você conhece o processo de avaliação dos livros didáticos feito pelo MEC?

Superficialmente. Que são elaborados por pesquisadores da área e profissionais atuantes do ensino da História. Levando em conta as novas tendências historiográficas com abordagens da pluralidade cultural da humanidade e especialmente do povo brasileiro.

6. Você fez uso do guia dos livros didáticos para escolher o livro?

Não. A escolha foi feita no contato direto com os livros didáticos enviados pelas editoras às escolas.

7. Você conhece as propostas dos PCNs e da CENP para o ensino de história?

Esse conhecimento interferiu na escolha do livro?

Sobre os PCNs são propostas que levam em consideração as renovações na área de História e da Pedagogia; que leva em conta a pluralidade cultural da humanidade e especificamente do povo brasileiro. Já sobre as propostas da CENP, um projeto dos anos 90 direcionado ao Ensino Público do Estado de S.P., onde os conteúdos foram divididos em ciclos em forma de eixos temáticos. Houve uma interferência das propostas dos PCNs, aquele mais próximo das renovações da área de História e da Pedagogia associados novas abordagens de conteúdos até então ausentes dos livros didáticos.

8. Você já participou de algum curso de formação para escolher o livro didático?

Não. O professor deveria ter acesso permanente aos cursos de capacitação da área específica. A melhor qualificação deste já o capacitaria para a escolha dos livros didáticos.

9. Você teve tempo para conversar com seus colegas sobre a qualidade do livro didático de história?

Não. Ocorre uma incompatibilidade de horários entre os professores. Geralmente a escolha é feita no decorrer dos dias letivos, não há dia ou dias específicos só para a escolha destes.

10. Os conteúdos e as atividades propostas pelo livro didático estão próximos da realidade sócio-cultural de seus alunos?

Não. Reflexo da baixa qualidade de ensino público no Brasil, especificamente no Estado de SP, associado à política da promoção automática, desestimulando o aluno em ter maior aplicação no estudo. Assim o aluno não desenvolve potencialidades, não acumula conhecimentos específicos das disciplinas o que dificulta na leitura e entendimento dos conteúdos, bem como nas resoluções de atividades e exercícios propostos pelo livro didático, ou seja, o aluno da 5ª série não acompanha, não entende o próprio livro da 5ª série, ou então pode-se trabalhar com o livro do ensino fundamental no ensino médio, mesmo assim tem alunos que não acompanham a linguagem do livro.

11. Você utiliza apenas um livro para trabalhar com os alunos?

Não, utilizo outros livros didáticos, procuro tirar um pouco de cada, conceitos, atividades, exercícios, textos complementares, enfim, seleciono, objetivando simplificar o conteúdo para que seja possível o aprendizado do aluno, o básico do assunto aos mesmos.

12. Para o preparo das aulas qual o material que você utiliza?

Além dos livros didáticos, material da internet com muita frequência; revistas e jornais com menos frequência.

13. Você utiliza o livro didático na seqüência dos capítulos?

Não necessariamente. Seleciono os conteúdos, aqueles fundamentais para dar significado ao estudo de história ou mesmo àqueles tradicionais, cobrados em vestibulinhos, vestibulares e outros. Assim não há necessidade da seqüência de capítulos.

14. Você acredita que a escolha do livro e a forma de usá-lo interferem na formação do aluno?

Deveria, já que a escolha do livro didático tem esse objetivo. Tão importante quanto a escolha deste, é a forma de usá-lo; é quando o cozinheiro na preparação do

alimento, ter os melhores ingredientes, mas também deverá saber usá-los preparando bem o prato.

15. Como você conduz a sua aula, pede para que os alunos façam leituras dos textos do livro ou vai direto para as atividades?

Caso seja usado o livro, vai direto para as atividades, visto que anteriormente é feito à parte introdutória do conteúdo já é direcionado o que fazer, o aluno é posto para desenvolver suas potencialidades com o objetivo de tentar fazê-lo aprender sozinho.

16. Qual a orientação que você dá aos alunos, para o uso do livro?

De como se lê o livro. Pode ser pela capa, que resume, dá idéia dos conteúdos, o índice para procurar o assunto, como se escreve um livro, a necessidade da pesquisa, o enfoque do autor para os fatos, enfim, um conceito e para que serve o livro didático.

17. Você costuma dar avaliação? E para estudar você indica leitura do livro?

Não trabalho avaliação tradicional. Avalio o aluno pelo desenvolvimento diário das atividades. Assimilação de conteúdo, e pela participação nas aulas – aplicação, comportamento, a sociabilidade entre outros.

18. Quando não concorda com o conteúdo do livro, como você procede?

Descarto, procuro alternativa com outros materiais didáticos, internet, revistas ou mesmo obras bibliográficas.

19. Como você trabalha com o livro na sala de aula? Trabalha com textos seguidos de perguntas?

Se estiver utilizando o livro, é dada a atividade, explica-se o que fazer, e o aluno parte para o desenvolvimento do mesmo. Há uma orientação anteriormente a atividade.

20. Você costuma montar esquemas explicativos na lousa, de acordo com o texto lido do livro?

Sim. Há uma preferência do professor em trabalhar / montar esquemas tirados do livro. Procura-se resumir o texto, dar uma base do assunto. Caso seja possível estender o tema. O livro é usado como fonte de pesquisa do aluno.

21. No começo do ano, quando os alunos recebem o livro didático, você faz a apresentação do livro para os alunos? Como por exemplo, falar dos autores, da estrutura dos capítulos etc.

O ideal seria fazê-lo. Não feito nesse momento pode ser feito quando passar a utilizá-lo.

22. Quando há algum tema que não lhe é familiar, você busca ajuda onde, em obras da historiografia, ou no livro didático?

Geralmente em livros didáticos. Caso ainda haja dúvidas ou mesmo o entendimento do tema, faz-se necessário a consulta de obras bibliográficas.

23. Você acha que o livro didático é indispensável na sua prática? Explique.

Não. O livro didático pode auxiliar o aluno tanto no uso diário em sala de aula ou como fonte de pesquisa fora dele. Costuma trabalhar sem livro didático, mas é necessário prepara um esquema contendo, por exemplo: um mapa, uma ilustração, uma linha do tempo, ou seja, resumir o assunto na lousa com esses e outros elementos. Portanto não é indispensável, o professor pode suprir essa falta do livro didático.

24. Você realiza os exercícios pospostos pelo livro?

Sim. Se os exercícios forem compatíveis no entendimento do aluno, ou da proposta do tema, isto é, se o exercício tiver o objetivo de compreensão por parte do aluno do que é proposto pelo professor – a finalidade desse estudo.

25. Você propõe outros exercícios ou atividades? Como são?

Geralmente. Procuro variar os tipos de exercícios ou atividades – leitura de textos, leitura de mapa, leitura de esquema, leitura de imagens, entre outros. Assim, utilizo mais de um livro didático, ou crio tais exercícios ou atividades.

26. Quais as habilidades e competências que as atividades propostas pelo livro podem desenvolver no seu aluno?

Habilidades e competências de poder de síntese, de análise, de reflexão, de interpretação, de classificação. Aprender o operatório para poder construir seu conhecimento.

27. Você aplica os exercícios para o aluno com qual finalidade?

Além da assimilação de conteúdo, a questão da prática operatória, saber identificar, associar, classificar, interpretar, resumir... Práticas úteis para vida escolar e na vida pessoal (cotidiano).

28. Ao resolver as questões propostas do livro ou de outras atividades de História, você consegue perceber que o aluno passa por um processo de criação ou de reprodução dos conhecimentos?

Para o aluno aplicado no estudo (minoridade) de criação de conhecimento. Na prática em face da política, da promoção automática e da própria baixa qualidade de ensino, aluno torna-se apático e desinteressado, refletindo apenas na reprodução de conhecimento já que teve o objetivo de ter conceito (nota) – infelizmente a maioria dos alunos.

29. Você costuma dar ênfase às imagens dos negros, dos indígenas ou de outras etnias contidas nos livros didáticos?

Sim, bem como de formas de exploração do trabalho, das injustiças sociais, das lutas sociais entre outros. A História tem o compromisso de relatar, expor e denunciar essas situações. A ênfase das imagens das minorias e situações acima pode despertar no aluno uma postura mais crítica. No que tange a essas práticas, de despertá-lo no que fazer e contribuir diante dessas situações.

30. Você costuma elaborar ou incentivar os alunos a fazerem exercícios de interpretação de imagens do livro?

Trabalho constantemente com interpretação de imagens. Nem sempre do livro didático, mas também com desenhos feitos na lousa. Um exemplo, na 5ª série, foram feitos 4 mapas do Brasil. Dentro de cada um deles procurei caracterizar os períodos históricos do Brasil. O Brasil dos índios, coberto por muita vegetação; o

Brasil colônia, com pés de cana de açúcar, da barra de ouro, a imagem do negro africano; do Brasil Império o desenho de uma coroa e as caricaturas de D. Pedro I e D. Pedro II e o Brasil República, uma urna eletrônica, a caricatura de um presidente. Foi uma forma de conceituar tais períodos.

Entrevista feita na Escola B e com o professor de História 1:

Essa entrevista ocorreu no dia 06/05/2008 no período da manhã, onde foram preenchidas juntas com o professor e o coordenador pedagógico, as fichas de caracterização da escola e de caracterização do professor.

1- Você usa o livro didático de História com seus alunos? E qual o livro de sua preferência?

Perguntado se usa ou não o livro de história com os alunos, o professor respondeu não usar o livro didático por questões estruturais e aponta para algumas destas questões, a primeira delas é que a quantidade de livros é insuficiente para todos os alunos, causando assim, um tumulto bastante grande em todo o início de aula, pois, os alunos precisam ir buscar livros emprestados em outras salas. Outro problema apontado pelo professor é o esquecimento dos alunos referente ao livro didático, pois, eles não trazem os livros nos dias das aulas de história. Diante dessas dificuldades, o entrevistado diz preferir selecionar vários textos de outros livros e outros materiais como jornais, revistas, internet e passar na lousa para desse modo, fazer a análise textual junto com os alunos. Não uso o livro como já disse acima, mais de qualquer modo acredito que o livro História e Projetos da Conceição de Oliveira.

2- Você participou do processo de escolha desse livro?

Professor não participou do processo

3- Quais os critérios adotados para escolha desse livro?

O entrevistado não opinou sobre o processo da escolha do material didático.

4- Porque você escolheu esse livro?

O professor não escolheu nenhum livro

5- Você conhece o processo de avaliação dos livros didáticos feito pelo MEC?

Perguntado sobre o processo de avaliação dos livros, o professor apontou não ter muito conhecimento, de como se dá esse processo, apenas sabia que os livros eram avaliados, pois, os resultados dessa avaliação são publicados no Guia dos livros didáticos, documento este que o professor já teve contato em anos anteriores, mesmo não tendo participado do processo de escolha.

6- Você fez uso do guia dos livros didáticos para escolher o livro?

Tenho conhecimento do guia dos livros didáticos mais, não fiz uso dele.

7- Você conhece as propostas dos PCNs e da CENP para o ensino de história?

Esse conhecimento interferiu na escolha do livro?

As propostas dos PCNs eu, tenho conhecimento, já as da CENP não, quanto a interferência na escolha não houve ,pois, não participei dessa escolha.

8- Você já participou de algum curso de formação para escolher o livro didático?

Questionado sobre a participação de algum curso de formação para a escolha do livro, o professor afirmou nunca ter participado de nenhum curso, mas ressaltou a importância desse preparo para a escolha do material didático e demonstrou interesse em participar futuramente de projetos como esse.

9- Você teve tempo para conversar com seus colegas sobre a qualidade do livro didático de história?

Perguntado sobre o tempo disponível para conversar com os colegas sobre a qualidade do material didático de história, o professor faz uma reclamação da falta de tempo disponível para dialogar com seus pares sobre a melhor escolha do material didático e também sobre outros assuntos pertinentes ao campo pedagógico.

10- Os conteúdos e as atividades propostas pelo livro didático estão próximos da realidade sócio-cultural de seus alunos?

Questionado sobre a proximidade do livro didático e a realidade sócio-cultural de seus alunos o professor nos traz como resposta, uma distância muito grande entre o material didático e a realidade do aluno, pois, segundo ele, os textos dos livros são

abstratos, são de difícil compreensão, muito complicados para o entendimento do aluno. Nesse momento volta a afirmar, ser por essa razão que ele não adota um livro didático específico.

11- Você utiliza apenas um livro para trabalhar com os alunos?

Não, eu utilizo várias outras fontes para trabalhar com os meus alunos, por exemplo, textos de jornais, revistas e principalmente a internet, que não preciso lembrar facilita bastante, e também, por conta do tempo, que não sobra.

12- Para o preparo das aulas qual o material que você utiliza?

Principalmente como já disse... A internet, mais quando estou na escola, por exemplo, e tenho alguns livros didáticos próximos eu, pego esses livros e tento selecionar os textos que me interessa assim misturando textos dos mais variados livros entende...

13- Você utiliza o livro didático na seqüência dos capítulos?

Na verdade, como já disse, não uso o livro didático de História, mais se fosse o caso, usaria de acordo com meu planejamento anual.

14- Você acredita que a escolha do livro e a forma de usá-lo interferem na formação do aluno?

Bem, acredito que interfere sim, pois, se o professor escolher um livro, com textos muito complicados, principalmente se tratando dos nossos alunos, aqui da baixada do Jardim Helena, Jardim Pantanal, Jardim Noemia, que é a clientela que nós atendemos que sem preconceito mais em minha opinião tem enormes carências, ele não vai conseguir com que os alunos, compreendam os mínimos conceitos históricos, e aí, é claro, que vai interferir na formação desse aluno, pois, não vai atingir seus objetivos básicos. Bem, já na forma de usar eu, não uso mais se o professor entregar o livro para os alunos e mandar copiar os textos do livro para manter as crianças ocupadas, assim, ele pode escolher o melhor livro do mundo, que dessa forma ele só vai criar um sujeito mecânico.

15- Como você conduz a sua aula, pede para que os alunos façam leituras dos textos do livro ou vai direto para as atividades?

Primeiro eu, passo o texto na lousa, e depois, na explicação aponto alguns tópicos e discuto com eles. Depois disso tudo que passo alguma atividade.

16- Qual a orientação que você dá aos alunos, para o uso do livro?

Nenhuma, pois, não uso nenhum livro didático específico.

17- Você costuma dar avaliação? E para estudar você indica leitura do livro?

Olha, para ser sincero, avaliação individual eu, não costumo dar não... Mais atividades em dupla ou em grupos, sempre que possível eu, dó para que eles discutam os textos e lembrem das explicações dadas pelo professor, para responder as questões, que geralmente são oferecidas com intuito de que eles possam refletir sobre determinado assunto.

18- Quando não concorda com o conteúdo do livro, como você procede?

Bom, eu não uso especificamente o livro didático de História, mais para te responder essa questão, eu... Bem como posso lhe dizer, se não concordo alguma questão que o livro trata eu, separo esse capítulo ou tópico, sei lá, uso a liberdade que tenho enquanto professor. Acho que é isso.

19- Como você trabalha com o livro na sala de aula? Trabalha com textos seguidos de perguntas?

No meu caso seleciono os textos que vou trabalhar, passo na lousa, depois faço a explicação ou discussão com os alunos e mais adiante passo as atividades.

20- Você costuma montar esquemas explicativos na lousa, de acordo com o texto lido do livro?

Sim, depois que termino o texto na lousa, costumo trabalhar temas desenvolvidos em pequenos tópicos para dar uma seqüência lógica e evidentemente para que os alunos possam compreender, pois é sempre esse nosso objetivo.

21- No começo do ano, quando os alunos recebem o livro didático, você faz a apresentação do livro para os alunos? Como por exemplo, falar dos autores, da estrutura dos capítulos etc.

Não, eu não faço isso, porque como já disse não adoto nenhum livro didático específico.

22- Quando há algum tema que não lhe é familiar, você busca ajuda onde, em obras da historiografia, ou no livro didático?

Quando preciso de ajuda para falar a verdade eu, vou direto para a internet, porque lá, já digito direto o tema que preciso e consigo o retorno imediato, só lembrando que tenho 50 aulas semanais, por isso, tenho que usar os recursos mais rápidos e simples possíveis, espero que você entenda...

23- Você acha que o livro didático é indispensável na sua prática? Explique.

Não digo que ele seja indispensável, mais ajuda bastante, o que eu, acho indispensável para o professor é uma boa formação, e outra coisa bastante importante que infelizmente nós não temos é tempo para estudar, para fazermos assim, aquela formação continuada.

24- Você realiza os exercícios pospostos pelo livro?

Às vezes eu, uso os exercícios propostos por alguns dos livros didáticos, mais na maioria das vezes, eu mesmo quem crio os meus próprios exercícios.

25- Você propõe outros exercícios ou atividades? Como são?

Bom, eu proponho outros exercícios, pois, nos temos que desenvolver nos nossos alunos, o hábito de escrever, de ler, de refletir e de comparar.

26- Quais as habilidades e competências que as atividades propostas pelo livro pode desenvolver no seu aluno?

Bem, acho que as atividades podem desenvolver as seguintes competências e habilidades, reflexão, desenvolvimento de leitura e escrita, desenvolvimento de trabalhos em grupo, desse modo contribuindo para a socialização dos alunos e até mesmo a memorização de fatos.

27- Você aplica os exercícios para o aluno com qual finalidade?

Eu aplico exercícios para perceber se o aluno aprendeu pelo menos parte daquilo que foi dito em sala de aula, para diagnosticar mesmo, e aí... Se eles não tiverem aprendido eu volto a discutir o assunto.

28- Ao resolver as questões propostas do livro ou de outras atividades de História, você consegue perceber que o aluno passa por um processo de criação ou de reprodução dos conhecimentos?

É claro que na maioria das vezes, os alunos reproduzem os conhecimentos dos textos dos livros ou dos textos escrito na lousa mais quando modificamos o foco das questões e pedimos para que eles comparem situações, para que eles opinem sobre determinado assunto, sempre nos surpreendemos, pois, é nesse momento que encontramos o aluno criativo que expõe o que pensa, mesmo que de forma coloquial, mais ele se coloca eles criam.

29- Você costuma dar ênfase às imagens dos negros, dos indígenas ou de outras etnias contidas nos livros didáticos?

Sempre aponto como bastante importante às imagens dos negros dos indígenas para a discussão com alunos em sala de aula, mesmo que não estejam diretamente ligadas ao livro didático, pois, sempre que posso trago essas imagem em transparências para ser usadas num retro projetor, é claro que não é sempre, pois para usar esse recurso tenho que levar os alunos para outra sala, que nem sempre está disponível, bem para falar logo da questão 30, por exemplo, uma imagem do trabalho escravo no século XVIII eu peço para eles prestem bastante atenção nas condições de vida dos negros naquela imagem faço um paralelo com a condição de vida da maioria dos negros nos dias de hoje.

Entrevista feita na Escola D e com o professor 1:

Essa entrevista ocorreu no dia 29/09/2008 no período da manhã, onde foram preenchidas juntas com o professor e o coordenador pedagógico, as fichas de caracterização da escola e de caracterização do professor.

1. Você usa o livro didático de História com seus alunos? E qual é o livro de sua preferência?

Ocasionalmente, pois infelizmente a estrutura montada na escola pública estadual não proporciona condições adequadas para o uso diário do material didático, há vários problemas que podem ser lembrados aqui, os alunos geralmente não trazem os livros quando solicitado, parece que eles ainda seguem uma hierarquia curricular priorizando os livros de Matemática e Língua Portuguesa e quando os livros são mantidos na escola não são o suficiente para todos gerando um temendo desconforto que acaba se traduzindo em uma feroz indisciplina. O livro que aponto como preferido é o Projeto Araribá.

2. Você participou do processo de escolha desse livro?

Sim, participei, mas como todos sabem não há tempo para uma escolha mais coerente que seja discutida entre todos os professores da disciplina.

3. Quais os critérios adotados para escolha desse livro?

A incorporação de fontes diversas (escritas, literárias, orais, imagéticas, materiais entre outras) e sua relação com o conhecimento histórico; utilização correta de conceitos (tempo, memória, cultura, passado, duração etc); atividades e exercícios voltados para a construção e/ou consolidação das habilidades de localização, interpretação e compreensão de informações.

4. Porque você escolheu esse livro?

Por contemplar tais critérios e pelo fato do livro trazer várias fontes históricas, principalmente notícias de jornais, revistas e internet que aproxima bastante o aluno.

5. Você conhece o processo de avaliação dos livros didáticos feito pelo MEC?

Sim, são escolhidos, avaliados por especialistas das universidades públicas para depois serem publicados no guia de livros didáticos.

6. Você fez uso do guia dos livros didáticos para escolher o livro?

Já conhecia o livro antes de ter contato com o referido guia, portanto este não interferiu em minha decisão.

7. Você conhece as propostas dos PCNs e da CENP para o ensino de história? Esse conhecimento interferiu na escolha do livro?

De certa forma, pois atualmente todos os livros, alguns mais outros menos, seguem as orientações dos PCNs.

8. Você já participou de algum curso de formação para escolher o livro didático?

Sim

9. Você teve tempo para conversar com seus colegas sobre a qualidade do livro didático de história?

Raramente, pois, só se fala do com mais atenção, quando se aproxima do momento da escolha, aí o tempo é curto.

10. Os conteúdos e as atividades propostas pelo livro didático estão próximos da realidade sócio-cultural de seus alunos?

A autora procura promover, em cada capítulo do livro, diálogo entre conhecimento histórico e assuntos relacionados ao cotidiano e às culturas juvenis, de sorte que esse exercício contextual possa contribuir para a compreensão da história por parte dos estudantes.

11. Você utiliza apenas um livro para trabalhar com os alunos?

Não, de acordo com o tema busco informações em outras fontes e outros livros também.

12. Para o preparo das aulas qual o material que você utiliza?

Basicamente cópia reprográfica de fontes literárias; e projeção em data-show ou Monitor de TV de material pictórico, fotográfico e audiovisual.

13. Você utiliza o livro didático na seqüência dos capítulos?

Não, uso vários materiais, como cópias de artigos de jornal, revistas e textos da internet.

14. Você acredita que a escolha do livro e a forma de usá-lo interferem na formação do aluno?

Em parte, pois dependerá da intervenção feita pelo professor e sua relação com a proposta pedagógica que o mesmo elaborou.

15. Como você conduz a sua aula, pede para que os alunos façam leituras dos textos do livro ou vai direto para as atividades?

Não vou direto para as atividades. Estas são precedidas por aulas expositivas, por leitura de textos e atividades de interpretação de fontes.

16. Qual a orientação que você dá aos alunos, para o uso do livro?

No que diz respeito à leitura dos textos históricos, sugiro aos alunos que grifem as partes que os mesmos consideram as mais importantes e anotem o que não entenderam e tragam isso para discussão em sala de aula. No que diz respeito à leitura dos textos históricos, sugiro aos alunos que grifem as partes que os mesmos consideram as mais importantes e anotem o que não entenderam e tragam isso para discussão em sala de aula.

17. Você costuma dar avaliação? E para estudar você indica leitura do livro?

Costumo dar provas no 2º e 4º bimestre, ocasiões em que solicito leitura de conteúdos que serão abordados pela referida avaliação. Tal avaliação complementa as que são feitas durante as aulas, ou seja, não se sobrepõe às demais participações.

18. Quando não concorda com o conteúdo do livro, como você procede?

Apresento aos alunos pontos de vistas alternativos acerca de determinado assunto, com o intuito de mostrar que não existe uma única interpretação sobre os acontecimentos.

19. Como você trabalha com o livro na sala de aula? Trabalha com textos seguidos de perguntas?

Nem sempre, em vez disso prefiro que relatem individualmente suas impressões e dúvidas acerca do texto lido.

20. Você costuma montar esquemas explicativos na lousa, de acordo com o texto lido do livro?

Sempre, até porque facilita a compreensão do aluno acerca do assunto a ser abordado.

21. No começo do ano, quando os alunos recebem o livro didático, você faz a apresentação do livro para os alunos? Como por exemplo, falar dos autores, da estrutura dos capítulos etc.

Sim, além de situar autores (sua atuação no campo histórico) e a estrutura dos capítulos, falo sobre a perspectiva histórica abordada pelos autores - em outras palavras, se a ênfase dele recai sobre aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais etc.

22. Quando há algum tema que não lhe é familiar, você busca ajuda onde, em obras da historiografia, ou no livro didático?

Os dois acabam sendo consultados, embora prefira utilizar obras historiográficas por se tratar de leitura mais específica.

23. Você acha que o livro didático é indispensável na sua prática? Explique.

Indispensável não se trata de um recurso a mais, colocado a nossa disposição. Meu trabalho depende mais da utilização de aulas expositivas, leitura de pequenos textos foto copiados e de materiais audiovisuais e visuais (voltados não apenas para problematizar a assunto tratado, mas, precipuamente, para estimular o exercício de olhar, de leitura de códigos não-escritos).

24. Você realiza os exercícios pospostos pelo livro?

Nem todos, escolho apenas alguns que possam contribuir com a construção e/ou apreensão do conhecimento histórico abordado em determinada aula.

25. Você propõe outros exercícios ou atividades? Como são?

Na maior parte das vezes eu mesma formulo as atividades, que geralmente são dissertativas e dialogam com textos literários, jornalísticos, historiográficos ou com leitura de imagens. Escolho, ainda, algumas salas (pois é inviável fazer com todas) para produzirem documentários arquivo do Movie maker voltados para a percepção que tiveram sobre o assunto proposto. Este material é exposto para a turma, que discute como o assunto foi problematizado pelo grupo. Tal atividade acaba sendo, para as turmas, um exercício de investigação e crítica.

26. Quais as habilidades e competências que as atividades propostas pelo livro podem desenvolver no seu aluno?

Espera-se que o aluno desenvolva competências básicas como localização de informações, compreensão e reflexão. Ao lado disso, espera-se que o aluno desenvolva atitudes e valores voltados para a defesa de direitos fundamentais conquistados historicamente (à vida, à dignidade, à liberdade, à saúde, ao voto etc).

27. Você aplica os exercícios para o aluno com qual finalidade?

Para ter uma percepção da maneira como o aluno construiu seu conhecimento sobre a história: se mobilizou informações contidas em fontes investigadas ou extraídas de outras situações, ou mesmo se relacionou com acontecimentos ligados ao seu contexto sócio-cultural (muitos alunos gostam de relacionar conhecimento histórico com acontecimentos de seu bairro, de sua cidade ou de sua rede de sociabilidade. Exemplo: ao discorrer sobre o nazismo, há alunos que apontam os conflitos existentes em seu bairro entre “carecas” e punks ou entre “carecas” e rappers. Este ano, ao discorrer sobre a condição feminina na Idade Média, sobre os constrangimentos a que estavam submetidas as mulheres no sistema feudal, uma aluna confessou que ela também, vivendo em pleno século XXI, estava sendo vítima de violência sexual por pessoa de sua família, apontando assim uma continuidade de violências cometidas contra às mulheres).

28. Ao resolver as questões propostas do livro ou de outras atividades de História, você consegue perceber que o aluno passa por um processo de criação ou de reprodução dos conhecimentos?

Sim, é justamente para esse aspecto que procuro focar meu olhar.

29. Você costuma dar ênfase às imagens dos negros, dos indígenas ou de outras etnias contidas nos livros didáticos?

Sim, com frequência. A proposta é desconstruir as representações formadas sobre determinados grupos sociais.

30. Você costuma elaborar ou incentivar os alunos a fazerem exercícios de interpretação de imagens do livro?

Freqüentemente. A pedagogia da imagem (ou do olhar, como também é conhecida) é uma característica forte de minha prática.